

LADISLAU DOWBOR

A REPRODUÇÃO SOCIAL

(Edição em três volumes, revista e atualizada)

III - DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

As novas tendências

São Paulo, Fevereiro de 2001

Nota do Editor

Originalmente publicada em um único volume, *A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada*, foi aqui desmembrada em três pequenos volumes, para facilitar a leitura e o uso autônomo de cada um:

I - Tecnologia, Globalização e Governabilidade: os novos horizontes

II - Política Econômica e Social: os desafios do Brasil

III - Descentralização e Participação: as novas tendências

Os textos foram revistos e atualizados para a presente edição.

NOTA DO EDITOR	2
1 - REAPRENDENDO A NOS ADMINISTRAR	4
2 - ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	9
<i>A dimensão do Estado</i>	12
<i>O funcionamento do Estado</i>	14
<i>Os atores sociais</i>	16
<i>Um novo paradigma de Estado</i>	18
3 - O ESPAÇO LOCAL: ÂNCORA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	25
<i>Estado do Século XIX, problemas do Século XXI</i>	27
<i>Estilos de governo</i>	28
4 - MOTIVAÇÃO, VALORES E ÉTICA	37
<i>Motivações</i>	38
<i>Valores e ética</i>	42
<i>Arte e sociedade</i>	43
<i>A dimensão espiritual</i>	45
CONCLUSÕES	49
<i>Os problemas chave</i>	49
<i>A reconstrução das metodologias</i>	53
CONCEITOS	57
<i>Reprodução social</i>	57
<i>Mais-valia social</i>	57
<i>Produtividade Social</i>	58
<i>Indicadores de qualidade de vida</i>	59
<i>Atores sociais</i>	59
<i>Consumismo e suficiência</i>	59
<i>Salário social</i>	60
<i>Terceiro Setor</i>	61
<i>Comportamento e ética social</i>	61
<i>Mercado</i>	62
<i>Bens não renováveis</i>	65
<i>Gestão corporativa</i>	65
<i>Os “contrapesos” no equilíbrio de poder</i>	66
<i>Privatização e estatização</i>	66
<i>Transparência</i>	67
<i>Responsabilidade social</i>	68
BIBLIOGRAFIA	70
SOBRE O AUTOR	75

1 - reaprendendo a nos administrar

“Se a descentralização implica jogar responsabilidades para níveis inferiores de governo, – livrar-se da carga – isto pode ser feito de maneira relativamente rápida. Mas se implica o reforço da democracia – descentralização com empoderamento – levará algum tempo, recursos consideráveis e uma extensa construção de capacidades. A verdadeira democracia – construída sobre os fundamentos da participação ativa da população nos assuntos locais e nacionais – não acontece da noite para o dia.” – Nações Unidas, Relatório sobre a Pobreza 2000, p. 59

Do momento em que a sociedade se tornou grande, e hoje o planeta conta com quase 6 bilhões de habitantes, a democracia direta foi de certa maneira arquivada. O raciocínio é de que na ágora da Grécia, como os cidadãos eram poucos, era viável que os cidadãos (não os escravos, naturalmente) manifestassem diretamente as suas opiniões. Mais tarde, desenvolvemos os sistemas de democracia representativa, onde passamos a escolher os que fazem política em nosso nome. Hoje, com a necessidade de uma capacidade de gestão social muito mais avançada, ágil e flexível, a simples representação já não é suficiente. De certa maneira, é uma nova articulação, envolvendo tanto democracia direta como a representativa, que desponta no horizonte.

Na realidade, não é só porque havia poucos cidadãos que a democracia direta podia ser experimentada na Grécia: havia pouca gente nas cidades. A esmagadora maioria da população vivia dispersa no campo, resolvendo o conjunto dos seus problemas de forma individual, sem participar dos processos políticos. Como já vimos, o nosso século se caracterizou por um processo dramático de urbanização, e a Cúpula das Cidades realizada em Istanbul em 1996 marca este momento de virada da nossa civilização, agora predominantemente urbana.

Na cidade, os problemas são sistêmicos. O esgoto que produz uma casa flui para o quintal do vizinho, morro abaixo, se não houver um sistema de saneamento. Se não se pensar de antemão o adensamento urbano teremos ruas onde não passam carros em volume suficiente, e teremos dificuldades para nos movimentarmos. A rede de energia elétrica torna-se essencial para um conjunto de atividades sem as quais a própria urbanização moderna não seria possível. Por sua vez, esta energia elétrica exige centros de geração e redes de alta tensão que formam uma malha no país, exigindo uma visão planejada e de conjunto. Assim a própria forma organizada de ocupar o espaço no planeta exigiu amplas atividades de planejamento, investimentos coordenados e sistemas capilares de serviços prestados a cada domicílio, envolvendo uma explosão da gama de atividades que o Estado tem de prestar.

Ao processo de urbanização é preciso acrescentar o crescimento demográfico dramático durante o século que termina, e o aumento do impacto tecnológico do ser humano. O ser

humano hoje tem, pela sua própria presença predatória, a capacidade real de destruir o mundo, provavelmente não através do tão temido holocausto nuclear, mas através da sistemática erosão das condições de reprodução da vida no planeta, acumulando gradualmente mas com extrema rapidez em termos de tempo histórico, pequenas modificações politicamente difíceis de controlar que envolvem o esgotamento da vida nos mares, o envenenamento químico dos solos e da água, a destruição da camada de ozônio, o aquecimento global, a circulação de produtos químicos cada vez mais impactantes.

Em boa parte, o aumento da presença do setor público não está vinculado, portanto, a opções ideológicas perversas de quem gosta de carimbos e de burocracia, mas ao fato do solitário caubói que resolve sozinho os seus problemas constituir coisa do passado, que hoje sobrevive apenas para vender cigarro nos out-doors da Marlboro, aliás outra forma de poluição. Como seres humanos de uma sociedade moderna, somos condenados a conviver de maneira organizada, e para isso precisamos de instrumentos de gestão pública mais modernos, e não simplesmente mais pequenos. A idéia de que a privatização nos devolverá a liberdade dos campos de outros tempos, ainda que profundamente atraente, é falsa: a privatização nos dará simplesmente a burocracia privada, e a truculência dos interesses financeiros. De uma forma ou outra, precisamos nos organizar.

A própria insuficiência de governo torna mais difícil a construção da capacidade de governo. É da insuficiente capacidade democrática de governo que surgem as nossas impressionantes polarizações entre ricos e pobre. A partir de um certo grau de concentração de renda, esta já não representa apenas um problema de justiça social, e sim um fator de desequilíbrio de poder político, tanto para os pobres como para os ricos.

Do lado dos pobres, temos evidentemente uma perda de cidadania. Abaixo de um mínimo de recursos para sobreviver, falar em cidadania constitui um mero exercício de retórica. Muitos, e sobretudo visitantes estrangeiros, se espantam com a docilidade com a qual os pobres no Brasil aceitam o seu esmagamento, mesmo sendo a ampla maioria da população. A realidade é que a característica principal da pobreza crítica, é o silêncio. Como democracia não consiste apenas no direito ao voto, mas na possibilidade real de participação e controle no que está sendo feito com os recursos públicos, assistimos na realidade a uma reprodução das antigas democracias censitárias, em que votava e podia ser votado quem tinha dinheiro.

Do lado dos ricos, a partir de um certo nível de concentração da renda e da riqueza, as diversas pirâmides de poder econômico tornam-se predominantes em termos de influência sobre o poder político. Em outros termos, quando quem manda efetivamente nos "seus" deputados ou nos "seus" funcionários de alto escalão são personagens do poder econômico, que nunca foram eleitos, processa-se um esvaziamento dos espaços formais de representação. Este esvaziamento pode ser exemplificado na relativa tranquilidade com a qual se aprovam uma lei da reforma agrária, boas leis ambientais, um bom código de proteção ao consumidor e outras tantas leis que teoricamente limitam os poderes da oligarquia econômica, mas são aprovadas simplesmente porque se sabe perfeitamente que não existe o correspondente poder político de implementação. A lei é uma alavanca. Tudo depende de quem a maneja.

O resultado prático é perda de governabilidade. Primeiro, porque o poder real de decisão dos governantes torna-se extremamente limitado, na medida em que se debatem num inextricável emaranhado de apropriações privadas do espaço público. Segundo, porque o deputado, ao se familiarizar com a estrutura do poder, constata rapidamente que a sua reeleição não depende do respeito aos seus compromissos eleitorais, e sim de um bom relacionamento com os que "fazem" deputados: em outros termos, que a continuidade da sua carreira política se garante melhor com docilidade "para cima", do que com a fidelidade para quem o elegeu. Terceiro, porque a população sente esta perda de governabilidade que caracteriza as esferas de administração pública, generalizando-se uma atitude de descrença e, cada vez mais, de cinismo frente às eleições, nomeações, intenções, declarações empoladas de "doa a quem doer" e outras manifestações de impotência institucional.

Muito se falou no despreparo da população brasileira, que "não sabe" votar, e elege corruptos no lugar de "legítimos representantes". Na realidade, a população em geral tem suficiente intuição do funcionamento real do poder, para saber que pode ser mais proveitoso, por exemplo, um município eger um prefeito corrupto mas que está próximo dos poderosos, do que uma pessoa digna que represente as suas aspirações mas não tem as vinculações necessárias para chegar aos recursos. A implicação é muito grave: quando se deixa de votar em quem representa os de baixo, para votar em quem está vinculado com os de cima – "pelo menos ele vai conseguir alguma coisa, nem que seja algumas ambulâncias" – é todo o sistema democrático que se vê pervertido, na medida em que o processo de representação é substituído por um processo de cooptação, em que se vota não para ter um poder político mais representativo, mas para se chegar mais perto do poder real.

Com o esvaziamento das estruturas formais de poder político, em proveito de estruturas extremamente concentradas de poder econômico, não há democracia que funcione.

Assim o fenômeno de concentração de renda gera, a partir de um certo nível, um processo político onde o autocontrole e regulação de poder tornam-se inviáveis. E o próprio Estado, em vez de instrumento de reequilíbrio social, passa a ser um instrumento adicional de polarização na mão dos grandes grupos econômicos. Gera-se um círculo vicioso de impotência política e institucional. A extrema pobreza, como a extrema riqueza, constituem fenômenos patológicos para uma sociedade.

Ao estudarmos aqui as formas como nos governamos, como tentamos nos organizar para chegar a uma sociedade civilizada, partiremos portanto de uma visão pragmática de enfrentamento diferenciado dos problemas mais graves que surgem. Há poucas dúvidas que o Estado tradicional que herdamos dos séculos XIX e XX precisa ser repensado. Não é, no entanto, uma nova teoria geral do Estado que pretendemos desenvolver aqui, objetivo que além de pretensioso, seria prematuro, pela própria profundidade das transformações em curso. O que nos interessa aqui, é tentar sistematizar os parâmetros de reflexão que balizam a nossa ação, frente aos problemas concretos do cotidiano econômico e social.

Vamos retomar as áreas estudadas no volume II: as atividades produtivas, organizadas essencialmente em unidades empresariais, necessitam para o seu funcionamento de redes físicas de infraestruturas econômicas adequadas, como transportes e telecomunicações, para conectar e articular o conjunto. Os fluxos de uma economia dinâmica exigem por sua vez sistemas ágeis de intermediação comercial e financeira. Nenhuma destas áreas, por sua vez, pode funcionar sem uma participação ativa do ser humano, e o investimento social é hoje visto não só como objetivo central do desenvolvimento, mas inclusive indispensável para o próprio desenvolvimento das outras áreas.

Não adianta muito investir pesadamente em equipamento industrial moderno sem se formar a mão de obra, nem desenvolver exportações agrícolas em segmentos modernos de atividade econômica se dezenas de milhões de pessoas passam fome. Em outros termos, o essencial para a reprodução social é assegurar o desenvolvimento equilibrado das atividades produtivas, das infraestruturas, da intermediação e dos serviços sociais. Coloca-se então o problema: quem está encarregado de equilibrar o processo, o conjunto das áreas?

Estamos aqui no núcleo de governo. O professor também pode ser um funcionário público, ou o médico, ou o engenheiro que calcula a curva de uma estrada. Mas tratam de segmentos de políticas setoriais sem responsabilidade sobre o conjunto. Neste sentido, a área do governo que lida com os “meios”, com a alocação de recursos financeiros, com a legislação, com a segurança, com as regras do jogo, tem de certa maneira uma responsabilidade maior de assegurar que a multiplicidade de iniciativas setoriais forme um conjunto que tenha pé e cabeça. Trata-se, de certa maneira, dos que governam o governo, que administram a administração.¹

E não se trata aqui apenas da máquina do Estado: a governabilidade de uma sociedade não depende apenas do governo. Uma Fiesp, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, não é uma produtora. Tampouco é uma coordenadora das atividades industriais. A sua função é essencialmente de participar na definição das regras do jogo do setor, junto com o ministério correspondente, mas também interferindo junto à Fazenda para redefinir políticas fiscais, tarifárias ou outras. De certa maneira, foram-se multiplicando na sociedade instituições que não têm utilidade direta, mas que organizam a participação dos diversos setores no conjunto da reprodução social, e contribuem indiretamente para a produtividade social. Tanto podem ser partidos, como sindicatos, associações profissionais, organizações não governamentais (Ong's) ou organizações de base comunitária. Trata-se igualmente dos órgãos da segurança, encarregados de fazer respeitar as regras do jogo aceitas legalmente no país, ou ainda das organizações paramilitares dos latifundiários que tentam definir regras do jogo fora da lei.

Na sociedade complexa de hoje, e particularmente com a deterioração da capacidade de governo que caracteriza o Brasil, foi-se tecendo assim um emaranhado de organizações

¹ - dos 546 mil funcionários públicos federais (ativos) existentes em 1997, 175 mil pertencem à saúde, e 128 mil à educação, representando 56% do total. Ver MARE, *Boletim Estatístico de Pessoal*, Brasília, junho de 1997, p. 30

que defendem em princípio os nossos interesses ainda que não o tenhamos solicitado, ao lado de instituições indispensáveis ao funcionamento das próprias instituições e da legalidade. Neste volume, portanto, não trataremos das atividades fins como agricultura, energia, saúde e outros, mas das diversas atividades cuja legitimação é de facilitar o funcionamento do sistema, ainda que frequentemente possam emperrá-lo. De certa maneira, trata-se de ver como nos governamos, de entender a dimensão concreta da política.

É útil lembrar aqui o pano de fundo de transformações estruturais que está afetando a área, e que vimos no primeiro volume. Por um lado, a vertiginosa aceleração das transformações tecnológicas faz com que enfrentemos o problema de governar a mudança, e não uma situação relativamente estável. A mudança gera situações diversificadas e mais complexas nas suas articulações, o que faz com que as tradicionais respostas rígidas e globais se vejam ultrapassadas. Precisamos de sistemas descentralizados, flexíveis, transparentes e democráticos, enquanto a nossa cultura político-administrativa ainda está centrada no enfrentamento de situações estáveis através de leis relativamente permanentes e da filosofia do “cumpra-se”.

Por outro lado, vimos que a globalização transferiu para o espaço planetário uma série de processos de transformação social e econômica, sem que haja um governo mundial: gera-se assim um amplo espaço de perda de governabilidade, que se manifesta no sistema desenfreado de especulação financeira internacional, na pesca predatória mundial que está exterminando a vida nos mares, no sistema mundial de tráfico de drogas, armas, produtos radioativos e outros, reduzindo no conjunto a capacidade de governo dos Estados nacionais.

Esta perda de governabilidade facilitou a implantação de um vale-tudo mundial que nos leva ao que o relatório das Nações Unidas qualifica de “obsceno”: 437 pessoas são donas de uma riqueza pessoal maior do que a renda da metade mais pobre da população mundial. O Banco Mundial, com outro enfoque, traz o mesmo drama: 2,8 bilhões de pessoas vivem com menos de dois dólares por dia, e destes 1,2 bilhão vivem com menos de um dólar, gerando uma “fratura social” catastrófica no planeta.

Finalmente, vimos também que a urbanização transferiu para os espaços locais, em particular as cidades, grande parte dos problemas concretos da reprodução social, envolvendo milhões de iniciativas de pequena escala que continuam a ser pessimamente geridos por sistemas centralizados, reduzindo tanto a governabilidade local quanto a macro-gestão de nível nacional.

Não há dúvida que boa parte da perda de governabilidade se deve à corrupção, fenômenos culturais diversos, defeitos individuais. Mas é importante manter em mente a que ponto a nossa capacidade de governo está limitada pela ausência de medidas estruturais destinadas a capacitar a sociedade para a gestão do novo mundo que emerge.

2 - Estado e sociedade civil: a democracia participativa

“Na prática, tanto o Estado como o mercado são frequentemente dominados pelas mesmas estruturas de poder. Isto sugere uma terceira opção pragmática: a de que o povo deveria guiar tanto o Estado como o mercado, que precisam funcionar de maneira articulada, com o povo recuperando suficiente poder para exercer uma influência mais efetiva sobre ambos.” - Nações Unidas, Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1993²

Na visão tradicional, mais capacidade de governo deve implicar mais poder em cima, no topo da pirâmide. Na sociedade que desponta para o terceiro milênio, mais capacidade de governo significará maior capacidade de gestão e de decisão política na própria base da sociedade. O problema pode ser colocado da seguinte forma: como pode-se continuar a raciocinar em termos de pirâmide autoritária do poder quando a complexidade, diversidade e ritmo de mudança da sociedade exigem formas de regulação extremamente ágeis, flexíveis e ajustadas a situações muito diferentes? E o reverso simétrico do problema é o seguinte: como o respeito à capacidade de decisão de milhões de atores sociais diferenciados poderá assegurar a coerência do conjunto?

Oskar Lange, no sonho cibernético dos anos 1950, considerava que a computação permitiria um dia ter um super-sistema central de planejamento que controlaria tudo. Felizmente, a opção se demonstrou inviável, pois nenhuma máquina centralizadora pode acompanhar bilhões de pequenas decisões diversificadas da sociedade complexa de hoje, que deve ademais manter um sentimento de liberdade no processo.

Não se trata nem do Estado total que já foi central no ideário da esquerda, nem do Estado mínimo liberal que na realidade significa o império do vale-tudo. Continuará necessária a gestão do Estado, e sobretudo a constituição de instrumentos de regulação planetária. Trata-se mais de um reequilíbrio profundo do “quem faz o que” na sociedade, com o deslocamento de um segmento dominante de atividades reguladoras diretamente para a sociedade civil. A visão, inclusive, é de que limpar a mesa, no nível do governo central, dos milhares de pequenas negociações de projetos que atualmente entulham a sua agenda, é essencial para que o governo possa efetivamente cuidar dos processos mais amplos de reequilíbrio hoje indispensáveis.

A mudança paradigmática que enfrentamos, portanto, é da passagem de uma visão de pirâmides verticais de autoridade para a de redes interativas horizontais que buscam ao mesmo tempo a sua regulação própria e resultados positivos globais. A alternativa ao avanço democrático é a bárbarie tecnocrática. E no centro do processo, conforme vimos em diversas partes deste trabalho, está a geração de uma sociedade bem informada, que

² - “In practice, both state and market are often dominated by the same power structures. This suggests a more pragmatic third option: that people should guide both the state and the market, which need to work in tandem, with people sufficiently empowered to exert a more effective influence over both”- UNDP, *Human Development Report 1993*, New York, p. 4

poderá manter a sua capacidade de decisão flexível sem perder de vista os interesses sociais do conjunto.

O poder regulador do mercado, na sua concepção original, obedece em boa parte a este paradigma, na medida em que assegura auto-ajustes sistêmicos da sociedade nas trocas comerciais. No entanto, na livre competição, há necessariamente vitoriosos, e estes adquirem vantagens adicionais para os embates seguintes: é um sistema que tende a se autoeliminar, evoluindo para o poder de grandes grupos que, aliando a partir de um certo nível de concentração o poder econômico do monopólio com o poder manipulador na mídia e nos governos, desequilibra o processo.³

Ter clareza sobre os limites deste mecanismo, no entanto, não nos impede de ver que o mercado constitui um sistema regulador essencial para uma série de áreas. Temos de aprender a delimitar o seu alcance regulador, e não nos satisfazermos com a sua rejeição integral ou endeusamento. E cabe à sociedade dotar-se de mecanismos reguladores mais amplos que envolvam as macro estruturas tanto do poder econômico como do poder político tradicional.

Não se trata de um raciocínio fácil para a esquerda, que desde a emergência de uma visão socialista cientificamente organizada com Marx, se debate com a contradição de querer ao mesmo tempo mais Estado e menos Estado. O fim da nossa profunda divisão de classes permitiria evoluir para o fim do Estado, mas o caminho seria mais Estado, para se contrapor ao poder político do setor privado. Na realidade, queremos menos Estado, e mais setor público. Com a crescente compreensão da participação organizada da sociedade civil, as coisas estão recuperando a lógica. Queremos menos Estado sim, e queremos um setor privado que funcione, mas queremos que tanto um como outro estejam sujeitos ao controle da comunidade organizada. Não se trata de ser simplesmente cliente do setor privado, e usuário do setor Estatal: trata-se de ser cidadão.

Para a direita, acostumada a identificar a sua liberdade de iniciativa econômica com a liberdade do cidadão em geral, o amadurecimento da idéia de que não basta privatizar, ou reduzir o Estado, é igualmente problemático. No entanto, com o poder mundial de umas poucas empresas transnacionais que mais manipulam o mercado do que a ele servem, com o autêntico assalto que constituem por exemplo os gigantes privados da saúde, com os dramas ambientais que se avolumam no planeta, a miséria da metade da população mundial, começa tomar raízes a compreensão de que se o empresariado não assumir as suas responsabilidades sociais e ambientais, ou se ficar esperando pelo reequilíbrio espontâneo através de mecanismos de mercado que têm cada vez menos espaço, iremos seguramente ao encontro do que tem sido chamado de “catástrofe em câmara lenta”.⁴

³ - estes processos foram bem estudados no trabalho de Herman E. Daly e John B. Cobb Jr., *For the Common Good: Redirecting the Economy toward Community, the Environment, and a Sustainable Future*, Beacon Press, Boston 1994

⁴ - A formulação “slow motion catastrophe” é muito rica. A catástrofe nuclear exige que alguém aperte o botão, e é apavorante. A catástrofe que estamos lentamente construindo consiste em apenas deixar as coisas andar, e provoca um cansaço desiludido e impotente nas pessoas.

O fato do debate ainda estar tão centrado na propriedade dos meios de produção, se deve à dificuldade que temos de assimilar o imenso deslocamento dos grandes eixos produtivos tradicionais para a área social e de serviços em geral, onde o acesso e controle da informação e a gestão democrática dos processos se tornam mais cruciais do que o título de propriedade.

Com isso abrem-se novas perspectivas para a estéril polarização entre esquerda que quer estatizar e direita que quer privatizar. Aliás, com o controle efetivo do Estado por alguns grupos de grandes empresas, não muda muito privatizar ou estatizar, senão como engodo que abre esperanças para alguma mudança. O que mudará algo substantivamente, será o resgate da capacidade política do cidadão. O eixo do problema não está na relação privado/estatal, e sim na relação poder/sociedade civil, poder incluindo aqui o poder privado das grandes empresas.

A Internet é um produto interessante. Tão interessante que hoje o governo norte-americano quer estabelecer controles, por razões de segurança da informação, naturalmente, enquanto empresas privadas querem instalar pedágios que lhes assegurem retorno sobre os fluxos de informação. Nos interessaria o controle estatal sobre a internet? É óbvio que a riqueza deste novo produto, e trata-se de um produto bem típico da locomotiva tecnológica do próximo milênio, é justamente o seu caráter de rede que permite a articulação horizontal de usuários. O Estado é necessário? Sim, porque devemos manter as regras do jogo da área, mas dentro de rigorosos limites. O pedágio privado é necessário? Seguramente que não, ainda que seja inevitável para segmentos que constituem venda de um produto-conhecimento. Mas a garantia da fluidez e da liberdade do sistema será conquistada essencialmente pelos interesses articulados dos próprios usuários da rede, e a alternativa privatização/estatização não nos traz solução alguma.

Se pensarmos bem, estamos aqui mais próximos do paradigma anarquista do que dos paradigmas comunista ou capitalista. Temos pela frente, na realidade, um longo caminho de estudo e compreensão do potencial que abrem as redes interativas da sociedade civil, como instrumento regulador que ao mesmo tempo respeita a liberdade e assegura a utilidade social. O conceito que poderíamos utilizar é de autoregulação sistêmica descentralizada.

A alternativa da saúde, conforme vimos, não consiste na privatização ou estatização, e sim no resgate da sua dimensão comunitária, recuperando a possibilidade de consultar com segurança um médico conhecido da família. Hoje as tecnologias de comunicação tornam perfeitamente viável médicos e organizações comunitárias de apoio trabalharem em rede e organizarem as atividades em torno da saúde e não mais em torno da doença, associando o consultório tradicional e tecnologias de ponta. As propostas em torno aos sistemas descentralizados como o SUS são assim indiscutivelmente progressistas e tendem a constuir novos rumos de organização social, como também são progressistas, na área da educação, iniciativas como a transferência direta de recursos do ministério para as escolas, em contas individuais, escapando ao pedágio político (estatal e privado) e permitindo um controle direto por pedagogos e associações de pais.

Não estamos aqui discutindo o valor individual destas iniciativas: queremos antes ilustrar o fato que a grande questão não é mais a opção entre privatizar e estatizar, e sim a reconstrução, ou estruturação, da relação entre a sociedade civil e as diversas macro-organizações, estatais e privadas, que de fato nos dirigem. Não há dúvidas que, em determinados momentos, defender uma propriedade estatal pode ser estratégico em termos de defesa de posições democráticas ou simplesmente de evitar uma negociata. Mas o importante é que os objetivos mais amplos sejam clarificados.

A dimensão do Estado

Com a força natural que possuem os lugares comuns, generalizou-se a visão de que a dimensão institucional desta modernização se resume em privatizar. "A privatização não é uma panacéia", adverte o próprio Banco Mundial, instituição insuspeita de "estatismo". Os dados são os seguintes:

Participação percentual dos gastos do Governo no PIB ou PNB, países industrializados, 1880-1985

Ano	Alemanha	EUA	França	Japão	Suécia	Reino Unido
1880	10	8	15	11	6	10
1929	31	10	19	19	8	24
1960	32	28	35	18	31	32
1985	47	37	52	33	65	48

Fonte: World Bank, World Development Report 1991, Washington

Constatamos a forte progressão global da participação do Estado, particularmente na fase mais recente, apesar de todos os discursos em contrário. A progressão é muito forte inclusive nos Estados Unidos (depois de 5 anos de governo Reagan) e no Reino Unido, numa fase que inclui quase 10 anos de governo de Margareth Thatcher. Em termos de ordem de grandeza, nos países desenvolvidos o governo administra hoje a metade do produto social. Os dados mais recentes do *Labor Department* dos Estados Unidos mostram o rápido crescimento do número de funcionários públicos nos últimos anos, ainda que haja um forte deslocamento do peso principal do nível federal de governo (cerca de 3 milhões de funcionários em 1994) para o nível local (cerca de 16 milhões).⁵

O relatório especial do Economist, por sua vez, se queixa amargamente que “o governo grande, longe de estar morto, está florescendo poderosamente”, e apresenta as cifras do FMI: a participação dos gastos governamentais no produto dos países desenvolvidos

⁵ - Dados do Business Week de 23 de janeiro de 1995, p. 31; o artigo ressalta que a distância entre o firme discurso de redução do Estado e os resultados continua ampla (“Indeed, the gulf between bold downsizing talk and results remains wide.”). No mesmo sentido, o estudo sobre a *Reforma do governo nos países industrializados* de Vito Tanzi e Ludger Schuknecht mostra que “os níveis de gastos públicos continuaram a crescer, se bem que a um ritmo mais lento. Em 1990, os gastos públicos nos países industrializados chegaram a 44,8% do Pib, em média, subindo para 47,2% do Pib em 1994” - *The growth of government and the reform of the State in industrial countries*, IMF Working Paper 95/130, in Finanças e Desenvolvimento, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, setembro 1996.

passou da média de 28,5% em 1960, para 43,3% em 1980, 46,1% em 1990 e 47,1% em 1996.⁶

Como ordem de grandeza, portanto, os países desenvolvidos gerem através do setor público cerca de metade do seu produto social, enquanto os subdesenvolvidos gerem um terço ou menos.⁷

Apresentar estes dados é importante, na medida em que muitos passaram a raciocinar em termos de um "Estado pequeno e eficiente", justificando na realidade um processo caótico de privatizações, engavetando a questão essencial do como funciona e a quem serve o Estado. A realidade com a qual temos de trabalhar, para enfrentar os processos de mudança que vimos acima, é a de um Estado que será sempre uma estrutura ampla, mas que tem de passar a funcionar de forma diferente. É o conjunto dos espaços diferenciados do desenvolvimento que tem de ser repensado na sua dimensão institucional.

Se as sociedades desenvolvidas se modernizaram de fato (mesmo quando não no discurso) reforçando o Estado, e os dados acima não deixam dúvidas a respeito, o eixo principal de ação não consiste em cortar segmentos da administração pública, mas de buscar um melhor funcionamento e com outras finalidades. A uma pessoa gorda que se move mal não se corta a perna para que fique mais leve: busca-se melhorar o seu modo de vida. No nosso caso, trata-se de buscar soluções institucionais mais flexíveis e sobretudo mais democráticas.⁸

Em termos de eficiência global de como a sociedade gere os seus recursos, um diretor da ENA (Ecole Nationale d'Administration) de Paris tirava das cifras acima uma lição simples: se o Estado nas sociedades modernas gere cerca de metade do produto social, racionalizar as suas atividades constitui a maneira mais eficaz de se elevar a produtividade do conjunto da sociedade.

⁶ - "O governo grande, longe de estar morto, floresce poderosamente" (Big government, far from being dead, is flourishing mightily) - *The World Economy Survey: the Future of the State*, The Economist, 20 September 1997, p. 7-8; fato imensamente significativo, e pouco realçado, é que o *Big Government* e o *Big Business* estão florescendo de maneira simétrica, gerando uma nova macroestrutura de poder que articula *Big Government*, *Big Business* e as organizações internacionais como OMC, FMI, BIS.

⁷ - O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997*, do Banco Mundial, constata que "os gastos do Estado absorvem atualmente quase metade da receita total nos países industrializados e cerca de um quarto nos em desenvolvimento. Mas este mesmo aumento da influência do Estado fez também com que a ênfase passasse do aspecto quantitativo para o qualitativo, do mero tamanho do Estado e do alcance das suas intervenções para a sua eficácia no atendimento das necessidades dos cidadãos". A visão do Estado mínimo constitui uma bobagem até para o Banco Mundial.

⁸ - ver John Osborne e Ted Gaebler - *Reinventando bo governo* - M-H editora, Brasília 1994, estudo que causou uma pequena revolução nos Estados Unidos, em particular porque mostrou que o problema não se coloca em termos de privatizar/estatizar, e sim, de forma bem mais ampla, de uma nova hierarquia de decisões, envolvendo entre outros a dimensão do espaço público-comunitário. Não se trata aqui de endossar simplesmente um estudo que foi feito para outro país. No entanto, não há mal nenhum em aprender com os outros, sobretudo quando o nosso universo de governo ainda se debate em sistemas articulados de corrupção e fisiologismo que fazem parecer avançada qualquer proposta minimamente racionalizadora.

Em todo caso, centrar o debate no *tamanho* do Estado constitui uma absurda simplificação do problema. O Estado está aumentando não por algum tipo de ideologia socializante, mas pelo fato que o centro de gravidade das atividades humanas está se deslocando para novas áreas onde o setor privado é notoriamente ineficiente, enquanto soluções alternativas que devolvem a gestão para a própria sociedade civil ainda estão em fase embrionária.⁹

O funcionamento do Estado

A alocação equilibrada dos recursos do país constitui um fator central do seu avanço ou atraso. Recursos concentrados em mãos de intermediários financeiros ou comerciais, enquanto produtores ficam sem poder investir, constituem um fator de desequilíbrio e estagnação. A existência simultânea de grandes fortunas e de um povo miserável constitui uma característica de subdesenvolvimento, que se traduz em permanente clima de tensão, violência, e uma democracia que só funciona “pro forma”. Não basta que o país acumule carros, aviões, hotéis de luxo e outras aparências externas de prosperidade, ou que os donos do país tentem ostentar aparências de “cultura”.¹⁰

Nesta formação social à procura da sua modernidade, independentemente das utopias que alimentam os nossos sonhos e ideais, é essencial democratizar e tornar transparente a alocação de recursos do país, medidas que podem parecer meramente administrativas em outros lugares, mas que num país com classe dirigente assentada tradicionalmente em esquemas corruptos e fisiológicos, e um judiciário amplamente cooptado pelo sistema, representaria um imenso avanço político, e em todo caso uma condição necessária para outros avanços. Não há milagres nesta área que tem no Brasil, assim como no México e outros países, raízes culturais profundas.

Da mesma forma que uma pessoa não pode se levantar pelo próprio cadarço, não se pode esperar que os grupos dominantes sozinhos tomem a iniciativa, ainda que seja indispensável a participação ativa dos seus segmentos mais esclarecidos, tanto na classe propriamente política como no empresariado. Sobre tudo, trata-se de encontrar formas

⁹ - Uma vez mais vemos como o enfoque demasiado global e que não leva em conta os processos diferenciados da sociedade realmente existente facilita a simplificação ideológica mas não a ação. O estudo citado do Economist lembra que o segmento que mais aumentou nos gastos do Estado dos países desenvolvidos é o das aposentadorias, e resulta simplesmente do aumento do tempo de vida do ser humano e da mudança da pirâmide etária. Grande parte do que se nos apresenta como o odioso gigante estatal resulta do fato que, como sociedade, temos de sustentar uma juventude que estuda mais tempo, e idosos que vivem mais tempo. O novo equilíbrio social entre ativos e inativos é simplesmente um custo para a sociedade, que resulta de uma evolução positiva. Culpar o Estado representa aqui uma solene bobagem, que só adquire respeitabilidade nos meios de comunicação pelo interesse natural dos grupos financeiros privados de se apropriarem de mais esta fatia de intermediação. A análise do Economist tampouco é suficiente: é o conjunto da área de políticas sociais que está se avolumando, exigindo novas soluções. O processo de urbanização também constitui um fator de mudança dos parâmetros.

¹⁰ - Este traço constitui uma característica fundamental da modernização brasileira. Sérgio Buarque de Holanda já trabalhava esta “incapacidade de modernização dos valores sociais tradicionais e a consequente ambiguidade de aparências em que se confundiam o arcaico e o moderno, seja nas atitudes e nos costumes, seja nas instituições políticas”, nas palavras de Maria Odila Dias, na sua introdução a *Sérgio Buarque de Holanda*, Editora Ática, São Paulo 1985, pág. 15

práticas que permitam que a pressão organizada da sociedade se manifeste dentro das instituições.

Os eixos de ação são conhecidos. A informatização e organização das informações públicas podem constituir uma alavanca poderosa ao tornar os dados mais acessíveis, como se viu no caso da localização de um dos principais eixos corrupção na Comissão de Orçamento da União, a partir de simples análise, realizada pelo senador Eduardo Suplicy, dos dados do sistema de informação financeira (Siafi) do próprio governo.¹¹

A institucionalização constitui outra linha de iniciativa, ao unificar o orçamento do Estado, ao separar gradualmente as contas públicas das privadas, ao criar instrumentos participativos de gestão dos grandes fundos como o FGTS e outros através da participação de representantes de trabalhadores e assim por diante.¹²

Outro eixo fundamental consiste na atuação da mídia. Esta tem um papel fundamental no acompanhamento e denúncia de irregularidades, dando à sociedade civil a base informativa da sua participação crítica. Por outro lado, uma mídia que se torna instrumento passivo de grupos políticos, acobertando situações indefensáveis, estará simplesmente minando a própria sobrevivência da democracia. Tornou-se indispensável a atividade independente (e não simplesmente privada) da mídia para desenvolver uma cultura de controle das atividades públicas e privadas que têm impacto social, através de uma cultura de participação e de ética política.¹³

Finalmente, é preciso rever de maneira fundamental a alocação dos recursos públicos no sentido de uma descentralização muito mais ampla do que as modestas tentativas realizadas até agora, em particular no quadro da constituição de 1988.

Na Suécia, o Estado gere dois terços do produto social. Mas o trabalho de Agne Gustafsson sobre "Governo Local na Suécia" mostra que o governo gere muito pouco no nível central. O país tem 9 milhões de habitantes, dos quais cerca de 4,5 milhões ativos, e destes 1,2 milhões são funcionários públicos de municípios e condados. Ou seja, cerca de

¹¹ - Iniciado no nível Federal, o Siafi passou posteriormente a ser gradualmente aplicado aos Governos Estaduais e está sendo aplicado aos municípios de certo porte. Trata-se de um avanço modesto mas de enormes implicações no contexto brasileiro.

¹² - O prêmio nobel de economia James Tobin, ao avaliar os sistemas de especulação que se apoderaram da área financeira, constata que "aqui como em tantas outras dimensões da vida humana neste globo, as tecnologias ultrapassaram as instituições políticas e sociais" (technologies have outrun political and social institutions). - contribuição especial ao *Human Development Report 1994*, p. 70. Um bom exemplo de renovação institucional pode ser encontrado no excelente artigo de Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini, *Por uma previdência complementar digna*, propondo "uma ação na qual os sindicatos sejam os protagonistas da expansão e da direção dos planos previdenciários", contribuindo diretamente para a geração de uma "importante fonte de financiamento da infra-estrutura nacional, de geração de empregos e de competitividade dos produtos brasileiros". - Folha de São Paulo, 28-04-1997

¹³ - Hoje tornou-se perfeitamente viável um "grande" da mídia fazer os "seus" governantes, como foi o caso de Roberto Marinho com Fernando Collor de Mello. Não se trata de particularidade dos países subdesenvolvidos. O magnata da imprensa e televisão Rupert Murdoch simplesmente manteve os Tories no poder durante quase duas décadas na Grã-Bretanha: "The media baron [Rupert Murdoch] has been instrumental in keeping the Tories in power for the past 17 years" - Business Week, November 11, 1996, p.19. Naturalmente ninguém teve oportunidade de votar em Rupert Murdoch, nem para Roberto Marinho.

um trabalhador em cada quatro é funcionário público local. O resultado prático é que o governo central na Suécia se contenta com 28% dos recursos públicos do país, enquanto as estruturas locais de gestão, que permitem participação muito mais direta do cidadão, controlam cerca de 72%. Esta cifra se compara com 5% na Costa Rica, 4% no Panamá, e um provável 17% no Brasil.¹⁴

Em termos simples, é essencial que a decisão de uso e o controle dos recursos sejam aproximados do usuário final, maior interessado na boa realização da obra ou na boa organização da iniciativa. Quanto menos intermediários e escalões hierárquicos entre o uso final dos recursos e o segmento interessado da sociedade, maior a transparência, a capacidade de controle, a democratização dos processos. Trata-se de um dos elementos mais importantes da elevação da densidade organizacional da sociedade.

Os atores sociais

O nosso universo ideológico e a nossa metodologia de análise social estão centrados no conceito de classe social. E segundo as nossas posições políticas, com as suas profundas raízes emocionais, temos os nossos “eleitos”, a visão de classe redentora burguesa ou proletária.

O universo realmente existente não obedece à clareza ideológica, e está evoluindo para uma impressionante ambiguidade. Ao desenvolvermos o conceito de atores sociais, não visamos substituir conceitos mais amplos ligados à análise de classe, e sim resgatar um conceito que nos permite uma análise mais voltada para o pragmatismo do funcionamento das instituições. Em outros termos, a vinculação salarial com os processos produtivos, não deixa de constituir um eixo essencial de organização das lutas sociais, mas se insere em espaços complexos e diversificados com os quais tem de se articular.

No centro do processo está o fato de que nem o sistema de empresas privadas nem a máquina realmente existente de Estado trazem respostas efetivas às nossas necessidades sociais. As empresas porque nos enchem de quinquilharias sem assegurar o essencial, destroem de forma acelerada o nosso ambiente de vida, e desarticulam a sociedade com a polarização econômica. E o Estado porque na sua estrutura tradicional centralizada, simplesmente não está aparelhado para uma gestão política moderna. Com os dois sistemas crescentemente controlados pelas chamadas techno-burocracias, gerou-se uma incapacidade de resposta às necessidades do nosso cotidiano, ao mesmo tempo que se avolumam contradições de escala planetária, fruto da globalização, e os dramas locais que resultam da concentração urbana. Um relatório das Nações Unidas formula o problema de maneira expressiva, ao dizer que o Estado-nação se tornou pequeno demais para as grandes coisas, e grande demais para as pequenas.

¹⁴ - ver o artigo de Rui Affonso, *Os municípios e os desafios da federação no Brasil*, São Paulo em Perspectiva, jul/set 1996, p. 4 - Uma visão mais detalhada pode ser encontrada no excelente volume publicado pelo Cepam e Correios, *O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas*, Cepam, São Paulo 1999 cepam@cepam.com.br

Não há governo mundial, e portanto ninguém enfrenta realmente as contradições globais. Mas ao nível da sociedade civil a multiplicação de pequenos dramas não atendidos levou a uma expansão impressionante de organizações não governamentais (ONG's), organizações de base comunitária (OCB's), de organizações de solidariedade dos mais diversos tipos, movimento que representa essencialmente uma resposta espontânea do corpo social que busca na auto-organização soluções não encontradas nos dois subsistemas principais, da empresa privada e do Estado. Surge assim o “terceiro setor”.

Surgindo com força nos vazios deixados pela gestão social tradicional, o setor é tudo menos homogêneo. Envolve desde um grupo de vizinhos que querem resgatar o rio onde antes podiam pescar, até os complexos sistemas de crédito comunitário que hoje se multiplicam no mundo sem pagar os pedágios da máquina empresarial de intermediação financeira, passando pelas inúmeras formas de defesa de interesses profissionais de diversos segmentos da sociedade, muitas vezes estreitamente corporativos.

Segundo as Nações Unidas, as ONG's constituem a forma de organização que mais rapidamente se desenvolve no mundo. Envolvendo mais de 100 milhões de pessoas no início dos anos 1980, envolveria hoje mais de 250 milhões. Se acrescentarmos os sindicatos e os movimentos profissionais de diversas áreas, temos de constatar que a amplitude das formas organizadas da sociedade civil está mudando qualitativamente o seu peso na regulação da reprodução social.¹⁵

O conceito de atores sociais é amplo e complexo. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996* se refere às organizações da sociedade civil, envolvendo organizações sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, associações voluntárias, ONG's, fundações que permitem canalizar a incipiente responsabilidade social das empresas, bem como organizações “fronteiriças” que, como os sindicatos, tanto constituem um instrumento clássico de regulação do mercado capitalista, como cumprem funções articuladoras da sociedade civil.¹⁶ O essencial é constatar que está se generalizando no mundo uma forma de rearticulação da sociedade, e que a gestão do desenvolvimento não se faz mais apenas com as duas pirâmides tradicionais de poder, as empresas privadas e a máquina do Estado. Estamos claramente evoluindo para um sistema mais horizontal e mais interativo do conjunto do tecido social, pondo gradualmente de lado a alternativa estreita entre Rupert Murdoch e o Grande Irmão, aliás cada vez mais parecidos.

A ruptura é de paradigma: passamos gradualmente da pirâmide vertical e autoritária herdada do direito romano e retransmitida pela estrutura da igreja tradicional, para o

¹⁵ - Um estudo detalhado do tema pode ser encontrado no *Human Development Report 1993* das Nações Unidas. Uma classificação e avaliação das organizações da sociedade civil no Brasil pode ser encontrada no *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Brasil 1996*, Pnud/Ipea, Brasília 1996, com um bom resumo na p. 145. Ver também as publicações da Comunidade Solidária sobre as OSCIPs, ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Na internet, pode ser consultado o excelente site da Rede de Informação do Terceiro Setor, <http://www.rits.org.br>. A melhor visão de conjunto pode ser encontrada na coletânea dirigida por Lester Salamon, *Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector* The John Hopkins Center for Civil Society Studies, Baltimore, MD, 1999 <http://www.jhu.edu>

¹⁶ - *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996*, Pnud/Ipea, Brasília 1996

conceito de redes interativas de uma sociedade muito mais horizontal. Trata-se provavelmente da mais profunda mudança de filosofia de regulação social desde a antiguidade.

Um novo paradigma de Estado

Vamos retomar as áreas estudadas: as atividades produtivas, organizadas essencialmente em unidades empresariais, necessitam para o seu funcionamento de redes físicas de infraestruturas econômicas adequadas, como transportes e telecomunicações, para conectar e articular o conjunto. Os fluxos de uma economia dinâmica exigem por sua vez sistemas ágeis de intermediação comercial e financeira. Nenhuma destas áreas, por sua vez, pode funcionar sem uma participação ativa do ser humano, e o investimento social é hoje visto não só como objetivo central do desenvolvimento, mas inclusive indispensável para o próprio desenvolvimento das outras áreas.

Não adianta muito investir pesadamente em equipamento industrial moderno sem se formar a mão de obra, nem desenvolver exportações agrícolas em segmentos modernos de atividade econômica se dezenas de milhões de pessoas passam fome. Em outros termos, o essencial para a reprodução social é assegurar o desenvolvimento equilibrado das atividades produtivas, das infraestruturas, da intermediação e dos serviços sociais. Coloca-se então o problema: quem está encarregado de equilibrar o processo, o conjunto das áreas?

Estamos aqui no núcleo de governo. O professor também pode ser um funcionário público, ou o médico, ou o engenheiro que calcula a curva de uma estrada. Mas tratam de segmentos de políticas setoriais sem responsabilidade sobre o conjunto. Neste sentido, a área do governo que lida com os “meios”, com a alocação de recursos financeiros, com a legislação, com a segurança, com as regras do jogo, tem de certa maneira uma responsabilidade maior de assegurar que a multiplicidade de iniciativas setoriais forme um conjunto que tenha pé e cabeça. Trata-se, de certa maneira, dos que governam o governo, que administram a administração.¹⁷

E não se trata aqui apenas da máquina do Estado: a governabilidade de uma sociedade não depende apenas do governo. Uma Fiesp, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, não é uma produtora. Tampouco é uma coordenadora das atividades industriais. A sua função é essencialmente de participar na definição das regras do jogo do setor, junto com o ministério correspondente, mas também interferindo junto à Fazenda para redefinir políticas fiscais, tarifárias ou outras. De certa maneira, foram-se multiplicando na sociedade instituições que não têm utilidade direta, mas que organizam a participação dos diversos setores no conjunto da reprodução social, e contribuem indiretamente para a produtividade social. Tanto podem ser partidos, como sindicatos, associações profissionais, organizações não governamentais (Ong's) ou organizações de base

¹⁷ - dos 546 mil funcionários públicos federais (ativos) existentes em 1997, 175 mil pertencem à saúde, e 128 mil à educação, representando 56% do total. Ver MARE, *Boletim Estatístico de Pessoal*, Brasília, junho de 1997, p. 30

comunitária. Trata-se igualmente dos órgãos da segurança, encarregados de fazer respeitar as regras do jogo aceitas legalmente no país, ou ainda das organizações paramilitares dos latifundiários que tentam definir regras do jogo fora da lei.

Na sociedade complexa de hoje, e particularmente com a deterioração da capacidade de governo que caracteriza o Brasil, foi-se tecendo assim um emaranhado de organizações que defendem em princípio os nossos interesses ainda que não o tenhamos solicitado, ao lado de instituições indispensáveis ao funcionamento das próprias instituições e da legalidade. Não trataremos aqui das atividades fins como agricultura, energia, saúde e outros, mas das diversas atividades cuja legitimação é de facilitar o funcionamento do sistema, ainda que frequentemente possam emperrá-lo. De certa maneira, trata-se de ver como nos governamos, de entender a dimensão concreta da política.

É útil lembrar aqui o pano de fundo de transformações estruturais que está afetando a área, e que vimos nos primeiros capítulos deste trabalho. Por um lado, a vertiginosa aceleração das transformações tecnológicas faz com que enfrentemos o problema de governar a mudança, e não uma situação relativamente estável. A mudança gera situações diversificadas e mais complexas nas suas articulações, o que faz com que as tradicionais respostas rígidas e globais se vejam ultrapassadas. Precisamos de sistemas descentralizados, flexíveis, transparentes e democráticos, enquanto a nossa cultura político-administrativa ainda está centrada no enfrentamento de situações estáveis através de leis relativamente permanentes e da filosofia do “cumpra-se”.

Por outro lado, vimos que a globalização transferiu para o espaço planetário uma série de processos de transformação social e econômica, sem que haja um governo mundial: gera-se assim um amplo espaço de perda de governabilidade, que se manifesta no sistema desenfreado de especulação financeira internacional, na pesca predatória mundial que está exterminando a vida nos mares, no sistema mundial de tráfico de drogas, armas, produtos radioativos e outros, reduzindo no conjunto a capacidade de governo dos Estados nacionais.

Finalmente, vimos também que a urbanização transferiu para os espaços locais, em particular as cidades, grande parte dos problemas concretos da reprodução social, envolvendo milhões de iniciativas de pequena escala que continuam a ser pessimamente geridos por sistemas centralizados, reduzindo tanto a governabilidade local quanto a macro-gestão de nível nacional.

Não há dúvida que boa parte da perda de governabilidade se deve à corrupção, fenômenos culturais diversos, defeitos individuais. Mas é importante manter em mente a que ponto a nossa capacidade de governo está limitada pela ausência de medidas estruturais destinadas a capacitar a sociedade para a gestão do novo mundo que emerge.

Uma das vantagens que resulta da desestruturação dos regimes de partido único, é o deslocamento da atenção para as formas práticas de se democratizar o Estado realmente existente, sem esperar a grande alternativa.

Não há muitas novidades no que tange à forma básica de estruturação dos poderes, em torno do executivo, legislativo e judiciário. No entanto, boa parte das nossas discussões que visam fazer o Estado funcionar situam-se neste nível. Quando consideramos que a solução poderia ser o parlamentarismo, e não o presidencialismo, estamos querendo encontrar soluções no melhor equilíbrio interno entre os tres poderes. Quando falamos no controle do judiciário, hoje em grande parte apropriado por feudos privados, estamos também tentando reequilibrar os poderes. Não que avanços nesta área não sejam necessários. A separação dos poderes constituiu um imenso progresso, sobretudo se considerarmos quão recentes são as nossas experiências autoritárias. Mas é importante entender que as mudanças mais significativas não se fazem apenas de dentro do próprio poder.

A principal correia de transmissão entre a sociedade civil e a máquina do Estado é o partido. A idéia é de que diversos segmentos da sociedade, com os seus interesses diversificados, possam se constituir em partidos, e com isso assegurar um certo equilíbrio na representação da sociedade junto ao poder.

Assim, outra parte significativa das discussões sobre o resgate da nossa tão desgastada capacidade de governo situa-se na órbita de como melhorar a representação partidária. Nesta linha situam-se os argumentos referentes a uma vinculação mais forte dos deputados, por exemplo, com quem os elege, através do voto distrital ou do voto distrital mixto, utizando-se aí referências como a Alemanha ou outros. Trata-se, de certa forma, de melhorar a representatividade. Na realidade, conforme vimos, o peso da concentração de renda, no caso brasileiro, é tão forte, que finalmente a reeleição de um político depende mais das suas boas relações com quem tem dinheiro do que do seu comportamento honesto relativamente aos que nele votaram. Quando as relações de força são tão desiguais, a lei não adianta muito. Foram criados limites legais à contribuição de empresas a candidaturas políticas. O resultado foi a generalização de atitudes ilegais, e os próprios políticos ameaçados criaram a lei que não só autoriza as empresas a financiarem os seus candidatos com somas astronômicas, como desobriga os candidatos de revelar as suas fontes de dinheiro. As empresas podem abater as contribuições do seu imposto de renda, o que significa finalmente que as empresas compram os *seus* políticos com dinheiro nosso, e sequer ficamos sabendo a quem os “nossos” representantes pertencem.

O problema não é só brasileiro, e a erosão da figura de partido político, como do próprio voto, está se generalizando no planeta. O presidente dos Estados Unidos é eleito por menos de um terço das pessoas com direito a voto, e a escolha é entre dois partidos que representam grupos econômicos diferentes, mas de posições cada vez mais difíceis de se distinguir. As alternativas reais sobre a orientação das formas como a sociedade se desenvolve não estão na mesa. E uma gigantesca indústria de marketing político torna todo o processo cada vez mais surrealista.

Uma razão para esta deformação sistemática da representação política é que as decisões se tomam de fato, senão na teoria, entre grupos minoritários de pessoas que se conhecem. Os grandes grupos econômicos e os políticos a eles ligados se conhecem entre sí, e as decisões se tomam cada vez mais fora dos espaços formais de decisão. Na

realidade, são personagens chave que articulam as decisões entre si, e o processo representativo se tornou amplamente insuficiente.

No Brasil, há pelo menos cinco grandes grupos que possuem um amplo e estruturado sistema de interferência nas decisões políticas. As grandes empreiteiras são literalmente *donas* de deputados, senadores, juizes, diretores, frequentemente de ministros, e ninguém duvida do poder real que manejam, apesar de ninguém ter votado nelas. Outro grupo de poder político organizado são as grandes empresas de mídia, que na tradição da manipulação e chantagem política tão bem desenvolvidas por Assis Chateaubriand, “valem” milhões de votos, por mais que o sistema formalmente seja de “um homem um voto”. Os usineiros e grupos de grandes latifundiários, donos da chamada “bancada ruralista”, dão continuidade ao poder político organizado de grupos econômicos ainda desde o século passado, manejando a imensa máquina de especulação fundiária e de subsídios, ambos vitalmente dependentes do poder político. Um quarto grupo são os grandes bancos, que também fazem periodicamente os seus próprios ministros, mas que têm sobretudo uma máquina permanente e bem estruturada dentro do sistema político formal. Um quinto grupo que deve ser mencionado são as grandes montadoras multinacionais de automóveis, que conseguiram a grande proeza de ser simultaneamente multinacionais e protegidas da concorrência internacional, levantando alto a bandeira da indústria nacional. O poder das montadoras, que se constata por exemplo nos volumes de financiamento a candidatos presidenciais, resulta da própria importância da cadeia técnica do automóvel, que inclui as concessionárias, as autopeças, o sistema de distribuição de combustível e outros grupos de atividades que colocam de certa forma as montadoras no topo de uma gigantesca pirâmide econômica. Também estas empresas souberam constituir a correspondente rede política.¹⁸

Pode-se privilegiar estes cinco grupos de poder econômico informalmente estruturados como poder político, ou outros, ou ainda acrescentar segmentos regionalmente poderosos. O importante, é o que Adam Smith já comenta na *Riqueza das Nações*: os grupos econômicos poderosos são poucos, ficando mais fácil a sua organização.¹⁹ O resultado prático é um desequilíbrio permanente da tradicional “república”, sempre tendente a defender os já defendidos. O essencial para o nosso raciocínio, aqui, é que a democracia apoiada num só pé, no partido, tornou-se insuficiente.

¹⁸ - As raízes deste poder ao mesmo tempo truculento e discreto das grandes famílias no Brasil podem ser bem visualizadas no *Chatô* de Fernando Morais, no *Mauá* de Rafael Caldeira, no *Memórias das Trevas* de João Carlos Teixeira Gomes, além evidentemente de estudos clássicos como *Os Donos do Poder*, de Faoro. No entanto, não existe no Brasil nenhum estudo sistemático da estrutura familiar do poder real, desta imensa área de sombra que se perfila por trás dos nossos processos aparentemente democráticos.

¹⁹ - “Sempre que a legislatura procura regular as diferenças entre os patrões e seus trabalhadores, seus conselheiros são sempre os patrões...Quando os patrões se reúnem para reduzir os salários de seus trabalhadores, comumente entram num pacto ou acordo particular para não dar mais que um certo pagamento, sob uma certa penalidade. Se os trabalhadores entrassem numa símile combinação contrária, de não aceitar um dado salários, sob certa penalidade, a lei os puniria severamente, e se esta agisse com imparcialidade trataria os patrões do mesmo modo”. - Adam Smith, *Riqueza das Nações*, Hemus, São Paulo 1981, p. 103

As crises da primeira metade do século apontaram um caminho mais rico. A partir da crise mundial de 1929, e com o vasto movimento do New Deal de Roosevelt, nos Estados Unidos, foi-se gerando na linha de Keynes uma compreensão de que o próprio capitalismo precisaria organizar o contrapeso social aos interesses econômicos. Muito se discutiu se os avanços obtidos resultaram da combatividade dos sindicatos ou da compreensão da própria classe dirigente. Houve seguramente um pouco de ambos, ainda que a maioria dos empresários achasse que Roosevelt fosse simplesmente um comunista. Um fator muito importante foi também a tragédia da II Guerra Mundial, que realmente mostrou ao mundo a que nível de barbárie podia levar o casamento de minorias políticas com grandes interesses econômicos. Depois da guerra, um conjunto de países passou a assegurar ativamente condições democráticas internas, com políticas sociais e respeito à organização dos trabalhadores através dos sindicatos.

A estruturação sindical é evidentemente diferente do partido. Este veicula uma expressão ideológica sobre as grandes opções do país, e tem por espaço de manifestação a máquina de governo, o parlamento. O sindicato pode reunir gente que vota em partidos diferentes numa plataforma de organização do trabalho e políticas de remuneração comuns. Com a generalização do trabalho assalariado, a empresa, onde as pessoas passam a se conhecer e a reconhecer interesses comuns, tornou-se uma grande base de organização da sociedade civil. A organização de milhões de trabalhadores mudou naturalmente as relações de força, gerando a chamada social-democracia. De certa forma, trata-se de uma democracia já não apoiada num pé só, como a república burguesa tradicional, mais em dois pés, os partidos e os sindicatos. Representou um gigantesco avanço, ainda que fosse aplicado no grupo de países que se tinham efetivamente estruturado como economias industriais maduras. No mundo subdesenvolvido, com amplas massas rurais e grande concentração de renda, o próprio Keynes, que publicou a sua teoria em 1936, representaria excessiva subversão. E nos países comunistas, explicava-se que os sindicatos tinham de obedecer porque quem estava no poder eram os próprios trabalhadores, mais uma trágica simplificação do conceito de representação política.

A organização dos interesses profissionais foi sem dúvida facilitada pelo fato dos trabalhadores terem passado a trabalhar agrupados no espaço empresarial, conhecendo-se, constatando o que têm em comum, e não é surpreendente que as grandes empresas apresentem em geral organizações de classe mais sólidas. De toda forma, o sistema político que emergiu, a *social democracia*, representou um imenso avanço no processo de construção da nossa capacidade de organização política.

Podemos estender o mesmo raciocínio para os impactos do processo moderno de urbanização. É bom lembrar que a história da humanidade é essencialmente rural, que a formação de grandes espaços empresariais data de pouco mais de um século, e que a urbanização generalizada é ainda mais recente. A idéia que queremos trazer aqui, é que quando uma sociedade deixa de consituir um tecido descontínuo de trabalhadores rurais, e passa a viver numa pirâmide complexa de vilas e cidades, começa naturalmente a se organizar em torno dos "espaços locais", do local de residência, do que John Friedmann chamou de *life-space*, ou espaço de vida. Temos ainda pouca consciência da dimensão e

dos impactos diversificados da revolução demográfica que ocorreu com o processo de urbanização.

O impacto político da formação deste terceiro eixo de organização da sociedade em torno dos seus interesses, o eixo comunitário, marca a evolução de uma sociedade governada por "representantes" para um sistema no qual a participação direta do cidadão adquire um peso muito mais importante.

O cidadão das democracias mais avançadas participa hoje de numerosas organizações comunitárias. Participa da gestão da escola, do seu bairro, de decisões do seu município, de grupos culturais etc. A descentralização dos recursos públicos constitui assim um processo articulado com uma evolução do funcionamento do Estado. Quando o uso dos recursos é decidido localmente, as pessoas participam efetivamente, pois não vão numa reunião política para bater palmas para um candidato, e sim para decidir onde ficará a escola, que tipos de centros de saúde serão criados, como será utilizado o solo da cidade e assim por diante.

Não se trata naturalmente de reduzir a sociedade ao "espaço local", na linha poética de um "small is beautiful" generalizado. Trata-se, isto sim, de entender a evolução das formas de organização política que dão sustento ao Estado: a modernidade exige, além dos partidos e de sindicatos organizados em torno dos seus interesses, comunidades organizadas para gerir o nosso dia a dia. Este "tripê" de sustentação da gestão dos interesses públicos, que pode ser caracterizado como *democracia participativa*, é indiscutivelmente mais firme do que o equilíbrio precário centrado apenas em partidos políticos.

O que desponta no centro do debate político, portanto, é menos o problema da propriedade privada ou não dos meios de produção, e o equilíbrio setor privado/setor estatal, como a própria relação entre a sociedade civil e o conjunto da macroestrutura de gestão da reprodução social. O avanço da república burguesa, com apenas a estrutura partidária assegurando a ligação poder/sociedade civil, para a social-democracia apoiada em partidos mas também em organizações profissionais, e agora o surgimento da ampla gama de formas diretas de organização social a partir das cidades, representam no seu conjunto um progressivo enriquecimento desta relação.

Falta um ponto evidente nesta análise: a mediação das relações entre o poder visto no sentido amplo, e a sociedade civil, se faz por meio da informação. Neste sentido, a democratização do acesso à informação, a geração de estruturas de informação menos manipuladas, e estruturadas em redes descentralizadas, tornam-se essenciais. Com partidos múltiplos, sindicatos e organizações profissionais representativos, fortes organizações comunitárias e uma "mídia" democratizada, teremos bases bases institucionais razoáveis para uma gestão política equilibrada.

A modernidade não se conquista com passes de mágica. Implica uma visão política, de que participar na construção do seu espaço de vida, mais do que receber presentes das "autoridades", constitui uma condição essencial da cidadania. Implica uma visão

institucional, menos centrada nas "pirâmides" de autoridade, e mais aberta para a colaboração, as redes, os espaços de elaboração de consensos e os processos horizontais de interação. Implica finalmente numa visão centrada no homem, na qualidade de vida, na felicidade do cotidiano, e um pouco menos nas taxas imediatas de retorno.

3 - O espaço local: âncora da organização social

“Se você estiver com frio e quiser um cobertor a mais, você pode fazer uma petição ao ministro da justiça, mas não receberá resposta. Se você procurar o encarregado de cadeias, ele dirá ‘desculpe, é contra o regulamento’. O diretor da prisão dirá ‘se eu lhe der um cobertor a mais, terei de dar para todos’. Mas se você procurar o carcereiro no corredor e estiverem em bons termos, ele simplesmente irá ao depósito e lhe pegará um cobertor.” - Nelson Mandela²⁰

Temos uma dificuldade natural de assimilar o furacão de transformações que atinge a sociedade, e que exige uma revisão profunda das nossas concepções de como a sociedade se organiza. A urbanização jogpa sem dúvida um papel central neste processo. Em pouco mais de um século nos tornamos sociedades urbanas, frequentemente jogados em megalópoles de dezenas de milhões de habitantes, acotovelados em espaços de densidade impressionante, encavalados em transportes coletivos com pessoas que nunca vimos, surpresos de ver o rosto de um vizinho que nos era desconhecido, enfrentando a difícil convivência do luxo e da miséria. Esta mistura de anonimato, de distâncias sociais e de proximidade física gera um universo novo que ainda não aprendemos a administrar.

A tradicional família ampla, onde primos, tias, avós e crianças asseguravam uma permanente e saudável turbulência foi substituída pela família estreita, do pequeno apartamento cheio de claustrofobias sociais, onde a única ponte para o mundo externo é o aparelho de televisão. A vida social foi em boa parte substituída pela vida por empréstimo da telenovela. A rede social de solidariedade, natural nas famílias amplas, e que ainda notamos em famílias urbanas de imigração recente, é substituída por sistemas anônimos de segurança burocrática onde pessoas não integradas ao sistema, e são muitas, são simplesmente jogadas na rua como lixo, gerando um sentimento de abandono e um clima generalizado de insegurança.

Na falta de formas adequadas de gestão das novas dimensões do nosso espaço social, uma massa de gente mais abastada tem fugido para condomínios fechados, buscando a

²⁰ “If you are cold and want an extra blanket, you might petition the minister of justice, but you will get no response. If you go to the commissioner of prisons, he will say, “Sorry, it is against regulations.” The head of prison will say, “If I give you an extra blanket, I must give one to everyone.” But if you approach the warden in your corridor, and you are on good terms with him, he will simply go to the stockroom and fetch a blanket” - Nelson Mandela, Long Walk to Freedom, p. 497

É interessante cruzar este texto de Mandela, escrito na prisão, com a sua filosofia de governo, já como Presidente da República: “Ao mobilizar os recursos das comunidades urbanas, o governo e o setor privado, podemos transformar as nossas cidades em centros de oportunidades para todos os sul-africanos, e nos tornarmos competitivos na economia mundial. O sucesso disto dependerá da iniciativa tomada por residentes urbanos para construir o poder local e promover o desenvolvimento econômico local” - Nelson Mandela, The Urban Development Strategy White Paper, 1996

segurança do isolamento onde já não há o prazer do convívio. Geram-se assim ghettos de prosperidade artificial, isolando as crianças, preparando novos dramas.²¹

Se a presença central da cidade na dimensão espacial das nossas sociedades é nova, a presença forte da mulher não é. Nas sociedades agrárias a mulher sempre teve um papel central, e foi uma fase temporária do capitalismo que gerou a *casa de bonecas*, a mulher que enfeita o lar enquanto o marido enfrenta o mundo real. A ruptura deste modelo, que foi muito presente numa fase das sociedades ocidentais, abre hoje um imenso espaço de participação profissional, social e política da mulher, mudando em profundidade a própria base cultural de como se organiza a sociedade. Não se trata aqui de manifestar atitudes politicamente corretas, mas de uma compreensão de que a construção de uma sociedade solidária passa necessariamente por uma papel radicalmente maior da mulher nos processos de decisão da sociedade sobre os seus próprios destinos.

Um outro fator amplamente subestimado é o impacto do desenvolvimento das políticas sociais, que hoje ocupam uma parte extremamente significativa da mão de obra. Surgindo com força nos espaços urbanos, estas atividades, envolvendo a educação e a economia do conhecimento no sentido amplo, a saúde, atividades de lazer, segurança, previdência e outros, exigem estruturas extremamente capilares, pois têm de chegar a cada cidadão. Políticas capilares e fortemente diferenciadas segundo as regiões, as culturas, os usuários, só encontram ambiente institucional favorável com sistemas flexíveis, descentralizados e participativos, gerando novas relações sociais e políticas.

A estas transformações profundas se acrescentam a revolução tecnológica em curso, que muda os instrumentos técnicos de que dispomos, altera a organização do trabalho e a disponibilidade de empregos, aprofunda o já dramático distanciamento entre ricos e pobres, faz surgir novos dramas ambientais.

O novo universo que surge representa ao mesmo tempo um gigantesco desafio e grandes oportunidades. Tres cúpulas mundiais, a do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente, a de Copenhague sobre a situação social e a de Istanbul sobre as cidades, mostram o tamanho do desafio. Vivemos em espaços inseguros, onde se deslocar tornou-se um sacrifício, onde coisas tão naturais como a água limpa ou até o ar limpo já são um luxo, onde olhamos impotentes avolumarem-se os problemas da criminalidade, da infância abandonada, do desemprego, da juventude à procura de um mínimo de sentido nas coisas.

Por outro lado, tal como as pessoas reunidas numa empresa irão buscar uma lógica sistêmica em função da produção, as aglomerações urbanas buscam com ansiedade formas de organizar-se em torno à qualidade de vida. E a possibilidade existe, pois o próprio caráter sistêmico do habitat urbano nos obriga a nos organizarmos, a desenvolver novos instrumentos de gestão social.

²¹ - Um programa de televisão americano estima que um terço da população dos Estados Unidos viverá em condomínios fechados por volta de 2010. Os condomínios, sendo privados, colocam as restrições que desejam à circulação da polícia, a visitas, ao ir e vir da vida particular: refúgios que misturam as tecnologias do século XX com o tribalismo defensivo da prehistória. Não pudemos verificar os dados sobre a amplitude da tendência nos Estados Unidos, mas o processo ilustra bem os nossos dilemas.

A cidade, que é o lugar onde em última instância vivemos, onde estão as escolas dos nossos filhos, o médico que consultamos, o comércio onde nos abastecemos, tem de apresentar uma certa lógica de ações articuladas. É do resgate da raiz *pólis* da política que dependerá a nossa possibilidade de ultrapassar uma fase em que as políticas urbanas são cortadas em fatias setoriais desarticuladas, onde a ocupação do espaço se dá no processo selvagem da especulação, da corrupção e da violência, onde o uso predatório dos recursos naturais liquida a cobertura vegetal gerando enchentes e caos climático, onde rios inundados de produtos químicos colocam em risco o nosso futuro.

A construção da capacidade de governo local, muito atrasada relativamente às transformações estruturais que o mundo está vivendo neste fim de século, tornou-se vital. As cidades estão na linha de frente dos problemas, mas no último escalão das decisões administrativas. E o forte processo de êxodo rural está fazendo com que suas tarefas se tornem maiores e mais urgentes a cada dia. Seguindo a tendência geral moderna rumo à democratização, descentralização e gestão participativa, as administrações municipais terão de lutar para melhorar seu nível de organização política, econômica e cultural.

Estado do Século XIX, problemas do Século XXI

É importante levar em conta que somos um país de urbanização tardia. Ademais, não se trata, como o foi em grande parte no caso dos países desenvolvidos, de uma urbanização por atração dos empregos gerados nas cidades, mas por expulsão do campo. O nosso mundo rural foi atravessado por uma poderosa corrente modernizadora que implantou a monocultura e a mecanização, reduzindo drasticamente o emprego, e por outra corrente profundamente conservadora, que transformou o solo agrícola em reserva de valor, que os proprietários não usam nem deixam usar. Sem emprego no campo, ou quando muito com emprego sazonal característico da monocultura, e sem alternativa de acesso à terra, a população foi literalmente expulsa para as cidades, originando periferias miseráveis, com bairros que tiveram frequentemente taxas de crescimento superiores aos 10% por ano.

Este processo de expulsão é hoje agravado pelo impacto das novas tecnologias sobre a indústria e os serviços urbanos, que se vêm obrigados a reduzir a mão de obra empregada, deixando para estes excluídos das periferias urbanas a alternativa do setor informal, do desemprego, do subemprego sob forma de serviços domésticos, de seguranças dos mais variados tipos, além das atividades francamente ilegais.

Esta situação implica no surgimento de milhões de pequenos dramas locais no conjunto do país, problemas graves de habitação, saúde, poluição, necessidades adicionais de escolas, organização de sistemas de abastecimento, programas especiais para pobreza crítica, elaboração de projetos de saneamento básico e assim por diante.²²

²² - Um exemplo da área de saneamento: "A população beneficiada com serviço de esgotamento sanitário no Brasil, em 1989, pelo sistema Planasa, era constituída de 28,8 milhões de pessoas, ou seja 20,6% da população urbana. Segundo pesquisa do IBGE, em 1989, 2.092 municípios brasileiros, correspondentes a 47,2%, possuíam rede coletora de esgotos e, desse total, cerca de 350, isto é, 8%, possuíam algum tipo de tratamento. Em apenas 51 municípios existia estação de tratamento. O dado mais alarmante, todavia, é que

Assim os municípios passam a se encontrar na linha de frente de uma situação explosiva que exige intervenções ágeis em áreas que extrapolam as tradicionais rotinas de cosmética urbana, já que se trata de amplos projetos de infraestruturas, políticas sociais e programas de emprego, envolvendo inclusive estratégias locais de dinamização das atividades econômicas.

O deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, enquanto as estruturas político-administrativas continuam centralizadas, criou um tipo de impotência institucional que dificulta dramaticamente qualquer modernização da gestão local, enquanto favorece o tradicional caciquismo articulado com relações fisiológicas nos escalões superiores.

Quando um país era constituído por uma capital e algumas cidades mais, rodeadas por uma massa dispersa de agricultores, era natural que todas as decisões significativas, e sobretudo o controle dos financiamentos, passassem pelo nível central de governo. Com o processo de urbanização, os problemas se deslocaram, mas não o sistema de decisão correspondente. Assim, o que temos hoje é um conjunto de problemas modernos e uma máquina de governo característica das necessidades institucionais da primeira metade do século.

Estilos de governo

As simplificações que consistem em gerir o espaço público como se fosse uma empresa privada não têm muito sentido, na medida em que o cliente da área pública, a população, é proprietário legítimo da empresa. A administração pública tem de ser, por definição, democrática.

No entanto, é hoje essencial conhecer o que está acontecendo na administração empresarial, e utilizar as experiências positivas que possam melhorar o desempenho da administração pública. Tal como a administração pública, a área empresarial se defronta com um universo em mudança, envolvendo maior diversidade e maior complexidade no ambiente externo. Em termos empresariais, isto implica sistemas de gestão muito mais flexíveis, com grande agilidade para se adaptar a situações novas, o que por sua vez exige muito mais autonomia dos diferentes subsistemas da empresa, circulação muito mais ampla das informações e redução do leque de hierarquias.

Em termos simplificados, gerir a mudança de forma ágil implica uma descentralização das decisões. Para evitar a desarticulação e falta de coordenação que a descentralização pode gerar, a empresa passa a trabalhar em "times" identificados com os objetivos globais, criando uma dinâmica participativa, e com um ambiente rico em informações, para que todos tenham uma visão de conjunto. Uma empresa moderna já não pode

45,4% dos domicílios brasileiros não possuíam rede coletora ou fossa séptica". IPEA/IBAM, *Subsídios para uma Política de Descentralização de Serviços Públicos*, Março de 1993, p., 37, citando estudo de Edgard Bastos de Souza.

trabalhar com a divisão tradicional entre a gerência que conhece e ordena, e o peão que executa.

Mas as empresas trabalham também inseridas num tecido econômico muito mais interativo. Como trabalhar em sistema "just in time", por exemplo, com níveis de estoques de algumas horas, se a empresa não está articulada de forma muito precisa com os seus fornecedores? Na prática, o que ocorre é a gradual substituição do mercado por um sistema articulado de dependências interempresariais, criando um contexto novo de organização da produção. A tendência vai no sentido de um sistema complexo de relações horizontais entre empresas e segmentos empresariais, as "redes interempresariais", onde unidades formalmente independentes fazem parte de um tecido econômico complexo, articuladas através de acordos tecnológicos, propriedade cruzada de ações, financiamentos conjuntos etc.²³

O gigantesco potencial que este tipo de transformações representa na área da administração pública é estudado em detalhe, por exemplo, no "*Empowerment*", de John Friedmann, e no já citado "*Reinventing Government*" de Osborne e Gaebler, trabalhos que estudam inclusive experiências práticas das novas tendências administrativas nas mais variadas áreas.²⁴

Trata-se evidentemente de repassar muito mais recursos públicos para o nível local, mas trata-se também de deixar a sociedade gerir-se de forma mais flexível segundo as características de cada município. O novo estilo passa portanto pela criação de mecanismos participativos simplificados e muito mais diretos dos atores chave do município, empresários, sindicatos, organizações comunitárias, instituições científicas e de informação e outros. Passa também pela criação de mecanismos de comunicação mais ágeis com a população, porque uma sociedade tem de estar bem informada para poder participar. Passa pela flexibilização dos mecanismos financeiros, com menos regras e fiscais, e mais controle direto de comités e conselhos da comunidade interessada. Passa pela ampliação do espaço de interesse da prefeitura, que deverá ultrapassar as preocupações com a cosmética urbana e algumas áreas sociais, para se tornar o catalizador das forças econômicas e sociais da região. Passa finalmente pela organização de redes horizontais de coordenação e cooperação entre municípios, tanto no plano geral como sobretudo em torno a programas onde os municípios são interdependentes, como no caso de transportes, meio ambiente e outros.

Assim, mais do que discutir simplesmente a privatização, torna-se necessário ampliar o debate, na linha da excelente formulação do estudo Ipea/Ibam: "A questão da privatização deve ser compreendida num sentido mais amplo, qual seja, no papel do poder público local

²³ - Um excelente estudo destas tendências pode ser encontrado em Michael Gerlach, *Alliance Capitalism*, University of California Press, Los Angeles 1992. Conforme vimos no volume 2, Gerlach conclui que o ambiente de funcionamento da empresa moderna deslocou-se "do mundo anônimo da mão invisível" para "as esferas concretas do planejamento e da coordenação".

²⁴ - John Friedmann - *Empowerment: the Politics of Alternative Development*, Blackwell, Cambridge Mass., 1992; David Osborne and Ted Gaebler - *Reinventing Government* - Addison Wesley, New York 1992, este último foi publicado em português pela M-H Editora, Brasília.

em mobilizar os agentes da sociedade civil local – privados e comunitários – como um caminho para nova articulação Estado e sociedade.”²⁵

A questão central é essencialmente de bom senso: nenhuma soma de políticas setoriais dos diversos ministérios irá se transformar em um conjunto articulado e coerente em cada município, se não é o próprio município que organiza o processo. O resultado será mais ou menos o que temos hoje nos municípios, onde se cria o posto de saúde mas as crianças continuam a brincar no córrego poluído, onde se contrata mais policiais mas não se abre oportunidades de emprego, onde se tira crianças do trabalho mas não se assegura alternativas de sobrevivência e assim por diante.

É indispensável que o nível local de poder, que deve assegurar a coerência do conjunto, esteja no leme do processo. É a única instância onde podem ser efetivamente articuladas as políticas de saúde, de educação, de formação profissional, de emprego, de informação, uma ação reforçando a outra.

E se trata igualmente da instância onde os diversos atores sociais, a administração pública, as empresas privadas, as universidades, os sindicatos, as organizações comunitárias mais diversas podem ser organizadas em torno a objetivos sociais e econômicos convergentes.

Não se trata de sonhar. O poder local pode se transformar num reforço do *caciquismo*, muitas políticas exigem articulação regional, e continuam indispensáveis as políticas mais amplas. O reforço da capacidade local de governo é necessário para uma gestão pública minimamente coerente, mas não é suficiente. A mudança exigida envolve uma alteração profunda da cultura político-administrativa que herdamos dos tempos da *casa grande e senzala*. A diferença, na nossa visão, é que uma sociedade participativa e organizada em torno dos seus interesses – e o interesse local é um poderoso organizador de cidadania – torna-se um forte estabilizador do próprio governo central e dos processos de regulação internacional de que necessitamos.

Resumindo, os principais pontos que poderiam caracterizar o enfoque proposto são os seguintes:

²⁵ - IPEA/IBAM - *Limites e possibilidades para a articulação público/privado na gestão de serviços públicos urbanos municipais*, Brasília, março 1993, p. 12

O princípio da proximidade: Na dúvida, ou salvo necessidades claramente definidas de que as decisões pertençam a escalões superiores na pirâmide da administração, estas devem ser tomadas no nível o mais próximo possível da população interessada. E nos referimos aqui à capacidade real de decisão, com descentralização dos encargos, atribuição de recursos e flexibilidade de aplicação. Este princípio da proximidade vale tanto para a administração pública como para autarquias e o setor privado. E não se trata de dotar as administrações centrais de "dedos mais longos" com a criação de representações locais, mas de deixar as administrações locais gerir efetivamente as atividades.

Papel mobilizador da administração local: Independentemente das atribuições próprias nas áreas dos serviços básicos como limpeza urbana e serviços sociais, a administração local tem de assumir um papel catalizador das forças sociais em torno dos grandes objetivos de médio e longo prazo da comunidade. Para dar um exemplo, o Rio de Janeiro perdeu espaço em tres eixos chave da sua sobrevivência econômica, a administração federal, a indústria e as atividades portuárias, constituindo hoje um gigantesco cogumelo demográfico sem a base econômica correspondente. Bem antes da atual implosão social que torna qualquer alternativa difícil, a cidade devia realizar os investimentos de longo prazo e mobilização social para se tornar grande capital turística, preparando assim um eixo econômico de desenvolvimento de mais longo prazo. Não podemos mais continuar com administrações locais que se limitam à cosmética urbana e a alguns remendos sociais.

Organização dos atores sociais: A concepção de que as câmaras de vereadores, que representam o aspecto político de alguns segmentos da sociedade local, possam representar efetivamente os interesses complexos e em plena transformação dos principais atores sociais do município, é demasiado estreita. As administrações locais devem criar foros de elaboração de consensos em torno dos problemas chave do desenvolvimento, incluindo nestes foros representações das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das organizações não governamentais, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes no município, de forma a assegurar que a gestão se torne mais participativa. Os exemplos bem sucedidos de administrações locais mostram antes de tudo uma grande capacidade de "engenharia social" no sentido de elaborar sistemas flexíveis de parcerias nos mais diversos níveis.

Enfoque da inovação: Neste fim de século que apresenta transformações tecnológicas profundas, com inovações informáticas que permitem modernizar e dar transparência à administração, com a telemática que permite dar acesso instantâneo ao munícipe sobre dados de gestão referentes à sua cidade, com as fotos de satélite digitalizadas que permitem o seguimento da situação ambiental, com novas tecnologias de reciclagem de resíduos sólidos ou biodegradação de esgotos, com novos enfoques organizacionais mais horizontais e flexíveis, as administrações devem perder o medo de inovar, podendo inclusive introduzir soluções em caráter experimental, deixando a própria sociedade se pronunciar sobre o acerto de determinadas inovações.

Enfoque de eixos críticos de ação: Além das rotinas setoriais, que asseguram a gestão dos serviços básicos, é importante que as administrações locais trabalhem a definição dos eixos críticos de ação que permitam desencadear uma mobilização da sociedade em torno dos seus interesses de médio e longo prazo. Ações "desencadeadoras" deste tipo puderam ser vistas em Santos, com a recuperação da balneabilidade das praias que mobilizou a sociedade em torno da modernização do turismo e da economia local, ou o programa de saúde em Penápolis que resultou em forte estruturação local dos municípios em torno dos seus interesses, ou ainda o programa ambiental de Curitiba, que teve um grande poder de agregação dos principais atores sociais da cidade em torno da modernização urbana em geral.

Enfoque dos recursos subutilizados: Se temos no país terras ociosas numa ordem de 150 milhões de hectares, estamos enfrentando uma impressionante subutilização do solo, que se manifesta município por município. A mão de obra, conforme vimos, constitui igualmente um gigantesco recurso subutilizado. Conceito trabalhado por Ignacy Sachs e hoje desenvolvido pelo Banco Mundial, o enfoque da subutilização de recursos, implicando o esforço sistemático de identificação dos recursos naturais, humanos e de capital que poderiam ser melhor mobilizados no nível local, constitui um eixo de trabalho essencial para numerosas administrações.

Enfoque da pesquisa do potencial local: A mobilização dos recursos subutilizados e a racionalização geral das atividades locais implicam um esforço sistemático de estudos e organização do conhecimento sobre o potencial existente, enfocando o ciclo completo de atividades que asseguram o desenvolvimento econômico e social. Trata-se de ordenar o conhecimento das atividades de produção; dos serviços de intermediação comercial e financeira, cuja organização racional assegura vantagens indiscutíveis à economia local; das infraestruturas econômicas que geram economias externas (transportes, telecomunicações, energia e água); das infraestruturas sociais, como saúde, educação, cultura, comunicação e lazer, que permitem o investimento adequado no homem e na qualidade de vida, constituindo hoje provavelmente o investimento mais produtivo que possa ser realizado; e da própria capacidade de gestão de desenvolvimento, identificando os pontos de estrangulamento, as áreas de inércia administrativa e assim por diante. A sólida organização do conhecimento da comunidade sobre si mesma pode ser uma alavanca poderosa para o desenvolvimento, e uma das mais subestimadas.

Trabalhar a matriz de decisões: Já é tempo de ultrapassarmos simplificações tradicionais e buscarmos formas mais flexíveis de gestão dos interesses públicos. Para dar um exemplo, a educação constitui hoje um sistema complexo e diversificado de espaços do conhecimento, como a formação nas empresas, hoje em pleno desenvolvimento, e que exige parcerias setor público/setor privado; a formação em tecnologias emergentes, como cursos de informática, de qualidade total etc., que assumem grande importância com a dinâmica atual de inovação, e exigem flexibilidade na aplicação, podendo-se organizar parcerias universidade/setor privado; a formação comunitária, particularmente visando a integração de bairros pobres, que solicitam hoje apoio de formação em auto-organização, tecnologias alternativas, cursos para reinserção no mercado de trabalho e outros, representam hoje um espaço privilegiado de parcerias da administração municipal com

organizações comunitárias, ONG's, e programas de nível nacional como a campanha de combate à fome e outros; a criação de meios locais de comunicação, seguindo a tendência moderna que hoje envolve televisões locais e outros meios modernos de articulação comunicação/educação, exige parcerias que envolvem tanto a administração municipal como as faculdades, escolas e agentes de comunicação; a própria educação formal foge hoje do modelo centralizado, devendo basear-se cada vez mais na gestão participativa das comunidades, na linha, por exemplo, do sistema já implantado na cidade de São Paulo na gestão de Paulo Freire na Secretaria da Educação. Na realidade, tanto a educação como as outras áreas de desenvolvimento exigem a articulação flexível das áreas pública, privada e comunitária, e dos três níveis de administração pública.

Enfoque da gestão intergovernamental: Cruzam-se hoje no espaço do município esferas administrativas de diversos níveis, cada uma reportando-se ao seu nível central. É frequente hoje 30 a 40% dos funcionários públicos que trabalham num município pertencerem a outras instâncias de governo, sem que o prefeito tenha sequer condições de conhecer o que as agências programaram para o município, e sem que estas mesmas agências se coordenem entre si. A racionalização da gestão intergovernamental, sob a coordenação da autoridade efetivamente eleita pela população, que é o prefeito, é essencial, pois não é realista esperar que decisões tomadas em instâncias independentes e de diferentes níveis de governo, formem espontaneamente programas coerentes a nível local. Com isso perdem-se as sinergias possíveis entre por exemplo programas de infraestruturas de saneamento básico com educação ambiental e programas locais de saúde, além de desestimular a participação da comunidade local, transformada em espectadora de burocracias que não a consultam.

Recentrar as atividades nos objetivos humanos: O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1992 coloca claramente o problema: "É possível que os mercados impressionem do ponto de vista econômico e tecnológico. No entanto, são de pouco valor se não servem para melhorar o desenvolvimento humano. Os mercados constituem meios. O desenvolvimento humano é o fim."²⁶ Por óbvio que possa parecer, é preciso lembrar ainda que todas as nossas atividades empresariais, estatais ou comunitárias, não representam nada se não se traduzem em última instância em qualidade de vida, harmonia social, riqueza de convívio, no que tem sido às vezes qualificado de Felicidade Interna Bruta, em oposição ao Pib. Não é mais possível resumir o desenvolvimento a fatores econômicos e tecnológicos, ficando as empresas livres de fazerem o que bem entendem, esperando-se que o interesse humano seja contemplado por ações compensatórias da administração pública, policiamento repressivo e assistência social. A organização das parcerias sociais na gestão do nosso desenvolvimento implica justamente que todos os atores sociais busquem na gestão compartilhada, e desde o início das ações, o objetivo humano maior.²⁷

²⁶ - *Desarrollo Humano: informe 1992*, PNUD, Bogotá 1992

²⁷ - A área empresarial brasileira tem, de forma geral, pouca cultura de parceria e é bastante avessa às formas modernas de trabalho baseadas no que o Centro das Nações Unidas para Empresas Transnacionais (UNCTC) qualifica de "collaborative arrangements". No entanto, surge já uma forte corrente modernizadora, na linha do PNBE e outros, que aponta novos rumos.

A visão da sustentabilidade: Demasiadas regiões hoje têm o seu turismo e outras atividades econômicas comprometidas por uma contabilidade que não contempla os custos ambientais, demasiadas regiões têm os seus solos esgotados pela monocultura predatória, demasiadas comunidades vivem um clima de fome, doença e insegurança. O município de Cubatão é hoje um exemplo destes absurdos, com uma indústria dependente do bombeamento dos esgotos do rio Tieté, enfrentando hoje a escolha absurda entre o desemprego e a poluição da Baixada. Entre a "ecochatice" e o "anarcocapitalismo", existe amplo espaço de ação coordenada e planejada, envolvendo o conjunto dos atores da comunidade em torno dos interesses locais de longo prazo.

Enfoque da comunicação e da informação: A informação, a cultura, a educação, a mídia, as diversas formas de acesso ao conhecimento, constituem um eixo essencial de recuperação da democracia. Não se pode esperar participação efetiva por parte de uma população à qual se vedou o acesso aos instrumentos – educação, informação – correspondentes. Em outros termos, o conjunto das áreas que formam os novos espaços do conhecimento devem assumir, numa gestão moderna, uma papel essencial, traduzindo-se em programas ativos e dinâmicos, com os meios correspondentes.

Na mudança de rumo necessária para assegurar esta organização, as tarefas gradualmente passam do governo central para as municipalidades, e portanto os fundos correspondentes devem ser descentralizados. A descentralização de verbas enfrenta fortes resistências políticas, porém é essencial para o desenvolvimento de políticas locais. A pressão conjunta de prefeitos tem dado bons resultados neste campo.

Por outro lado, a ação conjunta dos prefeitos é necessária para aumentar o orçamento destinado pelo governo central à infra-estrutura urbana. O rápido crescimento da população urbana através da migração dos mais pobres provoca a urbanização descapitalizada, com forte impacto sobre a saúde e o meio ambiente. Como os vastos interesses econômicos podem pressionar muito mais fortemente o governo central do que os inúmeros foros de decisão referentes a milhares de dramas sociais esparsos, é imprescindível que os prefeitos e as instituições da sociedade civil em geral lutem por investimentos orientados socialmente.

Os prefeitos e as instituições locais também têm de lutar por uma maior presença nas decisões relativas às políticas macroeconômicas. É urgente um desenvolvimento humano sustentável e as políticas macroeconômicas têm de ser compatíveis com este objetivo. Os governos locais, que freqüentemente pagam os custos políticos e humanos dos ajustes, deveriam ter uma presença mais forte nas decisões e na formulação de políticas compensatórias. De fato, em áreas como emprego, parece bastante óbvio que os prefeitos deveriam desempenhar um papel mais importante na discussão da política macroeconômica.

Finalmente, na era da "aldeia global" é essencial que as cidades aprendam umas com as outras e que possam receber ajuda externa sem ter de passar por sucessivas camadas de intermediários. Experiências recentes nas quais a verba foi diretamente transferida para governos ou comunidades locais, com a implementação garantida mediante parcerias

entre áreas pública, privada e comunitária, demonstraram que os fluxos de ajuda estão maduros para um importante esforço de reengenharia de gestão.

É essencial lembrar aqui que não vemos o poder local como simples alternativa ao governo central. Devemos sem dúvida resgatar a capacidade de governo central, e criar capacidade de governo planetário. Mas não é mais preciso que o governo central se disperse e crie gigantescas estruturas burocráticas para atender situações cada vez mais detalhadas, diferenciadas e flutuantes, no que Orozco qualificou de “explosão de complexidade”.²⁸ A solução tradicional, da *desconcentração*, caracterizada pela multiplicação de níveis hierárquicos que mantêm o poder na mesma mão, mas com dedos mais compridos, provoca apenas enclacramento generalizado, onde o governo central nem governa nem deixa governar.

O resgate da governabilidade local significa portanto um potente processo de racionalização administrativa, que traz consigo um impacto político fundamental, o de resituir ao cidadão o direito de decidir sobre a construção da dimensão social da sua qualidade de vida. Uma população solidamente organizada em poderes locais constitui neste sentido um tipo de lastro, de âncora que pode devolver aos níveis superiores do Estado a sua capacidade de governo, ao aumentar significativamente a densidade organizacional da sociedade.

A descentralização representa um gigantesco potencial subutilizado de racionalização política e de humanização da sociedade. Mas não constitui uma garantia. O *Quercismo*, por exemplo, na política brasileira, representa o espaço político do caciquismo local organizado em rede de pressão política. Representa sem dúvida um atraso, e neste sentido a descentralização tem dois gumes.

No entanto, nenhuma instância oferece o potencial de organização democrática participativa que oferece o espaço local, onde as pessoas e os atores sociais se conhecem, onde as políticas podem se integrar, onde a participação estimula porque se vê concretamente os resultados, e os resultados têm impacto direto no cotidiano das pessoas.

Muito tem sido dito sobre a falta de “cultura participativa” do brasileiro: a realidade é que qualquer organização da sociedade civil sempre foi brutalmente perseguida no país, ou canalizada por sindicatos pelegos, associações de bairro manipuladas, sistemas pseudo-participativos na realidade controlados pelos poderes centrais e a oligarquia de sempre. A concentração de renda, e o gigantesco poder político dos grupos econômicos mais significativos contribuem indiscutivelmente para este desequilíbrio. Mas contribui também o fato do Brasil ser simplesmente um país de urbanização muito tardia, que está

²⁸ - Omar Guerreiro Orozco, *Ingovernabilidade: disfunção e quebra estrutural* - Revista do Serviço Público, Brasília, Mai-Ago 1996 p. 61 - “Todos estes progressos provocaram uma gama de mutações nos assuntos humanos, derivada no que definimos hoje como uma *explosão de complexidade*, sem precedentes na história. Agora, os Governos enfrentam problemas que se entrelaçam com grande velocidade, sob relações múltiplas e mutáveis, e confrontam âmbitos marcados pelo desconhecimento e pela incerteza constantes.”

dando os primeiros passos na formação de uma cultura participativa que em outras partes do mundo já avançou muito.

Propostas relativas a uma melhor gestão do espaço local têm sido frequentemente vistas como propostas úteis, mas de nível essencialmente administrativo, sem impacto significativo para a “grande” política.

A racionalização administrativa é indiscutível. Imagine-se uma pessoa que estivesse construindo uma casa, mas que dependesse das decisões internas da olaria para a quantidade e data de envio de tijolos, do produtor de cimento para a quantidade e envio de cimento e assim por diante, com a esperança que de dezenas de decisões independentes resultaria um fluxo coerente de construção. É óbvio que teremos uma situação caótica, pois é no ponto de impacto que deve ser assegurada a coordenação do conjunto, e é o mestre de obra no local que deve determinar quando chega cada insumo, quantos trabalhadores serão necessários e assim por diante. Assim a descentralização é uma condição necessária, ainda que não suficiente, para o funcionamento mínimamente integrado das iniciativas da reprodução social.

Em outro nível, no entanto, ao se devolver ao nível local a iniciativa sobre as transformações sociais, favorece-se a organização da sociedade em torno dos seus interesses, e a organização da sociedade em sistemas participativos de gestão gera instrumentos muito mais poderosos de controle sobre as decisões dos governos centrais, abrindo espaços para uma nova cultura política.

De certa forma, na evolução para uma democracia participativa, a organização da sociedade civil e o desenvolvimento da sua capacidade de controle sobre as macro-estruturas do poder são essenciais. E o espaço local, sem ser o único, constitui um espaço fundamental de organização social.

4 - Motivação, valores e ética

“As pessoas não são meros instrumentos para a produção comercial” - Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1992²⁹

“O Ocidente: o seu sentido darwiniano de luta, o seu individualismo e utilitarianismo” - J.M. Roberts³⁰

O avanço científico tem sido uma fonte permanente de incitação à modéstia do ser humano, a uma melhor compreensão das suas limitações. Enquanto há relativamente pouco tempo ainda acreditávamos que a terra estava no centro do universo, hoje sabemos que somos apenas um modesto grão de poeira entre bilhões de galáxias. Copérnico nos colocou no devido lugar no universo. Darwin nos colocou no devido lugar entre os seres vivos: modestos primos dos macacos, com um cérebro impressionante, sem dúvida, mas também com sólidas raízes animais e uma irracionalidade e frequentes laivos de perversidade capazes de chocar qualquer ser irracional. Freud mostrou a que ponto o que consideramos as nossas atividades “superiores” estão enraizadas em processos que não controlamos e frequentemente sequer conhecemos. Hoje começamos a entender as próprias raízes emocionais dos processos vinculados à inteligência.

A modéstia nunca foi uma característica marcante do ser humano. Só o fato do Ocidente acreditar que Deus fez o homem à sua imagem, o que por simetria indicaria que somos um pouco deuses, é bastante significativo. Nada no nosso comportamento justifica tanta pretensão. Um mínimo de realismo sugere reconhecer que o ser humano guarda fortíssimas raízes animais. Ter consciência destas nossas dimensões não nos diminui, antes abre espaço para uma compreensão e tolerância renovadas.

Não há porque supor que esta pretensão do ser humano de ser mais do que é se tenha esgotado. De civilização em civilização, grupos humanos se convencem de que são melhores que os outros, deuses à sua maneira, chineses em outros tempos, egípcios, gregos, romanos, criando os seus estribilhos mais ou menos ridículos, indo desde o *Britannia Rules*, até o *Deutschland über alles*, a mania de *Povo eleito* dos judeus, o *We're the best* que hoje convence os americanos que são a única sociedade que realmente merece a sua posição dominante e dominadora.

Hoje, organizou-se todo um sistema que centra os seus valores em estimular esta pretensão aos limites do absurdo, transformando as nossas vidas numa corrida desesperada pelo chamado “sucesso”, por estar no noticiário, por dominar os outros, por acumular riquezas e poder.

²⁹ - “People are not merely instruments for producing commodities” - UNDP, *Human Development Report 1992*

³⁰ - “The West: its Darwinian sense of struggle, its individualism and utilitarianism”. J. M. Roberts, *History of the World*, Penguin Books, London 1995, p. 884

Jogando com uma animalidade que temos à flor da pele, articulam-se gigantescos recursos financeiros com as tecnologias mais modernas de comunicação para nos jogar uns contra os outros, numa sinistra reprodução dos circos antigos, ampliando a insegurança e as atitudes egoístas de defesa, justificando tudo com argumentos pseudo-científicos de um darwinismo mal compreendido, e resumido na filosofia de que “o melhor vence”. Com os instrumentos tecnológicos que hoje manejamos, promover a guerra social pela sobrevivência leva simplesmente à destruição.

Com um pouco de recuo, estas pretensões de “vencer” na vida (vencer quem?) aparecem como bem ridículas, e não há razão para não vermos beleza no simples relacionamento humano, na criatividade do dia a dia, na riqueza da afeição que nos liga aos outros, no prazer de conhecer as coisas do mundo, sem precisar ser superhomem, posar de forma ridícula com o *attaché case* do executivo, nem fazer cirurgias desesperadas para ser uma imitação do que Aldous Huxley já chamava de mulheres *pneumáticas*. É importante reconhecer a que ponto o modelo que nos rege é mais ideológico e cultural do que propriamente econômico, ainda que toda a discussão esteja centrada neste último plano.

Motivações

Há uma beleza menos pretensiosa, e bem mais simples, a se resgatar no ser humano. O ser humano é rico e contraditório. A contradição, aliás, encontra-se na quase totalidade das suas motivações. Deseja ao mesmo tempo a segurança material, e a insegurança do risco. Organiza sistematicamente em torno de si a tranquilidade do familiar e do repetitivo, e tão pronto os tenha busca desesperadamente o novo. A mulher deseja, como a Dona Flor e seus dois maridos, um Vadinho vagabundo e apaixonado, e o farmacêutico estável e respeitador. O homem deseja um impressionante compromisso entre a santa e a vadia. Busca desesperadamente o sucesso, e imediatamente suspira desesperadamente pela tranquilidade, o prazer do anonimato. Superar os outros parece ser um objetivo central, materializado na busca do poder e do dinheiro, e no entanto os momentos que lembrará como de maior felicidade serão os momentos em que é igual aos outros, no estádio de futebol ou numa pescaria, ou no papo furado de um bar, de repente simplesmente um ser humano sem necessidades de representar imagens insustentáveis de si mesmo. Assim, é errado dizer que o homem quer isto ou aquilo, ele deseja simultaneamente coisas contraditórias. Realiza-se num processo encadeado de objetivos contraditórios. Uma simples hierarquização de motivações, como a que encontramos nos trabalhos de Maslow e semelhantes, parece hoje uma visão insuficiente e superficial.

De tanto vincular o ser humano a coisas sérias, esquecemos que no conjunto o ser humano está desesperadamente vinculado ao lúdico, ao jogo, às tentativas de alcançar e superar, e de se reencontrar com o outro, na mistura da competição e da solidariedade, de atração e desconfiança, de surda resistência e de imensa capacidade de criação. Em outras palavras, o ser humano deseja construir e reconstruir em permanência a sua identidade, em condições sempre renovadas. Ele não precisa de uma vida cheia de *coisas*, precisa de uma vida rica e criativa.

A sociedade gerou o homem culpabilizado. Desde a idéia de que o prazer é intrinsicamente ruim, uma maçã proibida, de que o amor é uma serpente, de que trabalhar é uma condenação, até dogmas de que muito carinho com as crianças é ruim, pois as *estraga*, ou de que tirar uma nota ruim na escola é uma tragédia pois significa que a pessoa está condenada a não ter *sucesso*. Espera-se assim que o homem e a mulher vivam atribulados, cansados, que dediquem a maior parte da sua vida ao trabalho, que deve ser desagradável, sacrificado, para que possam chegar ao fim do dia e se dizerem extenuados, exaustos, para gozarem sem sentimento de culpa um pequeno intervalo de divertimento antes de dormir e recomeçar. E já aprendemos a encaminhar assim as nossas crianças, traumatizadas pelo seu próprio futuro que ainda não chegou, com adolescentes que se desesperam ou até se suicidam se não entram em determinada faculdade.

Há portanto uma deformação fundamental na nossa vida realmente existente, e que foi resumida com simplicidade por Solzhenitsyn, em *Doutor Jivago*: “A vida é feita para se viver, e não para se preparar para viver”.

O “viver” não passa pela existência de uma instância benfeitora que nos dará as coisas que necessitamos, segundo a hierarquia de bichinhos de laboratório gerada pelos especialistas tradicionais da psicologia do comportamento de linha americana ou pavloviana, ou os seus mais requintados especialistas de *Recursos Humanos* das empresas modernas. Frente às ricas contradições dos nossos desejos e sentimentos de realização, o elemento fundamental é o direito à opção, o espaço da tentativa, a possibilidade de se criar e recriar nos diversos potenciais que temos. Neste sentido, o *Grande Irmão* estatal e a mega-empresa privada que nos enche de quinquilharias são muito próximos na sua concepção.

De certa maneira, colocaram-nos numa pista estreita de corrida, e temos todos a liberdade de correr, de ultrapassar os outros, e correremos mais que os outros se chamará *sucesso*, sendo recompensado pela possibilidade de comprar mais coisas. A equipe do *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* das Nações Unidas adotou uma postura fundamental ao considerar como ponto de partida que a pobreza não é uma simples falta de “coisas”, é antes de tudo uma perda do direito às opções.

Vemos pessoas acumulando mais e mais coisas, e deixando de viver para acumulá-las. Independentemente do bom humor da constatação de que o dinheiro não traz a felicidade, mas ajuda, a realidade profunda é que as pessoas centradas no processo de acumulação não vivem e não deixam viver. As pessoas ditas de sucesso justificam em geral a sua ridícula corrida pelo fato de se sacrificarem pela família, pelos filhos. A realidade é que deixam os seus filhos desesperadamente amarrados a gerir as estruturas de dinheiro e poder geradas ou apropriadas, reduzindo as suas vidas a um mero continuísmo que tão frequentemente resulta em desespero e drogas. Trata-se na realidade de uma patética tentativa de viver a vida dos outros.

Não se pode, uma vez mais, descartar simplesmente o capitalismo como mau, e ignorar o impressionante manancial de avanços que permitiu. No *Manifesto*, em 1848, Marx se deu ao luxo de elencar os aportes positivos do capitalismo. Este direito não foi encerrado em

1848. Mas o que é importante entender, é que o capitalismo só é bom gestor e gerador de produtos que se cobram. O prazer de um rio limpo, o perfil de uma serra em Belo Horizonte, o gesto gratuito de carinho são, no espírito capitalista, um desperdício. Se possível a beira de um rio deve se transformar em avenida, gerando dinheiro para uma empreiteira, e melhor ainda uma avenida com pedágio, onde as pessoas pagarão para passar. O gesto de carinho deve ser o resultado não da simpatia e do sentimento natural, mas o efeito calculado de perfumes, cremes, bebidas, desodorantes, pinturas. O ideal é que o creme passado no corpo gere tanta satisfação antecipada, que o próprio encontro e carinho que se prepara passe a ser secundário. Assim a transferência do sentimento de atração para sentimento aquisitivo terá sido completa.

Em outros termos, o capitalismo e as empresas constituem um indiscutível avanço na produção de coisas que possam ser compradas, mas não somente não assegura, como frequentemente tende a destruir, a imensa gama de bens públicos, materiais ou não, que simplesmente geram satisfação. E se não tivermos sólidas estruturas públicas – estatais e comunitárias – para garantir o rio limpo, a rua arborizada, a praça florida e sem *shopping*, as avenidas transitáveis, a possibilidade da criança ir à escola de bicicleta, o sentimento de liberdade que nos dá a segurança, o tempo para desfrutá-la, a organização social que nos permita mudar de emprego sem o terror de deixar a família sem recursos, a previdência que nos assegure uma velhice sem a humilhação impotente que hoje constatamos, simplesmente não seremos felizes. Não teremos o que hoje se chama de *qualidade de vida*, por mais cigarros e novos modelos de carros que as empresas consigam produzir.

Assim o capitalismo nos abre por um lado um leque maior de acesso a produtos, mas nos restringe cada vez mais a possibilidade de aproveitá-los, num processo reducionista cada vez mais absurdo. A *Liberdade de Escolher* de Milton Friedmann, significa a liberdade de correr cada vez mais depressa e mais eficientemente nas estreitas pistas do sucesso. Sair da pista e gozar a vida não está previsto.

O estreitamento das opções é ativo. Em outros termos, não se trata de um efeito involuntário, mas de uma necessidade econômica. Uma empreiteira que vê uma praia, pensa imediatamente em como fechá-la, pois é ao fechá-la que se pode cobrar o ingresso. Aparece assim a portaria, ou seja, a catraca, o pedágio. E na publicidade aparecerá a iniciativa não como limitando o nosso acesso a um bem natural, mas como nos *oferecendo* o charme de uma belíssima praia e das maravilhosas ondas. E como se trata de vender caro o acesso privilegiado, a própria exclusão de uma parte da população aparecerá como argumento suplementar: o condomínio é cercado, vigiado, *no interesse* dos privilegiados.

É interessante ver o desabafo de um homem de sucesso, João Sayad, banqueiro e ex-ministro da economia, retornando de um típico “paraíso” turístico: “De vez em quando você precisa tirar umas férias. Um lugar diferente, à beira mar, pessoas afetivas e amigas como antigamente, conversa desinteressada em torno da mesa de bar. O lugar está cheio de turistas, o pessoal da terra está fantasiado com roupas regionais para lhe agradecer, o tom de gentileza do garçon parece artificial e produzido. A praia mais bonita pertence hoje a

condomínio com campo de golfe e heliporto. O riozinho onde se pescava de vara, está poluído. Na mesa do bar você encontra colegas que falam de ações, taxas de juros e comparam as qualidades do carro importado. O capitalismo invadiu a praia linda e remota e o grotão da serra que só se alcançava em lombo de burro. E as férias se tornaram iguaizinhas ao inferno do trabalho”. O raciocínio leva Sayad a um comentário amargo sobre “a invasão da economia nas áreas em que gostaríamos que prevalecessem outras regras. Essa organização – competitiva, eficiente e racional – cansa. É tensa, impessoal, desumana e implacável, embora produza mais batatas e telefones celulares.”³¹

A constatação não é nova. O que é novo, é que quem fala não é um ecologista, mas um economista e banqueiro, ativo e involuntário financiador deste tipo de “paraísos”, que no momento de investir não teria como deixar uma praia com a sua beleza natural, pois isso não rende. Não se trata necessariamente de pessoas inconscientes ou mal intencionadas. Trata-se de um sistema, que por natureza torna muito estreita a gama das nossas satisfações. A privatização generalizada significa uma dramática redução da qualidade de vida e das nossas opções. Da mesma forma, não reconhecer o aporte positivo do setor privado no segmento particular de produção de bens e serviços indefinidamente reproduzíveis seria ignorar que boa parte das nossas motivações encontram sem dúvida respostas adequadas nesta forma de organização econômica.

O capitalismo como sistema mantém uma permanente ofensiva ideológica, baseada nos poderosos meios de comunicação modernos, que o faz se apropriar de conceitos positivos, sem dúvida, mas não necessariamente capitalistas. A liberdade de iniciativa, no sentido de poder criar coisas novas ou simplesmente bem feitas, existia entre os agricultores da Babilônia, os artistas da Grécia, os artesão de Roma ou da Idade Média, os mercadores de Veneza. Não se trata necessariamente de uma característica do capitalismo, existia muito antes dele, e seguramente sobreviverá à sua extinção. Trata-se de uma das mais poderosas alavancas de motivação do ser humano, de um espaço mais vinculado à liberdade e à democracia do que propriamente ao capitalismo.

Que liberdade de iniciativa sobra ao agricultor, forçado a optar pela monocultura e a quimização, a negociações permanentes com banqueiros, advogados, infundáveis atravessadores comerciais? Isto quando, sendo pequeno, não foi simplesmente expulso da terra, jogado para as periferias urbanas miseráveis, onde poderá assistir na televisão à explicação de que a nova grande propriedade moderna tem capacidade de produzir quanto alimento seja necessário (conquanto exista mercado), e que portanto a sua contribuição seria de toda forma inútil. Qualquer pequena ou média empresa, reduto tradicional da liberdade de iniciativa, sente hoje o peso burocrático da complexa teia de dependências interempresariais.

A tendência natural é encontrar um culpado comum para todos os males, e particularmente para a limitação da livre iniciativa: o Estado. A realidade é que o próprio tecido econômico se tornou muito mais integrado e interdependente, e um empresário de repente se sente, apesar de proprietário da sua empresa, tão livre como o seria o torneiro de uma fábrica se pudesse comprar o torno em que trabalha. O capitalismo não inventou a

³¹ - João Sayad, *Fim das férias*, Classe, Ano X, 59/96

livre iniciativa, e nem o Estado é o seu limite. É o próprio processo produtivo que mudou profundamente, e precisamos redimensionar a organização dos espaços econômicos para que o ser humano se sinta de novo no leme da sua vida.³²

Valores e ética

A ética deixou já há longo tempo de ser considerada como preocupação nobre na área das ciências sociais. Desviada para o controle da vida pessoal, terminou por se preocupar com o que é do foro da liberdade individual, enquanto abandonava o espaço do social. De certa forma, construiu-se uma visão de que o enfoque da ciência política e da ciência econômica seriam incompatíveis com a visão normativa. Científico seria explicar de forma neutra como funcionam as coisas, enquanto o como *deveriam* funcionar entraria nos campos obscuros da religião, da filosofia, das utopias.

Hoje a ética volta à linha de frente já não como acompanhamento filosófico de suspiros de impotência, e sim como eixo central das condições de sobrevivência do sistema. A razão é simples: com o tipo de instrumentos que hoje manejamos, se não houver um comportamento ético, ou seja, uma predisposição individual e institucional de buscar o bem comum, o que conseguiremos será a nossa destruição.

As tecnologias puseram em nossas mãos instrumentos não só potentes e de impacto planetário, como extremamente acessíveis. O garimpeiro que busca ouro com auxílio de mercúrio provoca danos econômicos, através da contaminação dos rios e destruição de vida, que são milhares de vezes superiores ao valor do ouro que retira. E não é viável se colocar um fiscal atrás de cada garimpeiro, como não é viável limitar o acesso ao mercúrio quando qualquer empresa produtora tenta vender o máximo possível, declinando qualquer responsabilidade pelo seu uso ilegal. O mesmo raciocínio pode ser estendido ao éter e outros produtos químicos utilizados para fabricar drogas, ou à produção de armas que o produtor afirma ser legal – e realmente é no sistema atual, ainda que não seja legítima –, ou à lavagem de dinheiro de drogas cuja origem qualquer banco afirma desconhecer formalmente, ainda que tenha perfeitas condições de usar o bom senso e detectá-la.

E o que dizer das empresas que compram produtos que sabem perfeitamente serem produzidas por crianças em condições de semi-escravidão, mas que apresentam a nota fiscal de compra, declarando-se não-responsáveis pela política social de empresas fornecedoras, que são afinal das contas empresas independentes. Com a globalização, tornou-se fácil apresentar uma face respeitável ao consumo de luxo dos países desenvolvidos, camuflando o conteúdo social dramático mas que impacta regiões distantes. É viável colocar um fiscal em cada empresa de turismo que oferece viagens organizadas para amadores de prostituição infantil nos mais diversos países? Em diversos lugares se organiza a comercialização de órgãos humanos para revenda em países ricos:

³² - Há uma tendência intelectualmente bastante desonesta de se capitalizar a irritação contra o mau Estado como sendo uma posição a favor da privatização ou do liberalismo. Reação saudável do Prof. Walter Batista, numa conferência sobre ética em Brasília: “O Estado é apropriado por bandidos e ladrões, e não se denunciam os bandidos, se denuncia o Estado”.

trata-se de gente pobre de um lado, que precisa sobreviver, e de gente rica de outro, também precisando sobreviver. No meio, empresas de intermediação, honrados comerciantes. Onde estarão os limites?

Diversos países comercializam de uma forma ou outra produtos nucleares, cerca de 25 países têm programas de pesquisa de armas bacteriológicas, avolumam-se pelo planeta estoques de resíduos tóxicos, qualquer laboratório hoje manipula códigos genéticos para ver se por acaso não localiza uma mina de ouro em termos de indústria da saúde. Será viável colocar um sistema de controle atrás de cada agricultor que envenena o solo e os rios, causando gigantescos prejuízos que se estenderão por séculos? Como controlar os milhares de navios de pesca industrial que praticam a pesca predatória e estão destruindo a vida nos mares? Uma reportagem da Gnt apresentou reportagem sobre nada menos que a Bayer que, junto com duas outras empresa norte-americanas, comercializava coagulantes produzidos a partir de sangue extraído de comunidades gays: hoje se defendem por meio de grandes empresas de advocacia que alegam que na época as empresas podiam não saber que a Aids se transmite por sangue.

Não se trata aqui de elencar os absurdos desta mistura explosiva de avanço tecnológico e de atrazo institucional, que aliás vimos em detalhe no primeiro capítulo. Trata-se de mostrar que os instrumentos extremamente potentes de que dispomos são demasiado disseminados para que possamos resolver as ameaças que se avolumam apenas com sistemas de controle, com leis e fiscais: precisamos gerar uma nova cultura de sobrevivência, uma nova ética das atividades econômicas.

Sempre haverá atividades ilegais. No entanto, se o contexto geral é de comportamento ético, a delinquência, seja ela de traficante de drogas ou de atividades especulativas de um grande banco, tende a se destacar com facilidade, e se torna administrável pela sociedade. No vale-tudo econômico, mal disfarçado como liberalismo econômico, os excessos tornam-se incontroláveis, e as alternativas serão a destruição da vida no planeta, ou ainda, sob pressão de populações cada vez mais inseguras, o recurso a regimes de força que nos jogarão de volta à idade média política.

A educação no sentido amplo, e em particular a função dos meios de comunicação, que trabalham a mente dos nossos filhos a partir de poucos anos de vida, e formam os grandes *consensos* sociais, precisam neste sentido ser revistos em profundidade.

Arte e sociedade

A estética constitui outra área que aparece nas análises mais como uma “sobremesa” social do que propriamente como dimensão essencial da vida humana. Os milhares de psicólogos que trabalham com manipulação de pessoas nas empresas de publicidade sabem perfeitamente o gigantesco poder da arte como formadora de comportamentos. E todos sentimos, neste mundo mecanizado e nesta sociedade atomizada, algo como um renascer da necessidade da arte, do belo, como dimensão essencial da nossa vida.

Um belíssimo filme inglês, *The Loneliness of the Long Distance Runner*, apresenta a história do aluno de uma boa escola secundária que é um excelente atleta de corridas de longa distância. Inicialmente, é apenas um jovem feliz com as suas realizações esportivas e outras. Rapidamente, no entanto, torna-se um trunfo econômico da escola a que pertence, pela importância social das competições esportivas inter-escolares, e vê a sua vida cada vez mais canalizada para promover o sucesso da instituição. Com o tempo, e à medida que aumenta o sucesso, tudo na sua vida, os namoros, a alimentação, o próprio estudo, passam a se exercer em função de um único objetivo, e escapa das suas mãos. Ensinam-lhe a sorrir, a dar entrevistas, a falar bem da escola, a vestir as roupas adequadas, a não tomar cerveja nos bares, a ser um símbolo permanente. O filme termina com a gloriosa corrida final que determinará o campeão nacional, e o jovem corre os últimos metros entre rostos de fanáticos que o empurram para a vitória, o diretor que precisa melhorar a imagem da escola, o responsável financeiro que precisa da vitória para obter financiamentos, os pais desesperados por um pouco de glória emprestada. Quando o sucesso está à mão, o rapaz olha mais uma vez para os rostos histéricos que formam um corredor junto à pista, pára, pede licença aos espectadores espantados, e sai caminhando pelo campo, trilhando pela primeira vez o seu próprio caminho, com uma expressão de profunda felicidade de quem escapou da máquina que o estava moendo. Tinha resgatado o direito a si mesmo.

Há arte que ajuda a enfrentar a realidade, como há arte que nos ajuda a dela fugir. Todo o nosso desejo de liberdade, de espaços ilimitados, de natureza limpa e linda, aparece em caríssimas publicidades, pagas com o nosso dinheiro, destinadas a nos fazer ingerir produtos químicos que geram cancer e outras doenças, na solidão das nossas cidades. Não se pode discutir a beleza e competência técnica destas publicidades, elaboradas por excelentes artistas segundo as linhas determinadas por excelentes psicólogos. Como substituto da realidade, no entanto, esta arte não sai da categoria das bonecas infláveis que tomam o lugar do relacionamento afetivo. E no aspecto ético, há pouco a acrescentar aos próprios depoimentos das empresas do ramo, que concentram a publicidade nas crianças de 14 anos, que é quando a necessidade de fumar pode mais facilmente se tornar permanente.

Um filme como *Perfume de Mulher* teve muito sucesso tanto entre jovens como adultos. Trata-se de um ataque à hipocrisia social. Em vez de nos transportar para absurdos mundos de *Rambos* que nos escondem do universo real, este tipo de filme nos reconcilia com a vida, nos traz idéias sobre formas de enfrentá-la. A arte, e o Brasil tem dado exemplos de imensa riqueza nesta área, pode ser intensamente humanista. *Sábado* é sem dúvida um filme completamente surrealista, mas aparece como um sopro de ar fresco quando confrontado com a opulenta e silenciosa monotonia do subúrbio norteamericano.³³

Em termos de produção artística, no entanto, trata-se de modelos mal assumidos. As visões neste século XX oscilaram bastante entre a alternativa liberal do anestésico social, gerando espaços de vida por empréstimo, e uma alternativa comunista que tendia a

³³ *Bolwing Alone*, de Robert Putnam, apresenta uma visão extremamente penetrante da vida realmente existente nos imensos subúrbios norteamericanos.

glorificar o operariado e um modo de produção diferente. Mas sempre se tratou, de forma geral, do *homo economicus*, com novelas ou filmes cheios de carros e eletrodomésticos, ou cheios de trabalhadores entusiasmados. O problema central é que uma visão cultural renovada, centrada na solidariedade, na liberdade, na diversidade, na tolerância, aparece apenas pontualmente, como contracultura depois da meia-noite. .

De certa forma, assumimos a visão que hoje aparece um tanto simplista, da cultura pertencendo à superestrutura, com funções transformadoras limitadas, e de toda forma constituindo um certo supérfluo, na tradição das *hierarquias* de necessidades básicas de Maslow e outros. Na era da comunicação que caracteriza o século que se inicia, os valores culturais podem constituir a grande alavanca transformadora, e a criação artística um poderoso veículo de resgate das nossas dimensões humanas. Não se trata de reforçar as dimensões culturais de um modo de produção ou outro: trata-se de colocar os modos de produção a serviço de uma cultura diferente.

A dimensão espiritual

A religião constitui outra área subestimada na visão *hardware* que temos da reprodução social. Quando vemos gente muito pobre dedicar os seus últimos centávos para sustentar um movimento religioso, não podemos deixar de colocar em questão a tradicional hierarquia das necessidades humanas.

Foi se aqui também o tempo das simplificações, onde a esquerda adotava a visão da religião como *ópio dos pobres*, enquanto a direita nela via o esteio da família e da propriedade. A complexidade maior não está no sentimento, que é universal e respeitável, mas na gama muito mais ampla de possibilidades de aproveitamento do sentimento religioso com os mais diversos objetivos, envolvendo tanto os impressionantes sistemas financeiros das igrejas eletrônicas globalizadas, que entram rigorosamente no mesmo campo de disputa de poder econômico da Mtv ou das telenovelas, como os usos políticos do movimento sionista ou os fanatismos de segmentos do mundo islâmico.

É importante lembrar aqui que é difícil encontrar alguém habilitado para jogar a primeira pedra. A própria igreja católica começa apenas agora a fazer as pazes com o seu passado de tortura, inquisição, perseguição sistemática de cientistas, obscurantismo que ainda aflorava com força nos acordos com os regimes fascistas ou nazistas deste século, e hoje se renova nas atitudes frente ao controle da natalidade, ao celibato dos *padres* e outras questões.

Não há dúvida que afloram aqui também as nossas profundas raízes não-rationais com as quais a nossa razão tem tantas dificuldades em conviver. Muito católico, que reza ajoelhado, olha com desprezo para o islâmico que reza acorado, ambos poderão achar ridículo o judeu rezar de pé se balançando, ou achar absurdas religiões africanas onde se canta e dança, enquanto cristãos só cantam, mas não dançam. Uma pomba pode ser símbolo divino numa religião, mas vemos como primitivismo o respeito à vaca em outras civilizações, ou o hábito de divinizar obras da natureza como gigantescas árvores.

Fato curioso, ainda admitimos o conceito de religião *verdadeira*, quando é óbvio que com centenas de religiões diferentes no mundo, cada uma com a mesma pretensão à legitimidade do *deus verdadeiro*, ou há muitos deuses verdadeiros, ou a própria pretensão à legitimidade foge ao elementar bom senso. O que o bom senso exige, é respeito e compreensão para todos.³⁴

A religião representou, historicamente, um foro comunitário de reflexão sobre o bem e o mal, sobre a ética, sobre o sentido da vida, sobre o próprio convívio comunitário. E o sobrenatural nos invade com força, quando pensamos na fragilidade da condição humana, nesta nossa estranha e curta presença num grão de areia no cosmos, sem que saibamos nem de onde surgimos nem para onde vamos, conscientes apenas que a vida surgiu há alguns bilhões de anos atrás, e que daqui desaparecerá com a morte do sistema solar. Teremos sido apenas uma forma transitória de organização da energia, energia cuja natureza aliás desconhecemos. Não é fácil enfrentar a consciência da nossa condição humana apenas com a razão.

Buscar no sobrenatural respostas para o que ultrapassa o nosso entendimento e para as nossas angústias existenciais é respeitável. Comercializar estes sentimentos através de poderosos meios de comunicação, ou utilizá-los como alavanca de poder político, ademais de desonesto pois ninguém recebeu procuração de deus nenhum, é perigoso. Como é perigoso reduzir populações ao desespero, pois sempre haverá obscurantistas dispostos a capitalizar a insegurança do ser humano.

O caso do Irã é particularmente interessante. Principal vitrine do Ocidente no mundo subdesenvolvido, o Irã devia servir de modelo, e não foram poupados esforços, financiados com as imensas reservas de petróleo, devidamente resgatadas através do golpe de Estado que os Estados Unidos (hoje reconhecidamente) organizaram contra Mossadegh. Um chefe de Estado esperto e corrupto, um discurso modernista, armas avançadíssimas para o exército, um gigantesco sistema de informações para os órgãos de segurança, a televisão para o povo, apartamentos e automóveis para a classe média, tudo foi feito de acordo com o mais moderno e atraente receituário. O país era citado como exemplo de uma grande vitória ocidental ainda semanas antes dos religiosos derrubarem o sistema de poder, que murchou sem sequer conseguir esboçar resistência. Foi um caso de rejeição cultural generalizada pela população.

A religião aparece aqui claramente como um refúgio contra a corrupção, violência e perda generalizada de referenciais éticos na sociedade. O islã era o passado, mas era o único denominador comum para uma sociedade desnorteada, como hoje surge tragicamente para a Argélia. A nossa tendência é, naturalmente, de considerar que se trata de especificidades do Oriente Médio. No entanto, se tomarmos um certo recuo e considerarmos o gigantesco processo mundial de exclusão social que a globalização está provocando, com mais de um bilhão de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, para tomar apenas este indicador, ao mesmo tempo que crescem explosivamente as mais

³⁴ Montaigne, no século XVI, já comentava com profundo bom senso o “insensato” que é o ser humano, incapaz de inventar o mais simples organismo vivo, mas que inventa deuses às dezenas.

variadas seitas, não há como ficar indiferente. A imagem brasileira de igrejas que se enchem para rezar contra a inadimplência nas compras a prazo, é neste sentido patética. E é igualmente patética a imagem dos executivos americanos contentíssimos com os seus salários que ultrapassam o milhão de dólares por mês.

O que não podemos, é imaginar que o caos econômico e social que está se gerando poderá ser enfrentado com a simples ajuda dos conselhos de economistas que acham que a mão invisível é o melhor remédio. Os problemas gerados são simplesmente mais amplos. Edgar Morin resume bem esta nova dimensão da angústia social: “Podemos supor que o inconsciente coletivo sente de maneira obscura esta grande ameaça que pesa sobre a identidade, o desenraizamento relativamente a um passado peridodo e a insegurança frente a um futuro desconhecido, a degradação das qualidades da vida...Assim os desenvolvimentos da nossa civilização conduzem a um novo subdesenvolvimento intelectual, a um novo subdesenvolvimento afetivo – os seres não conseguem encontrar respostas às suas necessidades de comunicação humana, de amor, de comunidade –, e a um novo subdesenvolvimento moral na degradação da responsabilidade e da solidariedade.”³⁵

Na realidade, ao falarmos de arte, de valores, de motivações, de religiões, estamos falando de um leme cultural hoje indispensável. Temos nos fixado demasiado em alternativas econômicas. Hoje, conceitos como os de solidariedade, transparência, participação, democracia, ou até de decência política, que se tornaram caricatura no modelo econômico vigente, têm de ser resgatados no sentido de uma proposta cultural para a humanidade.

A riqueza do *À sombra desta mangueira*, de Paulo Freire, está em grande parte nesta recusa de uma alternativa onde nos propõem, como no caso dos gansos da revolução francesa, toda a liberdade de optar por sermos comidos assados ou por sermos comidos guizados: “A paixão com que conheço, falo ou escrevo não diminuem o compromisso com que denuncio ou anuncio. Sou uma inteireza e não uma dicotomia. Não tenho uma parte esquemática, meticolosa, racionalista e outra desarticulada, imprecisa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também.” A mesma opção que centra a nossa ação no *modo de produção* e não no *modo de vida*, impõe uma racionalidade que isola as nossas dimensões afetivas, artísticas e espirituais do processo de construção da sociedade.³⁶

Isto pode ser visto como uma simples volta ao idealismo. Na realidade, não se trata de negar a que ponto o modo de produção desempenha hoje um papel central na estrutura de

³⁵ Edgar Morin et Sami Naïr – *Une politique de civilization* – Arléa, Paris 1997, p. 130 e 131

³⁶ - Paulo Freire - *À sombra desta mangueira* - Editora Olho d'Água, São Paulo 1994, p. 18. A imagem dos gansos se refere a uma conhecida caricatura que circulava durante a revolução francesa: os cidadãos, representados sob forma de gansos, reagem à opção que o juiz lhes oferece informando que simplesmente prefeririam não ser comidos. O juiz fica indignado: “Messieurs, vous sortez de la question”, *não é esta a questão*.

poder que deforma e desarticula a riqueza das nossas dimensões existenciais. Trata-se de reafirmar que o objetivo não é colocar a sociedade a serviço de outro modo de produção, mas de reconquistar a centralidade da cultura na construção de um modo de produção alternativo.

Mais uma vez, não se trata de jogar o bebê junto com a água do banho. O mercado é um bom regulador de atividades *produtivas* de bens de reprodução ilimitada. Não é um instrumento adequado para *redistribuição*, para a gestão dos setores sociais e nem para a gestão de bens não renováveis. Em vez de imaginar utopias que substituam a livre iniciativa, trata-se de gerar o ambiente que a torne útil e viável, dando lugar a novas formas de organização social. As forças progressistas têm se concentrado em elaborar modelos produtivos mais eficientes, quando o lado verdadeiramente doente e insustentável do processo é o lado cultural no sentido amplo.

De toda forma, não se trata de buscar uma boa alavanca cultural para criar uma alternativa de modo de produção. Trata-se de questionar a própria cultura que organiza a humanidade em torno da produção, em vez de organizar a produção em torno aos nossos objetivos humanos.

Conclusões

“The odds still seem to me to be that the world organized as we know it certainly cannot last much longer.” J. M. Roberts – *History of the World*³⁷

“Ce qui est en cause est beaucoup plus que notre idée de modernité: c’est à la fois notre idée de civilisation et notre idée de développement” – Edgar Morin – *Une politique de civilisation*³⁸

As conclusões que temos a tirar deste trabalho constituem mais um resumo do que propriamente conclusões. Queremos aqui, na realidade, atrair a atenção para dois eixos de pesquisa que nos parecem essenciais para definir novos caminhos. Porque somos uma sociedade cheia de novas técnicas, sem dúvida, mas com poucos rumos. E os caminhos atuais, os rumos realmente existentes, são simplesmente destrutivos para a humanidade. Um eixo concerne aos problemas chave que temos de enfrentar. O outro, concerne às revisões metodológicas, ou de conceitos, que se impõem para podermos dimensionar os acontecimentos.

Os problemas chave

No centro está a tecnologia. Com todo o respeito por Weber e pela força de certas ideologias, é preciso reconhecer que quando Adam Smith (divisão do trabalho) ou Marx (forças produtivas) colocaram a evolução das técnicas como motor das transformações sociais, estavam rigorosamente certos. Hoje vivemos uma profunda revolução tecnológica. Nos últimos vinte anos, acumularam-se mais conhecimentos tecnológicos do que em toda a história da humanidade. Isto tem um lado positivo, sem dúvida, pela produtividade crescente que conseguimos, pelos avanços na saúde, na informação e tantos outros. Mas a verdade é que o dramático avanço tecnológico, sem um avanço comparável em termos institucionais, se torna explosivo para a humanidade: gigantescos barcos de pesca industrial limpam os mares sem se preocupar com o amanhã; a química fina e os transportes modernos levaram à constituição de uma rede mundial de produção e distribuição de drogas que destroem centenas de milhões de vidas; milhares de laboratórios ensaiam hoje manipulações genéticas sem nenhum controle ou

³⁷ - J. M. Roberts, *History of the World*, Penguin Books, London 1995, p. 38. Roberts hesita em toda a parte teórica do seu livro entre a visão otimista das possíveis mudanças da própria humanidade, e o que ele chama de “self-destructive madness of civilization” (ver em particular a pág. 855 e as considerações nas pág. 1105 e seg.).

³⁸ - “O que está em causa é muito mais do que a nossa ideia de modernidade: é ao mesmo tempo a nossa ideia de civilização e a nossa ideia de desenvolvimento” – Edgar Morin et Sami Naïr – *Une politique de civilisation* – Arléa, Paris 1997; Morin reflete esta mesma visão de uma articulação complexa de razões para otimismo e pessimismo que encontramos em Roberts: “Esta civilização comporta ao mesmo tempo traços excepcionalmente positivos e traços excepcionalmente negativos...não é fácil realizar um diagnóstico pertinente, demasiado alarmista, indevidamente eufórico” (página 131 e seguintes).

regulamentação; armas cada vez mais letais são vendidas de maneira cada vez mais irresponsável; a tecnificação da agricultura está destruindo os solos do planeta e gerando um caos climático de efeitos imprevisíveis, e assim por diante. Em outros termos, quando o homem maneja instrumentos tecnológicos de impacto planetário, não pode mais resumir a sua filosofia de organização social na sobrevivência do mais apto, no “vença o melhor”. Melhorar radicalmente a nossa capacidade de governo e de convívio social tornou-se uma questão de sobrevivência. A dramática diferença entre a rapidez do avanço das técnicas e a lentidão do avanço das instituições nos coloca como que no comando de um imenso avião moderno, tendo no painel os modestos controles de um *fusca*. Há uma *disritmia* letal no desenvolvimento da nossa sociedade.

Estas mesmas tecnologias que redefinem os nosso *tempos* estão redefinindo os nossos *espaços*. O planeta encolheu de maneira impressionante. A telemática permite que hoje qualquer biblioteca de bairro possa acessar bancos de dados de qualquer parte do mundo, a custos reduzidíssimos, criando um espaço científico integrado mundial. Os mercados financeiros internacionais transferem diariamente mais de um trilhão de dólares sem nenhum controle dos bancos centrais, que têm uma esfera de atuação fundamentalmente nacional. Um sapato ou tênis fabricado em longínquo país asiático fecha empresas em Franca ou qualquer outro município do mundo. Em outros termos, a economia, a mídia e uma série de outras áreas se mundializaram. Enquanto isso, os instrumentos de regulação continuam sendo de âmbito nacional, criando um gigantesco espaço de vale-tudo internacional. Isto põe a nu uma nova dimensão de perda de governabilidade, mal compensada por reuniões internacionais hoje quase permanentes, como as do Rio-92 sobre o meio-ambiente, do Cairo-94 sobre demografia, de Copenhagen-95 sobre o drama social da humanidade, de Istanbul-96 sobre as cidades, de Roma-96 sobre a fome no mundo e assim por diante, sem falar das reuniões cada vez mais frequentes dos chefes de governo no quadro do G-8, ou dos ministros no quadro da Organização Mundial do Comércio. Quanto às instituições reguladoras internacionais surgidas da II Guerra Mundial, como as Nações Unidas, o Gatt, o FMI e o Banco Mundial, têm em particular o fato de articularem *nações*, e não o espaço supranacional, e estão ultrapassadas. O capitalismo das nações, com fortes instrumentos de redistribuição social *à la* Keynes, atingia um precário equilíbrio entre eficiência empresarial e justiça social. O capitalismo global não presta contas a ninguém. A dinâmica global está cada vez mais presente no nosso cotidiano, e o Estado moderno não tem as ferramentas de governo correspondentes.

Esta ausência de instrumentos de regulação da economia global agrava prodigiosamente a polarização mundial entre ricos e pobres. Hoje nenhuma pessoa em sã consciência fala de “bolsões” de pobreza, quando os bolsões se referem 2,8 bilhões de pessoas, quase a metade humanidade, que sobrevivem com menos de dois dólares por dia., menos de um triste salário mínimo brasileiro.³⁹ Isto quando o mundo produz 5 mil dólares de bens e serviços por pessoa e por ano, portanto amplamente o suficiente para todos viverem com conforto e dignidade, houvesse um mínimo de lógica redistributiva. Este problema é particularmente importante para nós, já que somos o país hoje que tem a distribuição de renda mais absurda do mundo: 1% de famílias mais ricas no Brasil auferem 17% da renda do país, enquanto os 50% mais pobres, cerca de 80 milhões de pessoas, auferem apenas

³⁹ Cifras do Banco Mundial, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2001*

12%. O Estado moderno não pode se limitar a tentar engessar o absurdo para prorrogar a sua sobrevivência. A reforma do Estado tem um “norte” fundamental: humanizar e reequilibrar a sociedade. E as empresas têm de assumir a sua responsabilidade social e ambiental neste processo. Mas isto são os desejos. A realidade é que enquanto o planeta encolhe e tudo se torna mais próximo, e as populações se encavalam nos espaços urbanos, o precipício econômico e social entre estas populações aumenta rapidamente. Esta proximidade e convívio íntimo entre riqueza e miséria, luxo e privações, constitui uma mistura explosiva e insustentável a médio prazo. O equilíbrio do terror já não é mais entre potências, se manifesta na porta das nossas casas.

Nada deixa prever, nos mecanismos da mão invisível, uma inversão de tendências. O desenvolvimento das nações depende em grande parte do investimento. Um país médio do Terceiro Mundo, por exemplo, tem uma renda *per capita* da ordem de US\$1.200, e uma taxa relativamente elevada de investimentos de 25% representaria US\$300 por ano e por pessoa. Enquanto isto, na Suíça, os confortáveis US\$ 40 mil de renda *per capita* permitem investir algo da ordem de US\$ 10 mil por pessoa, 33 vezes mais. Assim, os que deveriam investir mais para compensar o atraso são justamente os que investem menos. O resultado prático é que os ricos geraram condições melhores de aumentarem a sua riqueza do que os pobres. Em termos econômicos, o processo funciona. O problema é que os bilhões de miseráveis do mundo estão cada vez menos de acordo. E não há muito mistério quanto ao nosso futuro, se continuarem essas tendências. O problema da justiça social já não é uma questão de gente que “gosta de pobre”. Está se tornando uma questão de sobrevivência para todos.⁴⁰

Um quarto eixo de transformação institucional nos é dado pelo intenso processo de urbanização que mudou radicalmente o modo de vida da população mundial, em poucas gerações. A urbanização acabou com o tempo em que as decisões do Estado podiam ser tomadas apenas pelo governo central. Hoje, com a urbanização generalizada, as cidades grandes, pequenas ou médias, têm de poder responder aos problemas simples do cotidiano dos cidadãos, e torna-se cada vez mais absurdo esperar consultas infundáveis dos diferentes escalões de poder. Assim, o exercício do poder deve aproximar-se do cidadão, trazendo transformações profundas à pirâmide que hoje constitui a hierarquia de decisões na área pública. E o controle burocrático pelo nível hierárquico superior, que nos leva a um sistema infundável de fiscais, controlados por sua vez por outros fiscais, tem de ser substituído pelo controle do usuário em função dos resultados práticos da gestão. Constatamos que as grandes metrópoles mundiais estão adquirindo um peso novo no processo de gestão das nossas sociedades, como polos de um conjunto de atividades internacionalizadas, e como articuladoras das políticas internas. Enfim, num mundo urbanizado, em que tudo está interconectado, não há razão para que o essencial dos problemas do nosso cotidiano, a escola, a saúde, a pequena produção etc., não sejam regulados diretamente pelos interessados, a população, através das instâncias locais. Assim é o conjunto do espaço de regulação que está sendo reordenado, exigindo uma revisão em profundidade da articulação dos diversos níveis.

⁴⁰ Cifras do Banco Mundial, relatório 1999/2000, em dólares de 1998

Era natural, quando éramos essencialmente populações rurais dispersas, que todas as decisões se tomassem na capital, na esfera do governo central. Hoje o município é o primeiro a enfrentar a explosão dos problemas urbanos, mas constitui o último escalão da administração pública. As cidades, com exceção (temporária) das confortáveis áreas urbanas dos países ricos, estão explodindo frente à necessidade de responder aos gigantescos atrasos de infraestruturas de educação, de saúde, de saneamento básico, de preservação ambiental, de elementar segurança do cidadão. A urbanização sem a correspondente descentralização das políticas e dos recursos, e na ausência de sistemas integrados de gestão participativa com prefeituras, empresas e organizações comunitárias para assegurar um mínimo de coerência no desenvolvimento e qualidade de vida do cidadão, constitui outro eixo explosivo que requer uma drástica revisão da própria lógica das nossas instituições.

Um quinto eixo essencial do processo é a transformação estrutural do trabalho. O conceito de *jobless growth* das Nações Unidas é muito útil, pois nos coloca com clareza o fato que o desemprego já não resulta da ausência de crescimento econômico, mas do próprio crescimento econômico. Quem está esperando a *conjuntura*, convencido de que uma situação precária significa que atingimos o fundo do poço, e que logicamente logo aparecerá a curva ascendente que nos tirará do poço, está simplesmente “esperando Godot”. Hoje tornou-se pouco significativa a divisão das nossas atividades em setores primário, secundário e terciário, divisão técnica que nos dificulta a compreensão da hierarquização do sistema econômico e social em subsistemas diferenciados. Hoje o *setor de ponta*, que compreende essencialmente os segmentos nobres das empresas multinacionais, e que aplica as elegantes fórmulas de TQM, just-in-time, Kaizen, Kan-Ban, reengenharia e outras, emprega no mundo 73 milhões de pessoas, das quais 12 milhões no terceiro-mundo. A população ativa do terceiro mundo é da ordem de 2,2 bilhões de pessoas. Se admitirmos, de acordo com o relatório da Oit sobre o emprego no mundo, que os 12 milhões de empregos diretos geram mais 12 indiretos, ainda assim estamos falando de algo como 1% do emprego.⁴¹

Assim, enquanto por um lado se desenvolve, na ponta, a chamada democratização gerencial, aprovam-se as sucessivas ISO's, e o mundo avança num processo de aparente de modernização, por outro lado a sociedade vai sendo rapidamente desagregada pela base, pois não basta produzir muitas quinquilharias cada vez mais baratas e com menos gente, é preciso voltar a considerar que o processo de desenvolvimento se refere ao ser humano.

Frente à imensa riqueza dos “fatos sociais totais”, optamos aqui por privilegiar cinco tendências que nos parecem ser as tendências “estruturadoras” do nosso futuro: a tecnologia, a globalização, a polarização econômica, a urbanização e a transformação do trabalho. E cada uma destas tendências traz imbutida uma contradição central. As tecnologias avançam rapidamente enquanto as instituições correspondentes avançam lentamente, e esta mistura é explosiva. A economia se globaliza enquanto os sistemas de governo permanecem sendo de âmbito nacional, gerando uma perda geral de

⁴¹ Cifras do Relatório Mundial sobre o Emprego 1995, OIT, Genebra 1995

governabilidade. A distância entre pobres e ricos aumenta dramaticamente, enquanto o planeta encolhe e a urbanização junta os polos extremos da sociedade, levando a convívios contraditórios cada vez menos sustentáveis. A urbanização deslocou o espaço de gestão do nosso cotidiano para a esfera local, enquanto os sistemas de governo continuam na lógica centralizada da primeira metade do século. Finalmente, o mesmo sistema que promove a modernidade técnica gera a exclusão social, transformando o mundo numa imensa maioria de espectadores passivos que deveriam estar se maravilhando com as novas tecnologias surgidas.

A conclusão que tiramos desta visão de conjunto, ou destes cinco eixos contraditórios, é que a humanidade precisa urgentemente de puxar as redeas sobre o seu desenvolvimento, e dotar-se dos instrumentos institucionais capazes de efetivamente capitalizar os avanços científicos para um desenvolvimento humano.

Os objetivos gerais são hoje claros. Precisamos de um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Dividir estes objetivos entre o Estado que executa políticas sociais, as empresas que produzem, e as organizações não governamentais ou comunitárias que batalham objetivos ambientais, cada um puxando para o seu lado, nos traz à mente aquele desenho dos burros que tentam cada um alcançar o seu monte de capim, puxando em sentidos contrários em vez de comer juntos cada monte. A diferença é que aqui os burros seriam três. Podemos, naturalmente, e segundo as nossas posições ideológicas, ter cada um uma opinião diferente sobre qual dos burros é o culpado. Mas isso não alteraria o resultado final.

Há um cansaço geral quanto às “árvores de natal” ideológicas, que nos prometem de um lado, com estatização e planejamento, a tranquilidade social, e de outro, com privatização e mão invisível, a prosperidade. A primeira nos deu um gigantesco encalacramento burocrático, a segunda nos levou à mais dramática acumulação de injustiças sociais que a humanidade já conheceu e a um sentimento permanente de insegurança. Aqui não há vencidos nem vitoriosos. Por enquanto, a vencida é a própria humanidade. Trata-se de buscar um pragmatismo democrático que nos permita efetivamente enfrentar os problemas.

A reconstrução das metodologias

Octavio Ianni fala muito apropriadamente da autêntica “ruptura epistemológica” que estamos vivendo. Paul Singer fala na necessidade de novos conceitos. Todos falam em novos paradigmas. O prefixo “re” está em todos os títulos: reengenharia das empresas, reinventando o governo, reforma do Estado e assim por diante. No processo tão vertiginoso de mudança que vivemos, os conceitos herdados iluminam muito fracamente o caminho que temos de trilhar.

As sugestões metodológicas que seguem têm uma fragilidade assumida. A realidade evolui mais rapidamente do que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão, e os processos são mais ricos e complexos do que a nossa capacidade de descrevê-los. Assim, somos obrigados às vezes a pintar a nova realidade como se pinta um quadro

impressionista: com uma certa distância, conscientes de que a imagem que vemos se baseia em pontos de impressão, e de que existem mais pontos do que os que somos capazes de observar. Não há dúvida que são frágeis estas *gestalt's* teóricas, saltos intuitivos onde o detalhe é parcial e a metodologia frequentemente difusa. E ainda assim, esta intuição nos diz que o que vemos é uma *boa forma*, algo que tem pé e cabeça.

Não há divergências dramáticas na sociedade quanto aos objetivos. Conforme vimos, trata-se de atingir um processo de reprodução social socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável. O eixo de atenção deve se deslocar para o “como”, para a organização político-institucional que nos permita agir sobre as macro-tendências da sociedade.

Isto por sua vez implica uma mudança ampla na própria forma de conceber a ação sobre a transformação social. Não se trata hoje de definir algum tipo de utopia, de sociedade ideal, e de tentar atrair a sociedade para este ideal. Trata-se de identificar as tendências críticas, e de apontar contra-tendências sistêmicas que possam revertê-las.

Por outro lado, com a forte aceleração das transformações econômicas e sociais, as soluções político-institucionais devem constituir uma resposta à mudança, e não a uma nova situação. Trata-se assim de desenhar sistemas flexíveis de gestão social capazes de comportar a própria mudança.

Uma gestão social flexível não é viável sem sistemas bastante mais democráticos do que os que hoje vivemos. Cada iniciativa que avance neste sentido, como os sistemas de orçamento participativo, organização da comunidade em torno dos seus interesses, descentralização de recursos públicos, organização da informação ao cidadão e outros, constituem progressos preciosos porque envolvem a sociedade, e geram as dimensões institucionais de uma democracia mais avançada.

Uma sociedade ao mesmo tempo mais descentralizada e democrática nas suas estruturas de poder, e mais interdependente nos níveis nacional e global, precisa desenvolver amplamente o conjunto de novas formas de organização e de coordenação horizontal conhecidas como redes. Evoluíramos assim para uma sociedade muito mais horizontal e muito mais interconectada.

Não é mais viável tratar as dimensões político-institucionais do Estado como isoladas dos sistemas de administração empresarial, da gestão de unidades públicas não-estatais como as universidades, ou das organizações comunitárias. Pertencem ao mesmo movimento mais amplo tanto a transformação das grandes pirâmides empresariais, com suas infundáveis hierarquias, em sistemas complexos e flexíveis de articulação interempresarial, como a evolução da burocracia estatal de estilo prussiano para o Estado descentralizado e participativo, e a evolução dos grupos de lobby corruptos e corruptores para sistemas descentralizados de auto-organização da sociedade civil em torno dos seus interesses ambientais, sociais ou culturais. É o conjunto da dimensão institucional da reprodução social que está mudando.

É preciso resgatar a imensa importância dos valores que nos regem. Uma sociedade que maneja os instrumentos de impacto planetário das tecnologias modernas não pode mais se permitir de resumir os seus valores a uma mistura de sobrevivência do mais apto, de vale-tudo por dinheiro e de individualismo. É a nossa sobrevivência como espécie que exige hoje que evoluamos para uma organização social solidária, valores de realização social e uma cultura da cooperação. E o tempo de que dispomos não é infinito: não faltarão políticos ou sacerdotes para explorar com propostas sombrias a desorientação de uma sociedade cansada de insegurança, violência e egoísmo institucionalizados.

A renovação dos valores de solidariedade e de cooperação humana, capaz de nos levar para uma sociedade mais aberta e mais livre, e não para uma *bigoterie* opressiva, torna essencial repensarmos as soluções institucionais de controle da mídia, força hoje fundamental na construção de atitudes e valores. Aqui tampouco se trata de optar entre as mega-estruturas dos monopólios privados e as burocracias políticas: é a sociedade civil que deve assumir o controle, através de sistemas de rede descentralizadas e livremente articuladas, envolvendo universidades, organizações comunitárias, administrações locais, representações profissionais.

Os instrumentos sociais desta transformação não se limitarão mais às *classes* redentoras, burguesa ou proletária. Na sociedade complexa, a análise deve se ampliar para incluir os *atores sociais* diversificados, e deveremos buscar as arquiteturas institucionais capazes de assegurar realmente processos democráticos que dêem conta da mudança permanente da sociedade. A sobrevivência de todos exige hoje que nenhuma minoria seja tão discriminada ou marginalizada que tenha de recorrer aos impressionantes meios destrutivos que a tecnologia moderna hoje coloca ao alcance de todos. E não adiantará muito, a posteriori, queixar-se de terroristas, traficantes, fanáticos ou o que seja. Temos de *construir* a sociedade solidária.

Os grandes grupos econômicos têm hoje um poder que nunca tiveram, inclusive o de pesar de forma determinante, através dos meios de comunicação de massa, sobre os valores e opiniões do planeta. Este poder, frente aos dramas sociais e ambientais que se avolumam, não é necessariamente um privilégio. A corrente dominante destes grupos econômicos se dá ao luxo de um autêntico porre de liberalismo, com redução de direitos sociais dos trabalhadores, rapina da biomassa dos oceanos, destruição de recursos hídricos, comércio generalizado de armas cada vez mais sofisticadas, especulação financeira descontrolada e o agravamento da situação de mais de 3 bilhões de miseráveis no planeta. Uma minoria significativa e crescente já se deu conta de que uma política empresarial que não incorpore às suas atividades a responsabilidade social e ambiental, levará a desastres planetários onde a identificação dos culpados já não terá muita importância. Os inúmeros movimentos sociais que buscam de diversas formas resgatar direitos sociais, emprego e um mínimo decente de rendimentos para a imensa massa de miseráveis do planeta, movimentos que se têm identificado de forma vaga como “esquerda”, estão hoje naturalmente fragilizados frente à força das novas tecnologias, das empresas transnacionais e dos países ricos que lhes servem de base. Neste duelo desigual, é essencial que forças conscientes da área empresarial se juntem ao esforço de humanização do nosso desenvolvimento.

Mais uma vez, as sugestões aqui levantadas de reorientação do *foco* da análise social e econômica fazem parte do tateamento generalizado a que tantos hoje procedem no mundo. Somos condenados a inovar, e o tempo de que a humanidade dispõe, nesta época caracterizada por gigantescos recursos tecnológicos e poucos recursos de organização política civilizada, é limitado. Resumir o problema à dimensão frequentemente estreita que assumiu o embate entre esquerda e direita no século XX já não é suficiente. Trata-se, como tão bem o caracterizou Gro Brundtland, do nosso futuro comum.

Conceitos

“Sugere-se frequentemente que a atividade econômica se tornou muito mais complexa nas condições modernas...Vale a pena sugerir que a aparente complexidade pode surgir em parte do esforço de se analisar o processo em termos de conceitos que já não se aplicam”. - Berle and Means, 1935⁴²

Reprodução social

A reprodução social se contrapõe de certa maneira à reprodução do capital, tradicional conceito que via essencialmente o processo de crescimento econômico centrado nas atividades produtivas. Neste sentido, a reprodução social é mais ampla, e define um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais, e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento como planejamento, segurança e outros. Por outro lado, trata-se de *reprodução*, ou seja, de uma visão estrutural e de longo prazo que envolve uma análise de como a sociedade no seu conjunto se reproduz e evolui. Ao insistir no conceito de reprodução social, buscamos romper a absurda dicotomia que se fez entre a economia, que se preocupa com a produção de riquezas, e o social, que acompanha com atraso o processo, tentando através de políticas de compensação reduzir as contradições geradas, a miséria, o abandono, a exclusão. Não há mais espaço para uma produção que não leva em consideração os impactos sociais da própria economia, e que não integra os processos corretivos na sua própria área, como não há mais espaço para políticas sociais que tentam ignorar os seus custos e implicações econômicas; e tanto o econômico como o social têm de levar em consideração a sustentabilidade dos processos, a sua viabilidade ambiental de longo prazo. Em termos normativos, trata-se de seguir uma fórmula tradicional mas perfeitamente adequada: o desenvolvimento tem de ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Segmentar este processo não é realista, e a sua integração implica numa redefinição de vários conceitos.

Mais-valia social

Quando um empresário paga os seus trabalhadores menos do que o valor que incorporam ao produto, realiza uma *mais valia*, no conceito tradicional elaborado por Marx. Hoje, com o distanciamento entre a economia produtiva e a economia financeira, os grupos mais ricos da sociedade realizam uma segunda extração da renda do trabalhador através de mecanismos mais amplos, e de âmbito social. No caso da inflação, por exemplo, o trabalhador vê a sua capacidade de compra se reduzir no seu bolso, sem poder localizar nenhum beneficiário concreto. Na prática, os empresários não são atingidos pela inflação, pois quando os seus custos sobem podem transferi-los para os preços, e normalmente é o conjunto de empresários industriais, comerciantes ou banqueiros que ajustam assim os seus preços aos novos custos. Diremos aqui que este conjunto de atores econômicos tem *renda variável*, na medida em que são atores que definem eles mesmos os seus preços a

⁴² - Adolf A. Berle and Gardner C. Means - *The modern corporation and private property* - New York, Macmillan 1935, p. 351

qualquer instante. No caso dos assalariados, dos aposentados ou das pequenas e médias empresas que não têm poder suficiente para repassar preços mais altos à sociedade, diremos que têm *renda fixa*, pois na prática os seus preços são definidos por terceiros e com uma defasagem no tempo. Esta perda de participação no produto social, por parte dos setores mais pobres da sociedade, será chamada aqui de *mais-valia social*. Outro mecanismo que se pode citar é o dos bancos, onde os pequenos depósitos são mal remunerados pois as boas aplicações exigem geralmente um montante mínimo elevado. Frequentemente as remunerações das cadernetas de poupança são simplesmente negativas, pagando um juro inferior à inflação, e esta perda de recursos pelos pequenos depositantes é transformada em lucros maiores dos grandes. A formação de uma grande dívida interna do Estado constitui outro mecanismo, pois os bancos e grandes aplicadores em geral auferem elevada remuneração pelas aplicações nos títulos públicos, paga diretamente pelo Estado e indiretamente pelos que pagam os impostos. A elevação de juros estimulada pelo financiamento da dívida pública encarece por sua vez a produção, reduzindo o consumo de qualquer cidadão que não pode se proteger com boas aplicações financeiras. O denominador comum destes mecanismos é que constituem pequenos ganhos sobre uma grande massa da população, funcionando como um tipo de imposto privado. Com as novas tecnologias, a generalização destas formas de extração da mais valia, em pequenos montantes e atingindo amplas massas, tornou-se se simples e barata, em particular para as empresas do setor financeiro.

Produtividade Social

Da mesma forma como uma empresa pode calcular a evolução da sua produtividade, medindo por exemplo quantos bens e serviços consegue produzir com uma unidade determinada de gastos financeiros, de mão de obra ou de matéria prima, também pode-se estudar a produtividade social de um país, de uma cidade. Um país que deixa mais de cem milhões de hectares de terra agrícola sem produzir, enquanto dezenas de milhões de pessoas deixam de produzir por não ter acesso à terra, originando por sua vez enormes gastos de segurança, de saúde e outros, combina de forma errada os seus fatores de produção, ou os subutiliza, elevando os custos de todos os produtos. O *custo Brasil*, por exemplo, é elevado justamente pela baixa produtividade social. Uma cidade com infraestruturas de transporte inadequadas, que provocam custos suplementares para as pessoas físicas e para a produção – custos em dinheiro ou em tempo – gera ineficiências que reduzem a produtividade de uma cidade. Um conjunto de empresas que joga os seus resíduos nos rios aumenta a sua produtividade ao reduzir os seus custos – produtividade individual – mas no conjunto os gastos com a recuperação dos rios e os custos adicionais de abastecimento de água serão muito mais elevados para o a sociedade, reduzindo assim a produtividade social. Como cada empresa busca aumentar a sua produtividade individual, a fragilidade de sistemas de gestão social da economia termina inviabilizando a economia como um todo, ao reduzir a produtividade social. É a isso que nos referimos no texto ao sugerir a necessidade de uma maior *densidade de organização social*.

Indicadores de qualidade de vida

Trata-se do conjunto de indicadores que permitem medir a qualidade de vida da população. Tradicionalmente utilizam-se indicadores econômicos, como por exemplo a *renda per capita*. A partir de 1990 as Nações Unidas passaram a trabalhar com *indicadores de desenvolvimento humano*, dando início a uma profunda revisão metodológica na forma de medir o desenvolvimento. Uma região que tinha água potável no rio limpo, e o lazer correspondente, seria vista em termos econômicos como mais pobre do que uma região poluída que vende água tratada e onde o lazer tem de ser pago, pois a água e o lazer vendidos serão contabilizados como elevação do Pib local, enquanto um rio limpo não entraria na contabilidade tradicional. Os indicadores de qualidade de vida avaliam por exemplo o tempo médio de espera pelo ônibus, a qualidade ambiental, a redução da criminalidade, o acesso aos serviços de saúde, a taxa de escolaridade e assim por diante, permitindo determinar se a qualidade de vida está efetivamente melhorando. Ter 4,5 milhões de automóveis numa cidade como São Paulo, e circular a menos de 15 km/hora, por exemplo, representa evidentemente um custo elevado com poucos resultados em termos de qualidade de vida, ainda que represente uma elevação do Pib pelo consumo adicional de gasolina, carros, peças, sistemas de sinalização, leitos hospitalares. O *Mapa da Exclusão Social* de São Paulo, elaborado pela professora Aldaíza Sposati, constitui um bom exemplo de aplicação das novas metodologias.

Atores sociais

Conjunto de pessoas e instituições envolvidos em determinados segmentos da reprodução social. Na literatura inglesa se utiliza o conceito de *stakeholders*. Numa visão tradicional da política e das políticas econômicas e sociais, distintos grupos da sociedade apoiam partidos, que por sua vez elegem representantes, que gerem a sociedade nas diversas instâncias de governo. Hoje, busca-se cada vez mais articular diretamente os próprios atores sociais, visando elevar a produtividade social e a qualidade de vida, no que temos chamado de *desintermediação da política*. Na realidade, as sociedades hoje muito mais dinâmicas, mais complexas e em mudança permanente não podem mais se limitar a um governo indireto através de representantes. Para dar um exemplo, na África do Sul o executivo reúne as grandes empresas, os sindicatos, organizações diversas da sociedade civil, decidindo grandes rumos diretamente com os segmentos sociais envolvidos. Uma vez atingido um consenso e com os atores sociais comprometidos, as resoluções são enviadas ao congresso para que sejam elaboradas as leis correspondentes. O caminho tradicional, pelo qual os políticos votam segundo interesses partidários sem ouvir os atores interessados, leva a leis inaplicáveis, formação de gigantescas empresas de *lobby*, e outras estruturas que desarticulam o próprio espaço público de decisão, levando à chamada privatização do Estado.

Consumismo e suficiência

O capitalismo se rege fundamentalmente pela demanda efetiva, e não por necessidades. Dizer por exemplo que a China representa um mercado de 1,3 bilhões de pessoas não tem muito sentido, pois o importante é saber qual a capacidade de compra destas pessoas.

Como quanto mais rica é uma pessoa, maior capacidade de compra tem, o sistema naturalmente se orienta para os segmentos mais ricos do mercado. Assim um conjunto de produtos essenciais, que correspondem às chamadas *necessidades básicas* (*basic needs* na terminologia inglesa) ficam preteridos, e a sociedade passa a produzir o supérfluo antes de ter respondido ao necessário. Isso leva a uma autêntica guerra pelo segmento dito nobre do mercado, com um bombardeio de mensagens publicitárias, cartazes nas ruas, telefonemas em casa, cartas comerciais que asseguram que você ganhará um prêmio se abrir a carta e outros processos destinados a fazer as pessoas se matarem de trabalhar para comprar coisas de utilidade cada vez mais duvidosa, gerando um consumismo frequentemente patológico, além de um imenso desperdício de tempo com manutenção de sofisticados aparelhos que se acumulam nas residências. Enquanto isso, a maior parte da população está desesperada por não ter acesso às coisas mais elementares. A visão que hoje se busca, é por um lado a garantia de que algumas coisas não falem a ninguém, tanto por razões econômicas – os custos ulteriores de uma pessoa ser jogada na miséria são muito maiores do que se assegurar as necessidades básicas – como por razões éticas. Por outro lado, trabalha-se o conceito de “*suficiência*” (*enough*), ou seja, de que a absurda corrida por ter mais coisas não tem muito sentido a partir de um certo nível, e passam a ter mais sentido simplesmente o tempo para a família, o espaço do passeio e outros bens não comerciais. A economia da suficiência é bem descrita no trabalho de Bob Goudzwaard e Harry de Lange, citado na bibliografia, e representa uma reviravolta importante nas análises econômicas, centradas até hoje no crescimento indefinido. Veja também o nosso *O Mosaico Partido*.

Salário social

Uma pessoa que trabalha recebe um salário, ou lucros, ou alguma outra forma de renda. Esta renda direta lhe permite comprar bens e serviços. Existem, no entanto, bens públicos cuja compra direta não é possível ou interessante. Uma pessoa que cuida do lixo e da limpeza do seu quintal para evitar mau cheiro e doenças não terá o seu problema resolvido se o seu vizinho não fizer o mesmo: é necessário um serviço público que recolha o lixo, para assegurar um nível geral de limpeza. Da mesma forma, funcionam melhor bairros onde uma política pública de educação assegura a instalação planejada de escolas de forma a que cada criança possa ir a pé para a escola, e estudar com os colegas de bairro, do que escolas privadas que se aglomeram junto aos bairros ricos, enquanto outros bairros ficam desprovidos, gerando desarticulação social e custos adicionais para os pais. Assim, o pagamento de impostos, taxas ou contribuições de diversos tipos permite que, afora o salário ou renda individual, recebamos um *salário social* sob forma de prestações públicas que tornam a nossa vida melhor. Naturalmente, o fato de pagarmos impostos e taxas não garante de nenhuma maneira de que esse dinheiro será adequadamente utilizado. De forma geral, quanto mais desenvolvida a sociedade, maior a parte de salário social no conjunto da renda. Mas torna-se cada vez mais claro que o aumento da parte social exige um correspondente amadurecimento das próprias instituições públicas e comunitárias.

Por outro lado, o princípio do salário social é vital na medida em que, através da gratuidade de uma série de serviços básicos e de primeira necessidade, assegura um

mínimo de “chances iguais à partida” para os diversos segmentos da sociedade. Dito de forma simples, se uma sociedade assegura um bom nível educacional apenas para os filhos dos ricos, enquanto os pobres ficam com educação precária, a tendência evidente é para que a sociedade aprofunde as suas divisões e se desintegre. E uma sociedade desarticulada, com um fosso profundo entre ricos e miseráveis, não é boa nem para os ricos nem para os pobres.

Terceiro Setor

Como estamos acostumados a trabalhar com dois grandes conjuntos administrativos, a empresa privada e a máquina do Estado, o aparecimento de um setor não-governamental, mas também não-privado, causou inicialmente um pouco de confusão. A própria definição utilizada, organização não-governamental, ou ONG, constitui uma forma bastante absurda de definir uma instituição. Um bom exemplo deste “terceiro setor” nos é dada pelo condomínio, reunião de pessoas que vivem num prédio, e que têm coisas a resolver que não são do âmbito nem da administração pública nem da empresa particular: trata-se de interesses comuns de um segmento da sociedade civil. Na medida em que tanto a máquina do Estado como as empresas privadas deixam de atender grande parte de questões importantes para as dimensões sociais da nossa qualidade de vida, foram-se desenvolvendo associações de pessoas para enfrentar os mais diversos problemas, de organização de um bairro, de resistência contra a degradação ambiental, de proteção de uma orla marítima e assim por diante. Esta forma de organização social envolvia cerca de 100 milhões de pessoas no início dos anos 80, e envolve em meados dos anos 90 cerca de 300 milhões de pessoas, demonstrando ser a forma de organização social que mais rapidamente cresce no mundo neste fim de século. Ao lado das ONG's foram se constituindo as OBC's, ou Organizações de Base Comunitária, que reúnem em geral pessoas que dividem o mesmo espaço residencial, como um bairro, um município. Gerou-se no Brasil a figura da OSCIP, organização da sociedade civil de interesse público, com um início de sistematização legal do setor. Este terceiro setor tem sido chamado de *setor público-comunitário*, de *setor público-não estatal*, de *civic sector* ou de *non-profit sector* nos Estados Unidos e outros nomes, segundo os autores. O essencial é que se trata de formas da sociedade civil assumir diretamente a resolução de alguns dos seus problemas, sem esperar que o faça o Estado, ou a *mão invisível* do setor empresarial. Organizando os consumidores para conter preços exorbitantes, ou os usuários para pressionar o Estado para que melhore os serviços de saúde, por exemplo, o terceiro setor tem um papel mais complementar do que substitutivo dos outros setores.

Comportamento e ética social

As pessoas podem ter individualmente uma boa disposição ética, uma boa formação técnica que lhes permita compreender o impacto das suas ações, e no entanto comportarem-se como bandidos. Um exemplo nos é dado pelas fotos divulgadas no mundo todo de um grupo dos principais executivos de empresas de cigarros no mundo declarando sob juramento ao Senado americano que estavam pessoalmente convencidos que o cigarro não vicia, ou seja, mentindo conscientemente por razões profissionais. Podemos dizer que a culpa é dos próprios executivos, e julgá-los individualmente (na

realidade foram ulteriormente processados por perjúrio), ou pensar no sistema que os leva a serem sistematicamente desonestos. Na realidade, é bastante complicado dirigentes de uma empresa decidirem se comportar de forma ética se os seus concorrentes não acompanham. Um cortume que investe na instalação de equipamentos de purificação da água que usa poderá não resistir à concorrência de outro que simplesmente joga os seus dejetos no rio. Na ausência de fortes estruturas sociais e de valores fortemente enraizadas na sociedade, que façam com que a imagem da responsabilidade ambiental da empresa se torne também um trunfo econômico, é o vale-tudo destrutivo que prevalecerá. Em outros termos, as regras do jogo devem valer para todos, e a simples honradez em cumprí-las tem de se transformar em critério socialmente e economicamente válido de decisão profissional. A alternativa é enalacrarmos a sociedade em infindáveis regulamentos, proibições com complexos coeficientes de legalidade, e imensas pirâmides de fiscais, com todas as consequências que se conhece. Assim, a ética social vista como cultura geral torna-se absolutamente indispensável a uma sociedade democrática, e tanto mais indispensável quanto o homem maneja tecnologias mais avançadas. É difícil, evidentemente, conceber tal tendência sem a participação construtiva dos meios de comunicação de que dispõe a sociedade, a partir da sua própria democratização. Mas é igualmente fundamental a reconstituição da vida comunitária já que a ética social se enraiza no convívio direto de pessoas que se conhecem e se julgam umas às outras. O anonimato urbano, por exemplo, constitui um poderoso fator de erosão da ética social. É igualmente interessante o conceito de *responsabilidade difusa*, que permite que se cometam as maiores barbaridades simplesmente apontando para outros que fazem o mesmo.

Mercado

De certa maneira, o conceito de mercado se tornou o símbolo do mecanismo impessoal e “bom”, e caracteriza normalmente o que nós fazemos, enquanto o que os outros fazem constitui monopólio, intervencionismo, protecionismo ou dumping. Trata-se assim de um cobertor de legitimidade que recobre aproximadamente qualquer coisa. O conceito de mercado é hoje aplicado a realidades e práticas extremamente diferentes, e pode frequentemente mais mistificar do que explicar.

Generalizar o vale tudo que vai desde a rapina das reservas de vida dos mares, até o monopólio de Rupert Murdoch e outros sobre a mídia mundial, e a gigantesca máquina de pressão política e financeira que empurra armamentos sofisticados para países pobres, e chamar isto de mercado, não faz muito sentido. Intervir na sociedade para ajudar áreas de pobreza crítica ou pequenos agricultores é considerado intervencionismo, mas tirar bancos privados de apuros é considerado apoio a mecanismos de mercado. O liberalismo deve assegurar a circulação dos bens e serviços em todo o planeta, e isto é exigido pelo mercado, mas permitir que as pessoas circulem livremente no seu planeta é considerado um desrespeito aos interesses nacionais. Os norte-americanos ficam irritadíssimos quando são pirateados os seus softwares ou desrespeitados os seus absurdos patentes sobre sistemas genéticos naturais, mas consideram natural piratear na Amazônia os conhecimentos da medicina tradicional sobre as propriedades curativas das plantas e se protegem não assinando o tratado de bio-diversidade.

Torna-se necessário distinguir entre mercado efetivo, que permite a concorrência entre atores econômicos de força comparável, e a competição entre gigantes econômicos mundiais que batalham leis favoráveis, pagam políticos e jornais, trocam acesso a mercados por vantagens militares ou políticas e assim por diante, e chamam tudo isso de mercado porque envolve luta por vantagens. Trata-se realmente de competição, mas não necessariamente de concorrência e de mercado. Hoje o conceito exige uma redefinição mais estreita e precisa, centrada na concorrência entre atores econômicos vinculados a bens e serviços indefinidamente reproduzíveis, e com um mínimo de igualdade de condições, além de regras do jogo minimamente respeitadas.

Por outro lado, é essencial entender a imensa função que o mercado desempenha no processo de equilíbrio diário de bilhões de pequenas transações, que se fossem depender de regulamentos e controles, levariam a um estrangulamento generalizado de atividades. Esperar que o permanente fluxo de arbitragem de diferenças e vantagens entre milhões de atores sociais e econômicos possa ser resolvido por via administrativa é simplesmente inviável, e temos aqui de saber tirar as lições do encalacramento burocrático que significaram as economias do Leste europeu. Trata-se, no caso do mercado, de um mecanismo indispensável, mas nunca suficiente, ao funcionamento da sociedade. Existiu muito antes do capitalismo e continuará existindo de uma forma ou outra nas organizações sociais que emergirão no futuro.

Ainda que as nossas preferências ideológicas tendam sempre para as grandes simplificações, a verdade é que a questão não se coloca em termos de ser a favor ou contra o mercado, e sim em termos de gerar as instituições que permitam utilizá-lo em função dos interesses finais da nossa qualidade de vida, e de fazê-lo funcionar adequadamente, equilibrando os mecanismos de mercado com planejamento estatal e interempresarial, sistemas abertos de informação, participação comunitária, responsabilidade social e ambiental das empresas. Na sociedade complexa que hoje vivemos, temos de ter sistemas mais sofisticados de regulação.

O espaço real do mercado tem se restringido muito. A tradicional pressão do mercado sobre os produtores se transformou, através da gigantesca máquina da mídia e da publicidade, em sistema de pressão dos produtores sobre os consumidores. Um tênis Nike que custou pouco menos de 10 dólares para produzir e que se vende a mais de 100 dólares é vendido a este preço pela “imagem” criada. Um responsável de marketing justifica: “vendemos emoções, e não o produto”. O consumidor paga com dólares, naturalmente. Com horas diárias de propaganda que atinge adultos, crianças e recém-nascidos, promove-se o equilíbrio ex-post entre oferta e demanda, enchendo as nossas casas de quinquilharias quando frequentemente nos falta o essencial. Com a apropriação dos meios de comunicação pelas próprias empresas, o cidadão fica indefeso, desinformado e desorientado, o que prejudica a todos pois desorganiza a sociedade e limita as chances do surgimento de um contrapeso organizado de interesses sociais frente aos interesses corporativos.

Outra área que se define como sendo de mercado mas que obedece a outros mecanismos é a dos recursos não renováveis. Ao extrair ou desgastar bens naturais, como nos casos da pesca industrial, empresas madeireiras, pecuária extensiva, produtos minerais e outros, as empresas calculam apenas o custo de extração, e não de reprodução ou de reposição, gerando atividades predatórias que não levam em conta a sustentabilidade do planeta. A empresa que contamina a água que usa ou que queima florestas para estabelecer pastos considera o capital natural como bem gratuito, portanto sem valor, desequilibrando a contabilidade social. Com a intensificação do uso de bens naturais pela economia moderna, amplia-se esta área econômica caracterizada mais pela rapina e corrupção do que propriamente pela regulação da livre concorrência, ainda que goste de se apresentar como área de “mercado”.

Na área das políticas sociais, que adquiriram tanta importância – a saúde representa o primeiro setor econômico dos Estados Unidos, com 14% do Pib – o mercado constitui um péssimo alocador de recursos e um fator de elevação radical de custos, ao privilegiar por exemplo a medicina curativa hospitalar relativamente à medicina preventiva, ou a educação para bolsões de riqueza e não para o conjunto da sociedade, com efeito global de queda da produtividade de todos os setores.

Na esfera globalizada da economia, o processo é bem simples, e tem sido descrito por numerosos autores como Herman Daly: na competição os mais fortes ganham, e os mais fracos desaparecem, reduzindo-se o espaço de concorrência real. Com o gigantismo crescente das mega-empresas, o que os americanos chamam de *Big Business*, umas poucas empresas passam a controlar as principais cadeias de produção, substituindo o que era concorrência que favorecia o melhor, por acordos que envolvem tomada cruzada de participações, intercâmbio tecnológicos, repartição de mercados e outros. Hoje um terço do comércio internacional, para dar um exemplo, se dá sobre a base de preços administrativos entre unidades da mesma empresa.

Finalmente, ainda que o mercado hoje constitua um mecanismo chave para regular a produção de bens indefinidamente reproduzíveis, um mínimo de bom senso nos faz constatar que é um mecanismo inoperante quando se trata da distribuição. E como o ciclo de reprodução do capital envolve tanto a produção como a distribuição, temos hoje um sistema que organiza apenas a metade do seu ciclo, levando a dramáticos e crescentes desequilíbrios sociais e econômicos. Quem constata a tragédia é por exemplo o Banco Mundial, que não vê como mecanismos de mercado poderão equilibrar a situação de 2,8 bilhões de habitantes do planeta (ano 2000) que vivem com menos de 2 dólares por dia. O capitalismo é bom produtor, não é um distribuidor: é estruturalmente incompleto.

Gerar sólidos mecanismos de contrapesos sociais e políticos à chamada liberdade empresarial constitui portanto hoje uma questão de bom senso. Colocar cordas no ringue, de forma que o mercado seja um instrumento útil a serviço do desenvolvimento social e não uma pseudo-justificação científica para o vale-tudo destrutivo, não implica necessariamente em custosos e ineficientes controles burocráticos. Quanto mais os empresários assumirem a sua responsabilidade social e ambiental; quanto mais o cidadão tiver acesso a meios de comunicação isentos para exercer um direito real de escolha

informada; e quanto mais a sociedade desenvolver uma densidade organizacional que lhe permita exercer pressão sobre os sistemas empresariais, mais estes controles poderão ser dispensados.

Bens não renováveis

A análise tradicional dos mecanismos de mercado se concentra numa classe particular de bens, os de oferta ou reprodução ilimitada. Se a caixa de fósforo é vendida a um preço muito elevado, naturalmente o setor atrairá outros produtores, e a prazo haverá um equilíbrio razoável entre oferta e procura. Neste caso, a oferta tem como adaptar-se a um crescimento da demanda. No caso dos bens de oferta finita, no entanto, há limites físicos à expansão da oferta. As tecnologias modernas, por exemplo, permitem um nível de pesca marítima industrial que faz o setor se aproximar mais do matadouro do que propriamente do conceito tradicional de pesca. Com localização por sonar, apoio dos sistemas de geo-posicionamento global por satélite e outras técnicas, a simples extensão do mar já não protege mais o peixe, que desde 1990 vem sofrendo acelerado desequilíbrio em termos de capacidade de reposição da biomassa. Com isso o peixe vai se tornando mais caro, e as empresas aceleram a sua captura na medida em que prevêm a redução dos estoques, agravando de forma cumulativa a situação. No caso da madeira, o seu encarecimento torna cada vez mais difícil proteger os bosques, pois empresas madeireiras com uma fortuna de mogno à mão dificilmente irão se preocupar com os efeitos ambientais em geral. O mecanismo vale também para a água e tantos outros produtos que com o avanço das tecnologias e a crescente pressão demográfica se tornam escassos, e são não-renováveis ou renováveis apenas com prazos e custos muito amplos. Chegamos assim a uma série crescente de produtos essenciais cuja regulação pelo mercado tem efeitos muito diferentes dos mecanismos tradicionais de equilíbrio, exigindo controle social efetivo.

Gestão corporativa

O sindicato foi durante longo tempo a única alternativa de sociedade civil organizada, frente ao poder da empresa privada e do Estado. Com a diversificação das atividades da reprodução social, surgiram segmentos tecnocráticos de grande poder, que se vestiram da legitimidade sindical de defesa dos interesses profissionais das grandes massas, e se tornaram instrumento de privilégios minoritários. Determinadas profissões que ocupam espaços vitais nas tecnocracias modernas, organizam-se assim com bandeiras progressistas herdadas dos sindicatos, mas tornam-se na realidade “atravessadores” que atravancam a flexibilidade da regulação social. No Paraná, por exemplo, um grupo de favelados, com ajuda da igreja e em terreno doado, construiu em mutirão um conjunto de casinhas simples. Inauguraram com pompa, e com a felicidade da primeira casa, mas receberam uma ducha fria: a associação dos arquitetos lhes estava aplicando uma multa superior ao valor das casas, por não terem contratado arquitetos para autorizar as obras. É óbvio que ninguém precisa de arquiteto para levantar quatro paredes de uma casinha de dois cômodos, mas os arquitetos não podiam deixar que se abrisse o precedente de gente que não paga o “pedágio”. Na área jurídica, é impressionante que os advogados tivessem conseguido colocar em lei que uma pessoa não possa falar em seu próprio nome no

tribunal de pequenas causas, instância cuja lógica consistia justamente em criar um espaço menos burocratizado de aplicação da justiça. Isto sem falar dos parlamentares e outras categorias que erigem a defesa da sua “classe” em “luta” cheia de idealismos sindicais. Os exemplos são inúmeros. O essencial, é entender os perigos da gestão corporativa, e a importância, para o futuro sindical, de se apoiar um pouco menos na visão classista tradicional e bastante mais nos espaços geográficos, nas comunidades organizadas a que pertencem, e na utilidade social dos próprios processos produtivos. O futuro reserva um papel muito mais importante às organizações da sociedade civil e aos sindicatos em particular, mas com uma visão nova que terá de se adaptar às mudanças globais da sociedade.⁴³

Os “contrapesos” no equilíbrio de poder

De acordo com os paradigmas tradicionais da sociedade organizada em pirâmides verticalizadas de poder, o sistema de organização do Estado obedece a divisões setoriais: na saúde manda o ministro da saúde, nas finanças o ministro da fazenda e assim por diante. Com a burocratização natural deste sistema frente ao contexto diversificado, complexo e em permanente mudança que vivemos, propõe-se a simples privatização, o “ambiente” de mercado onde numerosos atores seriam obrigados a concorrer entre si, dando mais espaço ao cidadão. Com a rápida evolução do mercado para sistemas articulados de gestão inter-empresarial, e o processo mundial de concentração econômica, a alternativa real já não é entre monopólio e mercado, mas entre monopólio estatal e monopólio privado. Com a agravante de que a empresa privada não é um gestor confiável no setor social e outros setores que se tornaram predominantes na reprodução social. O conceito de *contrapeso* torna-se essencial numa sociedade que evolui gradualmente do paradigma de pirâmide para o paradigma de rede. Quando a escola pública, em vez de depender de uma pirâmide de fiscais, associa pais de alunos à gestão da escola, cria-se um contrapeso ao poder da diretoria e da administração pública, utilizando o simples interesse dos pais pela qualidade do ensino ministrado aos seus filhos. Os exemplos são inúmeros: o que é importante, é considerar que o poder atualmente descontrolado das empreiteiras, bancos ou Polícia Militar, pode ser visto em termos institucionais através do prisma dos contrapesos necessários ao seu funcionamento democrático, e não apenas como questão de mudança de pessoas corruptas, de criação de leis mais rigorosas e de nomeação de fiscais.

Privatização e estatização

Estes conceitos adquiriram no processo moderno de reprodução social uma complexidade que é importante levar em conta, na medida em que muitos consideram que o problema se resume a uma mudança das relações de propriedade, na tradição dos debates sobre se os meios de produção deviam ser de propriedade privada ou social. Um primeiro ponto é que a problemática é mais ampla: um hospital pode ser de *propriedade* estatal, com

⁴³ - Ver por exemplo o já citado artigo de Luiz Gushiken e Ricardo Berzoini, *Por uma previdência complementar digna*, propondo uma ação direta dos sindicatos na gestão dos fundos de previdência complementar. - Folha de São Paulo de 28 de abril de 1997

gestão privada, *controle* comunitário ou de uma associação de usuários, e obedecendo a uma *regulação* mais ampla de nível ministerial, ou ainda municipal. As empresas multinacionais de petróleo, por exemplo, fazem contratos de risco com diversos países sem se interessar muito pela propriedade dos jazigos: interessa a elas o controle da extração e da informação, e o fato que o poder regulador dos países “produtores” é geralmente fraco: podem fazer mais ou menos o que querem sem precisar da propriedade. O importante é distinguir os quatro níveis, já que se trata de fazer as instituições funcionar de acordo com o que a sociedade deseja, e não de seguir apenas opções ideológicas mais privatistas ou mais estatistas. Um segundo ponto importante é que terminou a visão de um mundo dividido em empresas privadas e administração do Estado, na medida em que surge com muita força o setor público não-estatal, e com isto a visão de um controle da sociedade organizada tanto sobre o Estado como sobre a empresa privada. Os meios de comunicação de massa, por exemplo, que são por excelência o instrumento de articulação da sociedade, têm pouco a lucrar com a alternativa tradicional privatização/estatização. Finalmente, há que distinguir o espaço do direito individual à propriedade, das gigantescas dimensões patrimoniais que os mecanismos modernos de concentração econômica e de especulação financeira ou fundiária permitem, colocando por exemplo milhões de hectares de terra em mãos de pessoas que nunca lidaram nem pretendem lidar com produção agrícola, ou gerando fortunas individuais cujas dimensões ultrapassam amplamente o que uma família pode utilizar durante várias gerações, transformando assim a propriedade em pirâmides de poder político que desequilibram e desmoralizam os processos democráticos formais.

Transparência

Poucos leram a *Perestroika* de Gorbachev, livro extremamente rico em ensinamentos, na medida em que coloca com força o papel da sociedade civil nos processos de reprodução social. No centro da *perestroika*, ou reestruturação, está o conceito de *glasnost*, ou transparência. Não há nada mais discreto em informações do que as atividades escusas. Assim se fazem os grandes contratos com as empreiteiras, assim se faz a lavagem do dinheiro das drogas nos grandes bancos, assim países respeitáveis empurram armas sofisticadas para sociedades miseráveis, assim determinados candidatos recebem imensos recursos de empresas privadas, assim a polícia se organiza em torno a códigos corporativos que desprezam a lei, assim também imensos espaços públicos se transformam em latifúndios privados, e produtos químicos de grandes empresas vão parar nos rios. Na área ambiental, por exemplo, batalha-se hoje a inclusão na legislação do conceito do *right to know*, ou “direito de saber”, que permite que qualquer cidadão tenha direito de requerer informação sobre com que produtos uma empresa da sua vizinhança trabalha.

Nenhuma instituição quer ter reputação de bandida, de ser prejudicial à sociedade. Isto significa que uma sociedade pode se dotar de um amplo poder de auto-regulação sem se enterrar em autoritarismo e burocracias, simplesmente porque uma sociedade informada obriga empresas e governo a repetir as regras do jogo. Batalhar as regras da transparência em cada instituição, reforçar e democratizar o poder da comunicação, e gerar instrumentos institucionais de participação de atores sociais diversificados nas

diversas instâncias de decisão torna-se assim hoje um eixo fundamental de transformação da sociedade.

Responsabilidade social

O mundo se guiou durante dois séculos pela máxima utilitarista de que do egoísmo individual resultaria não o mundo ideal, mas o melhor possível. Assim uma pessoa rica passava a ostentar, além da riqueza, a sua utilidade social. Esta simplificação já não se sustenta, como não se sustenta a simplificação inversa que consiste em considerar que todo lucro é criminoso.

A responsabilidade social está se tornando uma dimensão essencial do nosso comportamento. Ao nível da parcela mais pobre da população, podemos nos queixar dos garimpeiros miseráveis que extraem ouro envenenando os rios com mercúrio, dos camponeses ambulantes que sobrevivem multiplicando queimadas, dos pobres que se amontoam ilegalmente nas áreas dos mananciais, das favelas que invadem as cidades e assim por diante. A realidade é que esta parcela da população, e estamos falando de bilhões de pessoas, foi deixada sem opções.

O ônus da responsabilidade social recai sobre os que têm opções, ou seja, os ricos. E os ricos nunca tiveram tanto poder como hoje. Uma forma de enfrentar o problema é a filantropia empresarial. Consiste em contribuir para iniciativas destinadas a ajudar pobres, a recuperar uma colina por meio de um programa de reflorestamento e assim por diante. Ainda que se trate de forma geral de um esforço de cosmética empresarial, é importante, pois constitui um primeiro passo, e um reconhecimento de que o sucesso da empresa depende também da visão pública da sua utilidade para a sociedade.

Muito mais importante, no entanto, é o uso socialmente responsável do poder político que as empresas manejam. Quando Murdoch passa a se orgulhar de ter tido um peso determinante em sustentar décadas de poder conservador na Inglaterra, ou quando Roberto Marinho monta um império político sem que ninguém lhe tivesse dado este mandato, ou ainda quando uma grande empreiteira literalmente compra os seus deputados e senadores, gera-se um caos na gestão da política, um cinismo generalizado na população, e um espaço para alternativas extremistas pelas quais acabam pagando todos.

Pode parecer ingênuo esperar consciência de quem com ela não lucra. No entanto, os dramas sociais e ambientais estão se avolumando com tanta rapidez, que um número crescente de empresários, e particularmente os que não buscam ou não têm condições de fazer negócios às custas de política de bastidores, passaram a entender que resgatar as condições de governabilidade, de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, é vital para todos.

A indústria da guerra, segundo o relatório de 1994 das Nações Unidas, nos custa mais do que a renda anual da metade mais pobre da humanidade. Não há ética que justifique a inundação do planeta com armas sofisticadas, ou a lavagem de dinheiro feita em grandes bancos, ou as empresas privadas de exércitos mercenários que hoje anunciam os seus

serviços em revistas, ou ainda a exigência de grandes anunciantes de jornais e revistas no sentido de terem “direito de vista” sobre as matérias publicadas antes de autorizarem os anúncios.

Os exemplos são inúmeros. O essencial é entender que o empresariado que contribui efetivamente para o desenvolvimento tem tudo a ganhar ao se distanciar dos pseudo-empresários que manipulam governos, opinião pública, mecanismos de especulação financeira e outros, e chamam os seus sistemas paralelos de poder político organizado de *mercado*. Como também é importante entender que não se criará uma sociedade equilibrada sem uma participação ativa do empresariado consciente na definição das novas regras do jogo.

Bibliografia

- Aznar**, Guy - *Trabalhar menos para trabalharem todos* - Editora Scritta, São Paulo 1995
- Banco Mundial** - *Brasil: despesas do setor público com programas de assistência social* - Documentos do Banco Mundial, Washington 1988, vols. I e II.
- Banco Mundial** - *Brazil: Reforming the Telecommunications Sector - Policy Issues and Options for the 1990's* - Report #10213-BR, Washington, December 21, 1992
- Barnet**, Richard J. and John Cavanagh - *Global Dreams: imperial corporations and the new world order* - Touchstone, Simon & Schuster, New York 1994
- Barr**, Nicholas - *Pessoas em transição: reformando a educação e a saúde* - Finanças & Desenvolvimento, FMI/Banco Mundial, Washington, setembro 1996
- Becker**, Gary S. - *Human Capital: one investment where America is way ahead* - Business Week, 11 march 1996
- Benevides**, Maria Victoria - *A cidadania ativa* - São Paulo, Ática 1991
- Benjamin**, César, e Tânia Bacelar de Araújo - *Brasil: reinventar o futuro* - Sindicato dos Engenheiros no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1995
- Bihl**, Alain - *Le Monde Diplomatique*, juin 1995
- Borja**, Jordi - *Estado y ciudad* - Barcelona, PPU, 1988
- Bresser Pereira**, Luís Carlos - *Da administração pública burocrática à gerencial* - Revista do Serviço Público vol. 120, n.1, Jan-abr 1996 - Enap, Brasília
- Business Week** - *U.S. factories will keep losing jobs* - March 11, 1996
- Business Week**, editorial, August 14, 1995: *The Expanding Entertainment Universe.*
- Caldeira**, Jorge - *Mauá, Empresário do Império* - Companhia das Letras, São Paulo 1995
- Capistrano Filho**, David, e outros - *O SUS que dá certo* - in Florianita Campos e Claudio Maierovitch, *Contra a maré à beira-mar: a experiência do SUS em Santos*, Ed. Scritta, São Paulo 1996
- Casado**, José - *Arquivos mostram corrupção na Cesp* - O Estado de São Paulo, 12 de maio de 1996
- Cepam** - *O Município Brasileiro no Século XXI: Cenários e Perspectivas* – Cepam e Correios, São Paulo 1999 cepam@cepam.com.br e <http://www.cepam.com.br>
- Chi**, Zhang - *Estudos de custos de túneis de metrô na França* - mimeo cedido por Rogério Belda
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** - *O nosso futuro comum*, ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 1988 (*Relatório Brundtland*)
- Comparato**, Fábio Konder - *A nova cidadania* - São Paulo, Cedec, revista Lua Nova 1993, nº 28/29
- Daly**, Herman E. and John B. Cobb Jr. – *For the Common Good: redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future* – Beacon Press, Boston 1994
- Dallari**, Dalmo - *O poder dos Juizes* - São Paulo, Saraiva 1996
- Dezalay**, Yves - *Les marchands de droit: la restructuration de l'ordre juridique international par les multinationales du droit* - Paris, Fayard 1992
- Dorsey**, David - *The Force* - Random House, New York 1994
- Dowbor**, Ladislau - *Formação do capitalismo Dependente no Brasil*, Brasiliense 1982.
- Dowbor**, Ladislau - *Formação do Terceiro Mundo*, São Paulo, Brasiliense, 1994

- Dowbor**, Ladislau - *São Paulo, cidade Mundial*, Economia e Cultura, N°4, 3º Trimestre 1992
- Dowbor**, Ladislau – *Urban Children in Distress: practical guidelines for local action* – Development, Journal of the Society for International Development, 1996:I, Blackwell Publishers, Oxford (UK), Cambridge (USA), 1996
- Drucker**, Peter - *A Sociedade Pós-capitalista* - São Paulo, Pioneira 1994
- Dunning**, John H. Dunning - *Re-evaluating the Benefits of Foreign Direct Investment* - in UNCTAD/Division on Transnational Corporations and Investment - *Transnational Corporations* - Vol. 3, N° 1, February 1994
- Durand**, Jean Pierre (org.) - *Le syndicalisme au futur* - Paris, Syros 1996
- Economist**, The – *The Future of the State; a Survey of the World Economy* – September 20th, 1997
- Emmanuel**, Arighi - *L'Échange Inégal*, Maspéro, Paris 1972
- Energy for Sustainable Development** - *Journal of the International Energy Initiative*, Holland, fax 91-80-554.3563
- Fiocca**, Demian Fiocca - *A mão de obra custa pouco no Brasil*, Folha de São Paulo, 14 de fevereiro de 1996
- Freire**, Paulo - *À sombra desta mangueira* - São Paulo, ed. Olho d'Água, 1995
- Friedman**, John - *The World City Hypothesis*, in Development and Change, jan. 1986
- Friedmann**, John - *Empowerment: the Politics of Alternative Development*, Blackwell, Cambridge 1992
- Galbraith**, John Kenneth - *A sociedade justa* - Rio de Janeiro, Campus, 1996 (tradução de *The good society*)
- Genro**, Tarso e José Antonio Alonso - *Um exemplo concreto de reforma do Estado*, Folha de São Paulo, 12 de junho de 1995
- Genro**, Tarso - *Uma estratégia socialista: vinte teses em defesa de uma teoria democrática do Estado* - Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 20 de abril de 1997
- Gerlach**, Michael - *Alliance Capitalism* - University of California Press, 1992
- Goldenberg**, José and Thomas B. Johansson - *Energy as an Instrument for Socio-economic Development*, Sustainable Environment and Energy Division, UNDP, New York 1995
- Gomes da silva**, José - *Reforma Agrária* - Folha de São Paulo, 5 de dezembro de 1995.
- Goudzwaard**, Bob and Harry de Lange - *Beyond Poverty and Affluence*, WCC Publications, Geneva 1991
- Gushiken**, Luiz, e Ricardo Berzoini - *Por uma previdência complementar digna* - Folha de São Paulo, 28-04-1997
- Hardinghaus**, Nicolás H. - *El desarrollo de la narcoeconomía internacional*, Nueva Sociedad, Caracas, Julio-Agosto 1995, n. 138.
- Henderson**, Hazel – *Construindo um mundo onde todos ganham* – Ed. Cultrix, São Paulo 1996
- Homem de Mello**, Fernando e Gianetti da Fonseca - *Proálcool, energia e transportes* - FIPE/USP, São Paulo 1990
- Ianni**, Octavio - *A Idéia de Brasil Moderno*, Brasiliense, 1992
- Ianni**, Octavio - *Teorias da globalização* - Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1995
- IBAM** - *Consulta nacional sobre a gestão do saneamento e do meio ambiente urbano* - Relatório Final - Rio de Janeiro, 1995
- IBGE** - *Mapa do mercado de trabalho no Brasil* - N.1, IBGE 1994
- IBGE** - *Recursos Naturais e Meio Ambiente: uma Visão do Brasil*, Rio de Janeiro 1993

- IPEA/PNUD** – *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996* – Brasília, Pnud, Ipea, 1996
- Ki-Zerbo**, Joseph - *Compagnons du Soleil* - La Découverte/Unesco, Fondation pour le Progrès de l'Homme, Paris 1992
- Kilsztajn**, Samuel - *Produto, capital e taxa de lucro nos países industrializados e na América Latina* - Mimeo, Março 1996
- Klinkenborg**, Verlyn - *A farming Revolutions: Sustainable Agriculture* - National Geographic, December 1995
- Korten**, David - *When Corporations Rule the World* - Berrett-Koehler, California 1995
- Korten**, David – *The Post-corporate World* - Berrett-Koehler, California 1998
- Kurtzman**, Joel - *The Death of Money*, Simon & Schuster, New York 1993
- Le Monde Diplomatique** - *Médias e controle des esprits*, Manières de voir N° 27, Paris 1995
- Leonardis**, Ota de; Diana Mauri e Franco Rotelli - *L'impresa sociale* - Anabasi, Milano 1994.
- Lévy**, Pierre - *L'intelligence Collective*, La Découverte, Paris 1994
- Mander**, Jerry and Edward Goldsmith (ed.) – *The Case against the Global Economy* – Sierra Club Books, San Francisco, 1996
- McCarney**, Patricia (ed.) - *The changing nature of local government in developing countries* - Unversity of Toronto and Federation of Canadian Municipalities, Toronto, 1996
- Michalet**, Charles-Albert - *Transnational Corporations and the Changing International Economic System* - in UNCTAD/Division on Transnational Corporations and Investment - *Transnational Corporations* - Vol. 3, N° 1, February 1994
- Morais**, Fernando - *Chatô* - Companhia das Letras, São Paulo 1994
- Morin**, Edgar et Sami Naïr – *Une politique de civilisation* – Arléa, Paris 1997
- Mukergee**, Madhusree - *Bhopal 10 years later* - Scientific American, June 1995
- Naisbitt**, John - *Paradoxo Global*, Editora Campus 1994
- OIT** - *El empleo en el mundo 1995* - Geneva 1995
- Orozco**, Omar Guerreiro - *Ingovernabilidade: disfunção e quebra estrutural* - Revista do Serviço Público, Ano 47, vol. 120, número 2, maio-agosto 1996
- Ortiz**, Renato - *Cultura, modernidad e identidades*, Nueva Sociedad, Mayo/Junio 1995
- PACE** - *Program for Advanced Communications in Europe*, OCDE, Brussels 1992.
- Parfit**, Michael - *Diminishing Returns: Exploiting the Ocean's Bounty* - National Geographic, November 1995
- Passet**, René - *Emprise de la Finance*, Manière de Voir, Le Monde Diplomatique, Novembre 1995.
- Pinheiro**, Paulo Sérgio - Coordenador - *Os Direitos Humanos no Brasil 1995* - Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, São Paulo 1995
- Pinheiro**, Paulo Sérgio, e Sérgio Adorno - *Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de direito* - São Paulo em Perspectiva, Vol 2, n° 3, jul/set 1988, Fundação Seade
- PNUD** – *Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano*, vários anos
- Presidency of South Africa** - *White paper on the transformation of public services*, South Africa, Pretoria, November 1995
- Putnam**, Robert – *Bowling Alone: the collapse and revival of American Community* – Simon & Schuster, New York 2000

- Putnam**, Robert – *Comunidade e Democracia* – Ed. FGV, São Paulo 1996
- Ramonet**, Ignacio - *Pouvoirs, fin de siècle*, in “Les Nouveaux Maîtres du Monde”, Le Monde Diplomatique, coll. Manière de Voir N° 28, 1996
- Roberts**, J.M. - *History of the World* - Penguin Books, London 1995
- Salamon**, Lester M., et al., *Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector* - The John Hopkins Center for Civil Society Studies, Baltimor, MD, 1999 <http://www.jhu.edu>
- Santos**, Milton - *Espaço, ciência e técnica* - São Paulo, Hucitec, 1995
- Safina**, Carl - *The World's Imperiled Fish* - Scientific American, November 1995
- Schiavo-Campo**, Salvatore - *A Reforma do Serviço Público* - Finanças e Desenvolvimento, FMI/BIRD, Washington, setembro 1996
- Schmidheiny**, Stephen - *Mudando o rumo - uma perspectiva empresarial global sobre o desenvolvimento e o meio ambiente* - Business Council for Sustainable Development - Cambridge, MIT 1992, editado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 1992
- Schumacher** - *O negócio é ser pequeno* - (Small is Beautiful), editora Zahar
- Singer**, Paul - *Desemprego e exclusão social* - São Paulo em Perspectiva, vol. 10, jan-mar 1996
- Singer**, Paul e André Ricardo de Souza – *A Economia Solidária no Brasil* – Editora Contexto, São Paulo 2000 www.editoracontexto.com.br
- Soares**, Luis Eduardo – *Meu casaco de general* - Companhia das Letras, São Paulo, 2000
- Sobral**, Helena Ribeiro - *O meio ambiente e a cidade de São Paulo* - Makron, São Paulo 1996
- Souza**, Márcio Vieira de - *As vozes do silêncio: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil* - Fondation pour le Progrès de l'Homme/Diálogo, Paris/Florianópolis, 1996
- Sposati**, Aldaiza - *O mapa da exclusão social* - São Paulo, 1995
- Suplicy**, Eduardo – *Programa de Renda Mínima* – Brasília, Dezembro de 1995, Gabinete do Senador
- Swordlow**, Joel - *Quiet Miracles of the Brain* - National Geographic, vol. 187, n.6, June 1995
- Tanzi**, Vito e Ludger Schuknecht - *Reforma do governo nos países industrializados* - Finanças & Desenvolvimento, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Setembro 1996
- Teixeira**, Ib - *A macroeconomia da violência* - Conjuntura Econômica, Maio 1995
- Toffler**, Alvin - *Powershift: knowledge, wealth and violence at the edge of the 21st century* - Bantam Books, New York 1991
- UNCHS** - *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements 1996* - Oxford University Press 1996
- UNCTAD** - *World Investment Report* - New York and Geneva, 1995
- UNCTAD/Division on Transnational Corporations and Investment** - *Transnational Corporations* - Vol. 3, N° 1, February 1994
- UNDP** – *Poverty Report 2000: Overcoming Human Poverty* – United Nations, New York, 2000
- United Nations Research Institute for Social Development (Unrisd)** - *States of Disarray: the social effects of globalization* - London, March 1995
- Vernon**, Raymond - *Research on Transnational Corporations: Shedding old Paradigms* - in UNCTAD/Division on Transnational Corporations and Investment - *Transnational Corporations* - Vol. 3, N° 1, February 1994

Vieira, Liszt - *Relatório sobre a gestão ambiental urbana* - no mesmo documento. In IBAM, *Consulta nacional sobre a gestão do saneamento e do meio ambiente urbano* - Relatório Final - Rio de Janeiro, 1995

Vittas, Dimitri e Yoon Je Cho - *O papel das políticas creditícias na Coréia e no Japão* - Finanças e Desenvolvimento, FMI e Banco Mundial, Março 1994

World Bank - *The World Development Report 1995: Workers in an Integrating World* - Oxford University Press 1995

World Bank - World Bank Survey of Operators - *Capital Costs of Typical Rail Systems*, s.d.

Zorpette, Glenn - *Confronting the Nuclear Legacy, part II* - Scientific American, May 1996

Sobre o autor

Ladislau Dowbor nasceu na França em 1941, filho de poloneses que, com o final da Segunda Guerra, emigraram para o Brasil. Viveu inicialmente em Belo Horizonte, e em 1954 mudou para São Paulo, onde vive até hoje, já como brasileiro naturalizado. Em 1964 viajou para a Suíça, formando-se em Economia Política pela Universidade de Lausanne, na visão neo-clássica de Walras e Pareto. Voltou ao Brasil em 1968, e participou do movimento de resistência à ditadura militar, sendo exilado em 1970. Depois de vários anos como refugiado na Argélia, Chile e outros países, viajou para a Polónia onde obteve os títulos de mestre e de doutor em Ciências Econômicas, na Escola Central de Planejamento e Estatística, na linha de Oskar Lange e Michal Kalecki. Com a "Revolução dos Cravos" de Portugal, em 1974, foi convidado para trabalhar na Universidade de Coimbra. Em 1977, a recém-independente Guiné-Bissau o convidou para assumir a coordenação técnica do ministério do planejamento, sob a direção de Vasco Cabral, com quem trabalhou quatro anos, realizando ainda numerosas assessorias para as Nações Unidas.

Com a anistia voltou ao Brasil, e passou a lecionar economia e administração na Puc de São Paulo, onde continua até hoje, no setor de pós-graduação. Mais tarde passou a lecionar também no mestrado da Universidade Metodista de São Paulo. Paralelamente, continuou a trabalhar na organização de sistemas descentralizados e participativos de gestão econômica, na Guiné Equatorial em 1984, na Nicarágua em 1987, no Equador em 1990, dirigindo projetos das Nações Unidas. No período 1989-92 foi assessor de relações internacionais e Secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina.

Atualmente desenvolve assessoria e pesquisa relativas aos sistemas descentralizados de gestão social, no quadro de prefeituras, governos de Estado e organizações internacionais como Unicef, Pnud/ops, Habitat e outras.

Tem numerosos livros publicados, entre os quais *O que é Capital?; Formação do Capitalismo Dependente no Brasil; Guiné-Bissau: a Busca da Independência Econômica; Formação do Terceiro Mundo; O que é Poder Local?*, todos pela Editora Brasiliense. *Aspectos Econômicos da Educação*, pela Ática. Seus artigos podem ser encontrados na *home-page* <http://ppbr.com/ld>